

Revista de Economia Solidária
Review of Solidarity Economy
Revue d'Économie Solidaire
Revista de Economía Solidaria

15

Dezembro 2022

**A Economia Solidária
e o Desenvolvimento
Comunitário, numa
Visão Substantiva**

A Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário, numa Visão Substantiva

Dezembro de 2022

FICHA TÉCNICA

Edição

ACEESA (Per Review)

N.º de registo na ERC

Nota: isenta de registo na ERC ao abrigo do decreto regulamentar 8/99 de 9/06 artigo 12ª - 1 - a

Fotografias

António Ferreira Pacheco

Design Gráfico

Cresaçor / Criações Periférica

Execução Gráfica

Coingra, Lda.

ISSN

1647-5968

Depósito Legal

293560/09

Tiragem

250 exemplares

Dezembro 2022

Papel 100% reciclado

ACEESA

Rua D. Maria José Borges, n.º 137
9500-466 Ponta Delgada
São Miguel – Açores – Portugal

T +351 296 099 433 | +351 296 281 554

ceesageral@gmail.com

<https://www.facebook.com/CentrodeEstudosdeEconomiaSolidariadoAtlantico/>

Financiamento:



GOVERNO
DOS AÇORES

Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital

Director/Editor - in - chief

Rogério Roque Amaro
Instituto Universitário de Lisboa
(ISCTE – IUL) – Portugal

ACEESA – Associação Centro de
Estudos de Economia Solidária do
Atlântico – Portugal

Diretora Executiva / Executive Editor

Catarina Pacheco Borges
ACEESA – Associação Centro
de Estudos de Economia Solidária
do Atlântico – Portugal

Conselho Editorial / Editorial Board

Artur Martins
ACEESA – Associação Centro
de Estudos de Economia Solidária
do Atlântico – Portugal

Catarina Pacheco Borges
ACEESA – Associação Centro
de Estudos de Economia Solidária
do Atlântico – Portugal

Célia Pereira
CRESAÇOR – Cooperativa
Regional de Economia Solidária
dos Açores – Portugal

Jean-Louis Laville
CNAM – Conservatoire National
des Arts et Métiers – França

Jordi Estivill
Universidade de Barcelona –
Catalunha – Espanha

Rogério Roque Amaro
Instituto Universitário de Lisboa
(ISCTE – IUL) – Portugal

ACEESA – Associação Centro
de Estudos de Economia Solidária
do Atlântico – Portugal

Comissão Científica Internacional / International Advisory Board

Rogério Roque Amaro
Instituto Universitário de Lisboa
(ISCTE – IUL) – Portugal

ACEESA – Associação Centro
de Estudos de Economia Solidária
do Atlântico – Portugal

Jean-Louis Laville
CNAM – Conservatoire National
des Arts et Métiers – França

Jordi Estivill
Universidade de
Barcelona – Catalunha – Espanha

Ana Margarida Esteves
CEI – IUL – Centro de Estudos
Internacionais – Portugal

António David Cattani
UFRGS – Universidade Federal
do Rio Grande do Sul – Brasil

Casimiro Balsa
Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Nova
de Lisboa – Portugal

Cláudio Furtado
Universidade de Cabo Verde
– Cabo Verde

Clébia Mardonia Freitas
UNILAB – Universidade da
Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira – Brasil

Genauto França Filho
UFBA – Universidade Federal da
Bahia – Brasil

José Fialho Feliciano
Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias –
Portugal

José Manuel Henriques
Instituto Universitário de Lisboa
(ISCTE – IUL) – Portugal

Leão Lopes
Atelier – Mar – Cabo Verde
Instituto Universitário
de Arte, Tecnologia e
Cultura – Mindelo – Cabo Verde

Luciene Rodrigues
UNIMONTES – Universidade
Estadual de Montes
Claros – Minas Gerais – Brasil

Luís Inácio Gaiger
UNISINOS – Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – Rio
Grande do Sul – Brasil

Maliha Safri
Drew University – Estados
Unidos da América

Maria de Fátima Ferreira
Instituto Universitário de Lisboa
(ISCTE – IUL) – Portugal

Paul Israel Singer
(*in memoriam*)
USP – Universidade de
São Paulo – Brasil

Pedro Hespanha
Faculdade de Economia
da Universidade de
Coimbra – Portugal

Redação/Offices
ACEESA – Associação Centro
de Estudos de Economia Solidária
do Atlântico – Portugal
Rua D. Maria José Borges, 137
9500-466 Ponta Delgada
São Miguel – Açores – Portugal
ceesageral@gmail.com

Plataformas On-line

Latindex, socioeco.org

ÍNDICE

- 7 NOTA EDITORIAL**
Rogério Roque Amaro
- 16 OS GRUPOS COMUNITÁRIOS DE LISBOA
- CAMINHOS ‘COMUNS’ PARA UMA CO-GESTÃO
DEMOCRÁTICA NA CIDADE**
Rogério Roque Amaro | Bárbara Ferreira
- 62 L’ÉCONOMIE SOLIDAIRE. UTOPIE DU POSSIBLE**
Jordi Estivill
- 72 LE DÉLIBÉRALISME:
LA DÉMOCRATIE RADICALE AU SERVICE DE L’ESS.**
Eric Dacheu | Daniel Goujon
- 96 CULTURA Y DESARROLLO LOCAL.
¿UNA PAREJA FELIZ?**
Jordi Estivill
- 124 United Nations
RESOLUTION ADOPTED BY THE GENERAL ASSEMBLY
ON 18 APRIL 2023**
[without reference to a Main Committee (A/77/L.60)]
- 132 MALAWI EM 2015 E 2016: A MINHA EXPERIÊNCIA,
À LUZ DOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO,
NOFLAY, DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E UM
BOCADINHO DE FEMINISMO**
Margarida Estrela
- 158 “A Economia Solidária” da obra “A Economia Social
e Solidária – Práticas, Teorias e Debates” (Capítulo 9),
de Jean-Louis Laville**
Carla Quintas
- 206 Normas Editoriais
Editing Rules**

Nota Editorial

Rogério Roque Amaro

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, NUMA VISÃO SUBSTANTIVA

Quando Karl Polanyi, “filósofo social, historiador da economia, antropólogo económico, sociólogo e economista político”¹, procedeu a uma análise crítica à Economia de Mercado e à sua imposição de uma “Sociedade de Mercado”, a partir da “Grande Transformação”, operada com a Revolução Industrial², criticou a “visão formal” da Economia dominante, acusando-a de propor uma perspectiva desenquadrada e desintegrada (“*disembbeded*”) da Economia, em relação à Sociedade e à Vida, onde necessariamente se insere e com as quais necessariamente interage, positiva e negativamente, como se fosse um sistema fechado, auto-suficiente e arrogante. Em contrapartida, como Cientista Social institucionalista e transdisciplinar, que cruzou e influenciou as áreas da Antropologia, da Economia, da História e da Sociologia, podendo ser “reivindica-

do” por qualquer destas áreas do Conhecimento³, Karl Polanyi propunha e defendia uma visão enquadrada, integrada, embutida, incrustada (“*embedded*”) da Economia, que tivesse em conta as suas permanentes relações e interações com os sistemas sociais, culturais, ambientais, políticos e territoriais, em que a Sociedade se exprime e em que a Vida ocorre⁴. Chamava a esta perspectiva, uma **visão substantiva da Economia**, ou seja, **uma Economia com Substância**.

Quando alguns dos principais autores da Economia Solidária, muito em particular aquele que é o mais citado, Jean-Louis Laville⁵, se foram inspirar em Karl Polanyi, para a fundamentação teórica do conceito de Economia Solidária, os dois principais pilares em que a assentaram foram o Princípio Económico de Reciprocidade, que Polanyi, como Antropólogo Económico, soube recuperar e valorizar, na sua Teoria dos quatro Princípios Económicos da Economia Real⁶, e a visão de uma Economia Substantiva.

A Economia Solidária é pois uma Economia Substantiva, ou seja, impregnada de relações sociais e afectivas, valores culturais, variáveis ambientais, contextos territoriais, implicações cognitivas e factores políticos, ou ainda, simplesmente multidimensional, ao contrário da Economia de Mercado, analisada pelos seus teóricos dominantes (da Economia Liberal e Neo-Liberal) como estritamente económica, e, em parte, da Economia Pública (do Estado), como essencialmente também social e política, nas abordagens dos autores de inspiração keynesiana. A formulação que melhor exprime esta acepção substantiva é o chamado conceito de Economia Solidária da Macaronésia, em

que a Economia Solidária é definida como a conjugação: de um Projecto Económico plural; de um Projecto Social de Coesão Social; de um Projecto Ambiental Ecocêntrico; de um Projecto Cultural de valorização da Diversidade; de um Projecto Territorial de Desenvolvimento Local; de um Projecto Cognitivo, de diálogo de Conhecimentos dedutivos e indutivos; de um Projecto Político de Democracia Participativa; de um Projecto de Gestão Alternativa; e de um Projecto Ético, com valores de referência⁷.

Nesse sentido, o número 15 da Revista de Economia Solidária tinha sido pensado para abordar o tema “A Economia Solidária e o Desenvolvimento Local (ou Comunitário)”, tendo em conta que a dimensão territorial, implicando ter em conta o Desenvolvimento Local ou Comunitário, é exactamente uma das dimensões importantes da Economia Solidária. E esse tema está presente no primeiro e no segundo artigos.

No primeiro, eu próprio e Bárbara Ferreira, que me tem acompanhado em muitos destes projectos e vivências, abordamos as experiências muito interessantes e ricas dos 26 Grupos Comunitários da Área Metropolitana de Lisboa, que eu acompanho desde a criação do primeiro, em 1993 (ou seja, há 30 anos), no Bairro Padre Cruz, na Freguesia de Carnide, em Lisboa, relacionando-os e reflectindo-os, à luz dos conceitos de Desenvolvimento Comunitário e Governança Local Partilhada e Participativa, no sentido de um novo modelo de co-gestão da Cidade, a partir dos seus bairros, em parceria, entre o Estado e as entidades que estão presentes nesses bairros, e com a participação fundamental das suas comunidades, convocando, por-

tanto, uma Democracia Participativa. Além disso, relacionamos os Grupos Comunitários com o conceito de Comuns, assumindo-se como uma espécie de “Baldios” imateriais urbanos, e com as dinâmicas de Economia Solidária, que, muitas vezes, promovem nos seus territórios. Este artigo é uma sequência de um outro congénere, que foi publicado, pelos mesmos autores, no n.º 14 desta Revista⁸.

Em seguida, no segundo artigo, da autoria de Jordi Estivill, propõe-se uma análise da Economia Solidária, como “Utopia do Possível”, tendo as suas bases de inspiração nas propostas e experiências do século XIX, no âmbito do que se designou então por “Economia Social”, tendo sobretudo em conta as reflexões filosóficas e teóricas dos apelidados, de forma crítica (por Karl Marx), de “Socialistas Utópicos” (como Charles Fourier, Claude-Henri de Rouvroy - Conde de Saint-Simon, Étienne Cabet, Pierre-Joseph Proudhon e Robert Owen). Analisam-se também os principais factores do seu ressurgimento, nos anos de 1980 e depois no século XXI, e também os seus percursos actuais, em vários países e continentes.

Nesse sentido, o terceiro artigo, da autoria de Eric Dacheux, professor e investigador da Universidade de Clermont Auvergne, e um dos autores que mais e melhor tem abordado a dimensão democrática da Economia Solidária, juntamente com Daniel Goujon, professor e investigador das Universidades de Lyon e Jean Monnet, de Roanne, analisa a dimensão política da Economia Solidária, enquanto proposta e caminho de utopia, para um novo modelo, uma terceira via, que designam por deliberalismo, por contraponto ao neo-

-liberalismo, em que a Economia é o campo de construção de uma alternativa democrática às sociedades actuais.

No quarto artigo, Jordi Estivill, um dos membros do Conselho Editorial e da Comissão Científica Internacional da Revista, e um dos autores mais renomados da Economia Solidária, a nível internacional, membro da XES - Xarxa (Rede) Catalã de Economia Solidária, a rede mais importante desta área, ao nível europeu, aborda as relações entre o Desenvolvimento Local, nas suas diferentes gerações, e a Cultura, na sua “irrupção” nas bases e valores culturais em que aquele assenta, a partir da sua “terceira geração”. Analisa também o papel dos actores locais e as relações entre o Desenvolvimento Local, as suas manifestações culturais e a Economia Social e Solidária, em particular quanto às fórmulas associativas que elas têm assumido ao nível local.

Entendeu-se, contudo, alargar o âmbito temático deste número, precisamente na perspectiva da visão substantiva, ou seja, multidimensional da Economia Solidária, para além da dimensão territorial. O quinto não é propriamente um artigo, mas um documento importante, uma vez que reproduz a Resolução das Nações Unidas, aprovada e adoptada, pela Assembleia Geral, em 18 de Abril de 2023, com vista à **“Promoção da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento Sustentável”**, o que representa, sem dúvida, um marco histórico no reconhecimento da Economia Social e Solidária, como pilar económico do Desenvolvimento Sustentável, o que não, poderia deixar de ser assinalado nesta Revista.

Em seguida, apresentam-se dois dos melhores trabalhos académicos de duas Estudantes de duas Pós-graduações do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, cujas áreas estão relacionadas com os temas desta Revista - Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Comunitário. Dá-se, deste modo, cumprimento a um dos compromissos assumidos pela sua linha editorial, o de publicar, sempre que possível, um ou dois trabalhos de Estudantes de Mestrados ou de Pós-graduações, das áreas referidas, sob condição de revisão científica, por membros da Comissão Científica da Revista, ou por dois especialistas convidados.

Por isso, o sexto artigo, da autoria de Margarida Estrela, Estudante da Pós-graduação, dá conta da sua experiência de trabalho no Malawi, em 2015 e 2016, à luz dos conceitos de Desenvolvimento Comunitário e de *Noflay*, mas considerando também algumas dinâmicas económicas informais, populares e comunitárias, protagonizadas por Mulheres.

Finalmente, apresenta-se uma ficha de leitura da autoria de Carla Quintas, Estudante da Pós-graduação em Economia Social e Solidária, sobre o capítulo 9 - “Economia Solidária”, do livro de Jean-Louis Laville (2018), *A Economia Social e Solidária - Práticas, Teorias e Debates*, Coimbra: Edições Almedina e CES, já referido.

NOTAS

¹ É assim que a Wikipédia o define. E correctamente! Aproveito para prestar aqui homenagem ao trabalho interessante, fundamentado e útil que a Equipa da Wikipédia tem realizado, através de uma metodologia de revisão e comprovação de base científica e que, tantas vezes, é desprezada e desconsiderada pela Academia, tão formal e arrogante nos seus conhecimentos e tão incapaz de aceitar que o Conhecimento também pode ser uma construção colectiva e um Comum, aberta a todos e todas, mesmo que saindo dos cânones mais formais do “conhecimento científico académico”. Infelizmente, já assisti a um júri de Mestrado em que a Mestranda, tendo ousado utilizar a Wikipédia como uma fonte de citação localizada, foi duramente criticada e desqualificada pela arguente, por ter

usado uma “fonte não científica”.

² Polanyi, Karl (2021). *A Grande Transformação - As origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70, 555 p.

³ Cf., por exemplo: Curto, Diogo Ramada, Domingos, Nuno e Jerónimo, Miguel Bandeira (2021). “A Grande Transformação, de Karl Polanyi - Questões de Interpretação”, in Polanyi (2021), pp. 9-37; e Santos, Rui (2021). “Polanyi e a Sociologia Económica”, in Polanyi (2021), pp. 39-64.

⁴ Cf., em particular, Polanyi (1975-1992 e 1992-1993).¹

⁵ Cf., por exemplo, Laville, Jean-Louis (2018). *A Economia Social e Solidária - Práticas, Teorias e Debates*. Coimbra: Edições Almedina e CES, 344 p.

⁶ Cf., em particular, Polanyi (2021: 175-192).

⁷ Ver, por exemplo: Amaro, Rogério Roque e Madelino, Francisco (2004). *Economia Solidária - Contributos para um Conceito*. Funchal: Edição bilingue (em português e castelhano), no âmbito do Projecto “CORES” (MAC/3.1/C24), da Iniciativa Comunitária INTERREG III B, 24 p.; Amaro, Rogério Roque (2009). *A Economia Solidária da Macaronésia - Um Novo Conceito*. *Revista de Economia Solidária*, n.º 1, pp. 11-28; e Amaro, Rogério Roque (2016). *A Sustentabilidade das organizações de Economia Solidária - proposta de conceptualização e de avaliação*. *Revista de Economia Solidária*, n.º 10, Dezembro, pp. 98-123.

⁸ Ferreira, Bárbara e Amaro, Rogério Roque (2021). *The Community Groups of Lisbon as “Commons”*. *Revista de Economia Solidária*, n.º 14, Dezembro, pp. 66-101.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaro, Rogério Roque (2009). A Economia Solidária da Macaronésia - Um Novo Conceito. *Revista de Economia Solidária*, n.º 1, pp. 11-28.

Amaro, Rogério Roque (2016). A Sustentabilidade das organizações de Economia Solidária - proposta de conceptualização e de avaliação. *Revista de Economia Solidária*, n.º 10, Dezembro, pp. 98-123.

Amaro, Rogério Roque e Madelino, Francisco (2004). *Economia Solidária - Contributos para um Conceito*. Funchal: Edição bilingue (em português e castelhano), no âmbito do Projecto “CORES” (MAC/3.1/C24), da Iniciativa Comunitária INTERREG III B, 24 p..

Curto, Diogo Ramada, Domingos, Nuno e Jerónimo, Miguel Bandeira (2021). “A Grande Transformação, de Karl Polanyi - Questões de Interpretação”, in Polanyi (2021), pp. 9-37.

Ferreira, Bárbara e Amaro, Rogério Roque (2021). The Community Groups of Lisbon as “Commons”. *Revista de Economia Solidária*, n.º 14, Dezembro, pp. 66-101.

Laville, Jean-Louis (2018). *A Economia Social e Solidária - Práticas, Teorias e Debates*. Coimbra: Edições Almedina e CES, 344 p..

Polanyi, Karl (2021). *A Grande Transformação - As origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70, 555 p..

Santos, Rui (2021). “Polanyi e a Sociologia Económica”, in Polanyi (2021), pp. 39-64.

OS GRUPOS COMUNITÁRIOS DE LISBOA - CAMINHOS ‘COMUNS’ PARA UMA CO-GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CIDADE

Rogério Roque Amaro | Bárbara Ferreira

Rogério Roque Amaro - rogerio.amaro@iscte-iul.pt

Professor Associado Jubilado do Departamento de Economia Política, da Escola de Ciências Sociais e Humanas, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Bárbara Ferreira - bmf1@iscte-iul.pt

Doutoranda em Sociologia Económica, no ISEG - Universidade de Lisboa e docente convidada do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Professora Auxiliar Convidada no IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE-IUL.

PALAVRA-CHAVE

GRUPO COMUNITÁRIO,
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO,
GOVERNANÇA LOCAL PARTILHADA E
PARTICIPATIVA,
COMUNS

KEYWORDS

COMMUNITY GROUP,
COMMUNITY DEVELOPMENT,
SHARED AND PARTICIPATORY LOCAL
GOVERNANCE,
COMMONS

RESUMO

Neste artigo, a autora e o autor apresentam, a partir das suas experiências, vivências e reflexões com os 26 Grupos Comunitários da Área Metropolitana de Lisboa, alguns aspectos da sua história e as suas principais características, ações conjuntas e conquistas, procurando abordá-los enquanto expressões práticas dos conceitos de Desenvolvimento Comunitário e de Governança Local Partilhada e Participativa, ou seja, de co-gestão da Cidade, a partir de dinâmicas participativas, ao nível de bairros. Procuram também apresentar as suas lógicas, enquanto experiências de um Comum imaterial urbano, ou seja, uma espécie de “Baldio” imaterial urbano, no quadro do regresso do tema e da importância dos Comuns.

ABSTRACT

In this article, the authors present, based on their experiences and reflections with the 26 Community Groups of the Lisbon Metropolitan Area, some aspects of their history and their main characteristics, joint actions and achievements, seeking to approach them as practical expressions of the concepts of Community Development and Shared and Participatory Local Governance, that is, of co-management of the City, based on participatory dynamics, at the level of neighbourhoods. They also seek to present their logics as experiences of an immaterial urban Commons, i.e. a kind of immaterial urban “Baldios”, within the framework of the return of the theme and the importance of the Commons.

1. Introdução

Este texto tem, como principais objectivos apresentar e caracterizar os Grupos Comunitários de Lisboa como experiências que, desde 1993: vêm construindo performances de um novo Comum Urbano; têm tentado afirmar-se e concretizar-se como Novos Actores Colectivos de uma praxis de Co-gestão Democrática da Cidade; assumem-se já como expressão inovadora de uma Governança Local Partilhada e Participativa da Cidade de Lisboa.

Desse ponto de vista, é sobretudo um texto de base indutiva, que procura dar conta de experiências práticas, que se vêm desenvolvendo desde há 30 anos, em 20 bairros de Lisboa (dos quais 16 em bairros de Habitação Social), exprimindo o que se tem vindo a aprender com essas práticas. Mas é também um texto de cariz teórico, de sistematização conceptual, que procura “devolver” àquelas práticas os ensinamentos que elas proporcionam, de forma a inspirá-las e fecundá-las ainda mais.

Na verdade, este trabalho é uma expressão dos processos de Investigação - Acção militante (aos dois níveis), em que nós (autora e autor) temos andado envolvida/o, de formas diferentes, desde 1993, permitindo-nos aprender, como Actor/Actriz (Cidadania Transformativa) e como Investigador/a (Cidadania Cognitiva). Este texto pretende dar conta de algumas das aprendizagens a esses dois níveis. E também das metodologias participativas e construtivas em que assentou.

Com esse fim em vista, começamos, no ponto 2, por apresentar e justificar a **metodologia de Investigação - Acção** que utilizámos na construção deste texto e que fundamenta o seu carácter indutivo e construtivo.

No ponto 3 partilhamos alguns apontamentos sobre a história do início, em 1993, dos Grupos Comunitários de

Lisboa e caracterizamos sobretudo os 17 Grupos Comunitários que temos acompanhado nas nossas Acções e Investigações, desde 1993 ou nos últimos quatro anos, fazendo também algumas referências aos outros nove GCs que existem na Área Metropolitana de Lisboa, que também têm tido algum acompanhamento da nossa parte.

No ponto 4, analisamos as principais dinâmicas conjuntas que têm sido desenvolvidas, envolvendo os vários Grupos Comunitários.

Depois, no ponto 5, identificamos as principais conquistas e resultados destes processos e dinâmicas dos GCs.

No ponto 6, reflectimos as experiências dos GCs como expressões do conceito de Desenvolvimento Comunitário ou Local, como base conceptual de enquadramento, relacionando-o ainda com os conceitos de Democracia Participativa e de Economia Solidária.

O ponto 7 aborda a proposta teórica de Governança Local Partilhada e Participativa, que as experiências dos Grupos Comunitários de Lisboa transportam em algumas das suas práticas, de forma indutiva inovadora, sendo um dos seus principais efeitos conceptuais transformativos.

Esse conceito leva à análise dos GCs como novos Comuns Urbanos (uma espécie de “Baldios” Urbanos Imateriais), na gestão dos problemas e desafios da Cidade, e como modelo inovador de co-regulação e de co-actividades, o que será apresentado no ponto 8.

Finalmente, no último ponto (9), sugerem-se algumas notas de reflexão final e de enunciado de desafios de Investigação e sobretudo de Acção.

O que é, além disso, particularmente relevante sublinhar neste texto é que se trata de experiências que se desenvolveram de forma própria e autónoma, sem influências anteriores.

É contudo possível encontrar afinidades interessantes com experiências paralelas em Barcelona e, mais recentemente, já no século XXI, com as “Tables des Quartiers” de Montreal (2006) e de França (2014). Nos últimos anos (desde 2011), surgiram réplicas suas em Angola e em S. Tomé e Príncipe.

Chama-se finalmente a atenção para o facto deste ser um texto construído numa perspectiva de Investigação - Acção, como se explica no ponto 2, pelo que não nos fez sentido apresentar previamente uma secção teórica autónoma, optando, em coerência, por introduzir as reflexões teórico-conceptuais, como culminar do processo de Aprendizagem e de Reflexão Partilhada com os Actores/Actrizes dos Grupos Comunitários e, portanto, nos pontos 6, 7 e 8, como enquadramento resultante e induzido das próprias análises das experiências que temos vivido.

2. Opções metodológicas

- uma perspectiva de Investigação

- Acção Participativa e Construtiva

As relações que o Autor (desde 1993) e a Autora (desde 2018, de forma mais continuada, mas também em 2010 e 2011, no âmbito da sua tese de Mestrado¹) têm mantido com as experiências de Grupos Comunitários² são claramente e assumidamente de Militância na Acção e na Investigação.

Estamos envolvidos na construção e na vida permanente dos GCs, em particular de alguns (sobretudo oito: GCBF, GCF, GCFC, GCGA, GCHN, GCL-S, GCPC e Rede L&M³) - **Militância na Acção.**

Mas também estamos envolvidos activamente na reflexão e na sistematização e produção teórica, na aprendizagem permanente e na docência⁴ e na divulgação científica⁵ sobre estes temas - **Militância na Investigação ou Cognitiva.**

Ambas se alimentam e fecundam, num círculo permanente, que se cruza e se mistura continuamente.

Coerentemente, este texto tem obrigatoriamente de reflectir isso e, por isso, ele está construído tendo, como base metodológica, os princípios da Investigação - Acção e, como inspiração epistemológica e teórica, as referências da “grounded theory”.

2.1. A opção por uma metodologia de investigação-acção participativa

Desde o seu início, a partir de Kurt Lewin, o quadro da Investigação-Ação tem estado ligado ao objetivo de aplicar certos princípios de Investigação para impulsionar uma ação transformadora sobre a realidade, ou como Kemmis, McTaggart e Nixon (2014: 26), referindo-se elegantemente à Investigação-Ação Participativa Crítica, descreveram como uma “prática que muda a prática”⁶.

Baseia-se na co-construção do Conhecimento por todos os seus participantes e, por isso, abre as avenidas e caminhos sinuosos para a co-construção da própria Realidade (cf. Berger e Luckmann, 1966). Nos antípodas do paradigma científico objectivista e positivista, que dominou as Ciências (Sociais) no último século, a Investigação-Ação rejeita a noção de que estar “por dentro” dos processos que constroem a vida social implica uma penalização inultrapassável - «não ser capaz de ver as coisas de forma desinteressada ou ‘objectiva’»; bem como a noção de que os investigadores estão investidos de uma cândida capacidade de Objectividade pura e desinteressada nos processos selectivos de Observação e Interpretação da realidade (Kemmis, McTaggart & Nixon (2014: 5-6).

Em vez disso, mobiliza, valoriza e melhora todos os tipos de Conhecimento⁷ que os Participantes “interessados

e investidos” (incluindo os “académicos”) trazem para a prática (auto)reflexiva e analítica (Investigação de problemas e problemáticas), bem como para os processos de Acção transformadora, que visam melhorar e criar soluções práticas para esses problemas colectivamente identificados (Acção), numa espiral auto-perpetuadora de Investigação-Acção-Investigação, ou simplesmente, *Praxis*, no sentido de Paulo Freire (1987), que reconcilia a distinção epistemológica e ontológica clássica entre Acção e Reflexão.

Nas suas formas mais emancipatórias, a Investigação-Acção, mais concretamente a Investigação-Acção Participativa (Crítica) (cf. Fals-Borda & Rahman, 1991; Kemmis, McTaggart & Nixon, 2014, entre outros), “implica a aquisição de conhecimentos sérios e fiáveis sobre os quais construir poder, ou contrapoder, para os grupos e classes sociais pobres, oprimidos e explorados - as bases - e para as suas organizações e movimentos autênticos” (Fals-Borda & Rahman, 1991: 3).

Abraçando a nossa própria reflexividade, subjectividade e posicionalidade (Haraway, 1988) - como Cidadãos (acima de tudo) e Investigadores - optámos por seguir a metodologia da Investigação-Acção, tanto na sua versão ‘Prática’ como nas modalidades ‘Crítico-Participativa’ (ver nota de rodapé número 8), como um passo natural para incluir a voz de todos os participantes envolvidos e afectados pela prática (dos Grupos Comunitários) e para mudar (desafiar) as relações de poder enredadas associadas a eles, bem como aos processos de investigação típicos.

As técnicas de investigação e de facilitação utilizadas no processo de Investigação-Acção Participativa (IAP) são retiradas de várias tradições qualitativas, incluindo

metodologias etnográficas e participativas. Incluíram entrevistas, grupos de discussão, observação directa e participante, workshops de fotografia e vídeo (com crianças e adolescentes de um Grupo Comunitário), programas de rádio, workshops temáticos, *world café*, assembleias participativas e outros. A escolha das técnicas foi determinada pela diversidade de participantes, contextos e objetivos, envolvendo os actores e investigadores-actores, de forma a minimizar as assimetrias de poder e privilégio entre nós (Fals-Borda & Rahman, 1991: 8-10 e Kemmis, McTaggart & Nixon, 2014: 85-87).

2.2. Aplicação e alguns resultados da metodologia posta em prática

O processo de investigação-acção resultante tem sido, até agora, co-produzido pelos participantes a vários níveis: em cada um dos 26 Grupos Comunitários em que participámos, mas particularmente naqueles em que estivemos mais envolvidos, actuando como facilitadores (oito Grupos Comunitários); em experiências transversais de investigação-acção iniciadas por nós, que visavam criar espaços alternativos de reflexão colectiva e de acção sociopolítica, ou ‘comunidades de prática’; o envolvimento activo dos autores e dos Participantes dos Grupos Comunitários na divulgação pública geral destas práticas de Investigação-Acção e Co-Gestão, nomeadamente num programa de Rádio denominado “Utopias em Acção” (desde 2018) e em Encontros e Conferências públicas, promovidos por várias Universidades, ONG locais e outras instituições privadas ou públicas.

Alguns dos resultados deste processo de co-criação são:

- a criação da PIC (Plataforma Intercomunitária), que envolve moradores de todos os bairros de habitação social de Lisboa com GCs, onde várias questões são discutidas e transformadas a partir de baixo (Gestão de Resíduos Urbanos, Transição Ecológica, Segurança para além de abordagens patológicas e/ou securitárias, Integração de minorias e grupos sub-representados);
- a promoção de “Encontros de Grupos Comunitários” regulares (para induzir a simbiose e a cooperação entre experiências distintas), que juntaram, pela primeira vez, mais de 100 participantes da Área Metropolitana de Lisboa, discutindo e propondo formas de melhorar e aprofundar a Democracia a nível local;
- o começo de um processo de “Governança Local Partilhada e Participativa”, reunindo representantes eleitos do poder local e moradores e profissionais eleitos pelos seus próprios Grupos Comunitários para os representar em processos de co-produção na cidade de Lisboa, no que respeita a questões relacionadas com o seu “Direito à Cidade” (cf. LeFebvre, 1968; Harvey, 2008) e estratégias de cooperação mútua para enfrentar os desafios sociais amplificados pela Covid-19;
- a criação de uma “Pluriversidade Comunitária” (por oposição à Uni-versidade), de forma a democratizar a produção de Conhecimento (epistemológica e cognitivamente), com uma forte orientação interseccional, focando explicitamente uma “ecologia de Saberes” para construir cidades e sociedades justas.

2.3. Uma construção teórica baseada na *Grounded Theory*

Assumimos ainda, do ponto de vista teórico, a perspectiva proposta pela denominada *Grounded Theory* (Glaser e Strauss, 1967), definida como um método de investigação que permite aos investigadores e aos actores desenvolverem uma teoria de base indutiva, baseada na observação e na recolha de dados, com o objectivo de transformar a realidade (social, neste caso). Neste sentido, a perspectiva da *Grounded Theory* é coerente e um resultado da IAP.

Com base nas nossas experiências - de acção e de investigação - propomos a definição de Grupos Comunitários que nos servirá de referência nesta reflexão:

Os Grupos Comunitários são plataformas e dinâmicas informais que se combinam⁸:

- O envolvimento ativo das Comunidades (Moradores, em termos individuais e/ou coletivos, através dos seus grupos informais ou formais, tais como Associações de Moradores, Associações de Pais, Mães e Encarregados de Educação, Coletividades Desportivas, Culturais e Recreativas locais, Grupos de Jovens, Escuteiros), aqui designadas pelo conceito e práticas de **Participação** (Nunes et al., 2017: 70-75);
- A cooperação (e não mera “colaboração”) entre serviços e instituições (públicas e/ou privadas: autarquias locais, serviços públicos - de Ação Social, Educação, Saúde e Segurança e Ordem Pública -, desconcentrados a nível local, e outras instituições e organizações com intervenções no território), que corresponde ao conceito e práticas de **Parceria** (Nunes et al., 2017: 70-75);

- De forma a partilhar, de forma participada e integrada, o **Diagnóstico** dos problemas e necessidades da Comunidade;

E reivindicar e/ou construir em conjunto as **Respostas** e os **Sonhos** para os enfrentar;

E assim alcançar o **Desenvolvimento, o Bem-Estar e o Bem-Viver da Comunidade**.

3. Breves notas históricas e de caracterização sobre os Grupos Comunitários de Lisboa⁹

Entre 1993 e 1996 foram criados os primeiros cinco Grupos Comunitários de Lisboa e de Portugal. O primeiro, em 1993, no Bairro do Padre Cruz, na freguesia de Carnide. No ano seguinte (1994), constituíram-se mais três GC, nos Bairros: da Horta Nova, na mesma freguesia de Carnide; da Quinta Grande, um bairro de casas precárias (barracas), na freguesia da Charneca; e das Galinheiras, uma zona com forte presença de AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal, na freguesia da Ameixoeira.

Estes primeiros quatro GC foram criados no âmbito de Projectos do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, promovidos por Equipas da SCML- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em bairros de Habitação Social ou com situações de pobreza e de exclusão social.

Desses, existem ainda três, mas, em um caso (Galinheiras, agora Galinheiras-Ameixoeira), com algumas reconfigurações territoriais, devido a processos de realojamento. O da Quinta Grande (na freguesia da Charneca) já não existe, uma vez que as famílias foram realojadas no Alto do Lumiar, mas, de algum modo, a sua inspiração e alguns dos

seus membros inspiraram um GC, entretanto nascido no novo Bairro, também conhecido por Alta de Lisboa.

Mais tarde, em 1996, outra Equipa da SCML, do CDCL - Centro de Desenvolvimento Comunitário do Bairro dos Lóios, antes conhecido por “Zona N2” (um bairro de Habitação mista, com fogos de Habitação Social, outros de venda livre e outros ainda de uma Cooperativa), na freguesia de Marvila (em Lisboa), também entendeu, por influência dos GC anteriormente mencionados, que era pertinente e adequado constituir um GC, o quinto a ser criado (Nunes et al., 2017: 70-75). Na primeira fase, este GC abarcou também instituições do Bairro vizinho da Zona N1, agora designado por Flamengo e que passou, mais tarde, a ter um GC próprio, como se verá no ponto 3. O GC dos Lóios também ainda persiste.

Nos anos seguintes, até ao final do século, houve uma espécie de réplicas, com a criação de mais dois GC (nos Bairros da Flamengo e do Condado), ambos na freguesia de Marvila e sob a influência dos cinco iniciais e de Equipas da SCML¹⁰. Depois, embora os cinco primeiros se tenham sempre mantido ou deixado a sua influência (ainda que, como já se referiu, com algumas alterações de abrangência territorial em dois deles - Quinta Grande e Galinheiras), houve um certo “deserto” de novos GC, até aos finais da primeira década do século XXI. Contudo, nos últimos 14 anos, foram criados 19 Grupos Comunitários ou Redes Interinstitucionais, na Área Metropolitana de Lisboa, dos quais 13 na Cidade de Lisboa (além dos sete que já existiam, sendo que os da Flamengo e do Condado tinham sido interrompidos e só foram retomados neste último período). Os GC mais recentes foram os dos Bairros das Fonecas e Calçada (freguesia

de Alvalade, em Lisboa), em 2017, do Pendão (freguesia de Queluz-Belas, no concelho de Sintra), em 2018, da freguesia de Santo António (em Lisboa), em 2018, da Caparica-Pragal (no concelho de Almada), em 2019, da freguesia de Campo de Ourique (em Lisboa), em 2021, e do Bairro da Bela Flor (na freguesia de Campolide, em Lisboa), em 2023.

Actualmente, existem, em princípio, 26 Grupos Comunitários e Redes Interinstitucionais na Área Metropolitana de Lisboa (sendo 20 em Lisboa), 22 dos quais em bairros com Habitação Social, embora muitos deles com situações mistas, incluindo também Habitação Cooperativa e Habitação de Mercado Livre. Contudo, alguns GC estiveram ultimamente inactivos, alguns por efeitos das limitações impostas pela COVID-19 e dado que têm muitos/as Moradores/as, sem condições de acesso à internet¹¹, outros por razões anteriores, como são os casos dos GCSA e GCA-QF (ver Quadro 1).

Notas - * Este GC foi interrompido e retomado no 3.º período; ** O GCA teve uma existência efémera em 2006-2007, mas só neste período é que ganhou continuidade; *** Este GC tem estado inactivo.

FONTE: Autor e Autora.

QUADRO 1 - LISTA DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS (GC) E REDES INTERINSTITUCIONAIS (RI) DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, POR PERÍODOS DE CRIAÇÃO E ZONAS				
PERÍODOS	DESIGNAÇÃO	BAIRRO(S)	CONCELHO	FREGUESIA
1 - 1993-1996	Grupo Comunitário do Bairro do Padre Cruz (GCPC)	Padre Cruz	Lisboa	Carnide
	Grupo Comunitário da Horta Nova (GCHN)	Horta Nova	Lisboa	Carnide
	Grupo Comunitário da Quinta Grande - com algumas influências no actual Grupo Comunitário da Alta de Lisboa (GCAL)	Quinta Grande (mais Quinta da Pailepa e Quinta do Louro) - actualmente Alto do Lumiar	Lisboa	Charneca - actualmente Lumiar e Santa Clara
	Grupo Comunitário das Galinheiras - actualmente Grupo Comunitário das Galinheiras - Ameixoeira (GCGA)	Galinheiras e Ameixoeira	Lisboa	Ameixoeira - actualmente Santa Clara
	Grupo Comunitário dos Lóios (GCL)	Lóios	Lisboa	Marvila
2 - 1997-2008	Grupo Comunitário do Bairro da Flamengo (GCF)*	Flamenga	Lisboa	Marvila
	Grupo Comunitário do Condado (GCC)*	Condado	Lisboa	Marvila
3 - 2009-2023	Grupo Comunitário 4 Crescente (GC4C)	Alfinetes, Marquês de Abrantes, Quinta do Chalé e Salgadas	Lisboa	Marvila
	Grupo Comunitário Alfredo Bensaúde (GCAB)	Alfredo Bensaúde	Lisboa	Olivais
	Grupo Comunitário do Bairro do Armador (GCA)**	Armador	Lisboa	Marvila
	Grupo Comunitário do Bairro da Bela Flor - GCBF	Bela Flor	Lisboa	Campolide
	(Grupo Comunitário do Condado - GCC)*	(Condado)	(Lisboa)	(Marvila)
	(Grupo Comunitário do Bairro da Flamengo - GCF)*	(Flamenga)	(Lisboa)	(Marvila)
	Grupo Comunitário do Bairro das FONSECAS e CALÇADA (GCFC)	Fonsecas e Calçada	Lisboa	Alvalade
	Grupo Comunitário do Bairro das FONSECAS e CALÇADA (GCFC)	Liberdade e Serafina	Lisboa	Campolide
	Grupo Comunitário de Olaias - Portugal Novo (GCO-PN)	Olaias e Portugal Novo	Lisboa	Areeiro

QUADRO 1 - LISTA DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS (GC) E REDES INTERINSTITUCIONAIS (RI) DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, POR PERÍODOS DE CRIAÇÃO E ZONAS

PERÍODOS	DESIGNAÇÃO	BAIRRO(S)	CONCELHO	FREGUESIA
	Assembleia Comunitária do Vale de Chelas (ACVC)	Quinta do Lavrado, Rua Carlos Botelho, Rua João Nascimento Costa e Rua Sarmento Rodrigues	Lisboa	Beato e Penha de França
	Rede L & M	Quinta das Laranjeiras e Casal dos Machados	Lisboa	Parque das Nações
	Grupo Comunitário de Marvila Antiga (GCMA)	Marvila Antiga	Lisboa	Marvila
	Grupo Comunitário de Campo de Ourique (GCCO)	Freguesia de Campo de Ourique	Lisboa	Campo de Ourique
	Grupo Comunitário de Santo António (GCSA)***	Freguesia de Santo António	Lisboa	Santo António
	Parceria de Telheiras (PT)	Telheiras	Lisboa	Lumiar
	Grupo Comunitário de Caparica - Pragal (GCC-P)	Antigas freguesias de Caparica e Pragal	Almada	União das Freguesias de Caparica e Trafaria e União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas
	Rede de Organizações para o Desenvolvimento de Alcabideche (RODA)	Adroana, Alcoitão e Cruz Vermelha	Cascais	Alcabideche
	Grupo Comunitário do Bairro da Bela Flor - GCBF	Galiza	Cascais	União das Freguesias de Cascais e Estoril
	Rede Interinstitucional do Bairro da Torre (RIT)	Torra	Cascais	União das Freguesias de Cascais e Estoril
	Grupo Comunitário da Apelação - Quinta da Fonte (GCA QF)***	Apelação e Quinta da Fonte	Loures	União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação
	Grupo Comunitário do Pendão (GCP)	Pendão	Sintra	União das Freguesias de Queluz e Belas

REVISTA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/15 - A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NUMA VISÃO SUBSTANTIVA - ACEESA

Nem todos os Grupos Comunitários e Redes Interinstitucionais contêm todos estes elementos. Se tomarmos como referência os dois grandes princípios que definem o essencial de um GC, ou seja, a Participação da Comunidade (PC) e a Parceria das Instituições (PI), podemos considerar os seguintes critérios de análise:

• PC - Pode-se ter em conta três níveis:

1. Participação aberta e forte da Comunidade (podendo ser a nível individual ou colectivo, onde houver associativismo comunitário, formal ou informal) - 2;
2. Participação limitada e fraca da Comunidade, normalmente por convite das instituições (podendo ser a nível individual ou colectivo, onde houver associativismo comunitário, formal ou informal) - 1;
3. Participação tendencialmente inexistente - 0.

• PI - Considera-se o valor médio de três tipos de Parcerias, cada um com três níveis:

PIpl - Parcerias do Poder Local - envolvimento das autarquias locais (câmaras municipais e juntas de freguesia) nas reuniões e actividades do GC¹²;

PIsp - Parcerias dos serviços públicos desconcentrados da Administração Pública Central (nas áreas da Acção Social, Educação, Emprego, Habitação, Saúde e Segurança) e seu envolvimento nas reuniões e actividades do GC¹³;

PIong - Parcerias de organizações não governamentais (ou da Economia Social e Solidária) e seu envolvimento nas reuniões e actividades do GC¹⁴.

(Para cada um destes três tipos de Parceria, tem-se em conta três níveis: 2 - Envolvimento forte e tendencialmente permanente; 1 - Envolvimento fraco, esporádico e/ou de poucas organizações e/ou serviços públicos; 0 - Envolvimento tendencialmente inexistente. Para o PI global, considera-se depois o valor médio dos três tipos).

Os resultados estão apresentados no Quadro 2¹⁵.



QUADRO 2 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS (GC) E REDES INTERINSTITUCIONAIS (RI) DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA							
CONCELHO	GC/RI	PC	PIpl	PIsp	PIong	PI= (PIpl + PIsP + PIong) : 3	TOTAL (PC + PI)
ALMADA	GCC-P	1	2	1	2	1,67	2,67
CASCAIS	RIG	0	2	2	2	2	2
	RIT	0	2	2	2	2	2
	RODA	0	2	2	2	2	2
LISBOA	GC4C	2	2	1	2	1,67	3,67
	GCAB	0	2	2	2	2	2
	GICAL	1	1	2	2	1,67	2,67
	GCA	2	2	1	2	1,67	3,67
	GCBF	2	2	0	2	1,33	3,33
	GCC	1	2	1	2	1,67	2,67
	GCF	2	2	1	2	1,67	3,67
	GCFC	2	2	2	2	2	4
	GCGA	2	2	1	1	1,33	3,33
	GCHN	2	2	0	2	1,33	3,33
	GCL-S	1	2	1	2	1,67	2,67
	GCL	1	1	1	1	1	2
	GCO-PN	1	2	1	1	1,33	2,33
	GCPC	2	2	2	1	1,67	3,67
	Rede L & M	0	2	2	2	2	2
	ACVC	1	1	1	2	1,33	2,33
	GCMA	1	2	1	2	1,67	2,67
	GCCO	1	1	1	2	1,33	2,33
GCSA	0	1	1	2	1,33	1,33	
PT	1	2	1	2	1,67	2,67	
LOURES	GCA-QF	1	2	2	2	2	3
SINTRA	GCP	2	2	0	2	1,33	3,33

FONTE: Autor e Autora e Ferreira & Amaro (2021: 81-86).

Deste exercício, que se deve considerar experimental, retiramos algumas notas preliminares interessantes, que confirmamos com o conhecimento directo de praticamente todos os GC e RI¹⁶:

1. Dos 25 GC e RI analisados, **apenas nove são completamente abertos à Participação da Comunidade** (PC = 2), embora com intensidades diferentes - 4 Crescente, Armador, Bela Flor, Flamengo, FONSECAS e Calçada, Galinheiras-Ameixoeira, Horta Nova, Padre Cruz e Pendão. Correspondem ao que se pode designar por **verdadeiros Grupos de Comunidade**¹⁷, na medida em que assentam numa Participação aberta a toda a Comunidade. Destes oito, apenas cinco (FONSECAS e Calçada, Galinheiras-Ameixoeira, Horta Nova, Padre Cruz e Pendão) o são desde a sua criação, como condição *sine qua non*; os outros três conquistaram recentemente essa característica.
2. Contudo, **apenas um** se pode considerar **Grupo Comunitário completo**, ou seja, com Participação aberta à Comunidade (PC = 2) e com Parcerias Institucionais fortes (PI = 2), portanto com um máximo de pontuação de 4: FONSECAS e Calçada. Mas aproximam-se bastante deste nível os GC4C, GCA, GCF, e GCPC, todos com 3,67 pontos, e ainda os GCBF, GCGA, GCHN e GCP, com 3,33 pontos. Todos eles se podem considerar **Grupos Comunitários plenos ou quase plenos**¹⁸.
3. Em contrapartida, dir-se-ia no extremo oposto, temos cinco **Redes Interinstitucionais plenas**¹⁹, que assentam apenas na cooperação entre autarquias, serviços públicos desconcentrados e instituições particu-

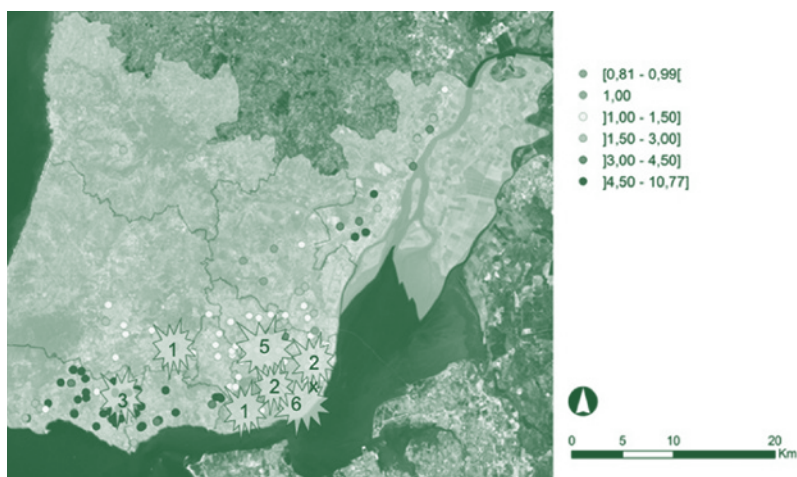
lares, sem preverem a Participação da Comunidade²⁰, e onde aquela cooperação é forte (PI = 2, com PC = 0): RIG, RIT, RODA, GCAB e Rede L&M;

4. Pelo meio, temos situações híbridas, com potencialidades diferenciadas para se tornarem GC plenos, como os: GCA-QF (3 pontos); GCC-P, GCAL, GCC, GCL-S, GCMA e PT (2,67 pontos); GCO-PN, ACVC²¹ e GCCO (2,33 pontos); GCL (2 pontos²²); e GCSA (1,33 pontos).

É claro que a consideração de outras variáveis (como a articulação entre a Participação da Comunidade e as Parcerias institucionais) ou de mais níveis de avaliação (como, por exemplo, quanto à intensidade da Participação da Comunidade) permite outras análises e conclusões e, consequentemente, outras hierarquias avaliativas dos GCs. Além disso, todos os GC têm altos e baixos, na Participação e nas Parcerias, pelo que estes níveis podem sofrer oscilações²³.

Reproduzindo agora uma análise efectuada em Ferreira & Amaro (2021: 80-81 - ver Figura 1, retirada desse artigo, p. 81), é interessante constatar que “os bairros de habitação social mais vulneráveis de Lisboa estão, no essencial, cobertos por GC, com poucas excepções. Este é um aspecto importante, já que mostra um potencial acrescido de promoção de uma redistribuição mais justa de recursos e serviços para estes territórios e de melhoria do desempenho político e social destas comunidades” (p. 81). “Por outro lado, ao considerar os múltiplos bairros residenciais de Cascais e as suas acentuadas disparidades socioeconómicas e demográficas em relação aos níveis gerais da população deste concelho, não se pode deixar de sentir que três GC não são suficientes para enfrentar a extrema desigualdade relativa encontrada em cerca de 30 bairros de habitação social” (p. 81).

Figura 1: Os Grupos Comunitários dos Bairros de Habitação Social da Grande Lisboa, vis-à-vis a vulnerabilidade relativa dos bairros, em comparação com os seus concelhos respectivos



FONTE: Ferreira & Amaro (2021: 15), adaptado de Malheiros, Jorge; Ferreira, Bárbara; Carreiras, Marina; Amílcar, Anselmo; & Raposo, Rita (2016). Vulnerabilidade e Integração Urbana em Bairros de Habitação Social da Grande Lisboa: Uma Aproximação Conceptual e Empírica. *Espaço & Geografia*, Vol.19, N.º 1, pp. 185-237.

4. As dinâmicas conjuntas - a PIC, a GLPP e a PC

Até 2018 os GC estavam desligados uns dos outros, não se contactando, nem realizando actividades em conjunto, mesmo quando são vizinhos (como acontece em Marvila, onde há seis GC, alguns, como o GCA, o GCF e o GCL em bairros que confinam). Nesse ano, quando passámos a ir a todas as reuniões dos GC e RI, constatámos, com grande perplexidade e estranheza, essa situação e que, apesar disso, todos tinham preocupações similares (como a questão

da recolha do lixo e da segurança, por exemplo), preparando-se inclusive alguns deles para assumirem iniciativas, que se iriam dispersar e repetir, perdendo impacto, quando poderiam ser colectivas e coordenadas.

Resolvemos, por isso, propor estratégias e acções conjuntas, a primeira e principal das quais foi a de constituir uma Plataforma Intercomunitária (que se passou a designar por PIC), para os 15 GC dos bairros de Habitação Social de Lisboa, com Moradores/as (1 ou 2) representantes de cada um, começando por abordar a questão dos comportamentos e da recolha, relacionados com o lixo. O que também foi uma maneira de pressionar os GC, que não tinham Moradores/as no seu seio, a abrirem-se a esse modelo, como de facto aconteceu com vários.

A PIC teve a sua primeira reunião em 28 de Dezembro de 2018 e, até à paragem imposta pelas limitações da pandemia da COVID-19, realizou 21 reuniões em 14 meses. Foi acolhida positivamente por parte da Direcção Municipal de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos (CML-DHURS)²⁴, para se encetar uma dinâmica de co-gestão da questão da recolha dos resíduos sólidos e dos comportamentos dos Moradores/as a esse respeito, ou seja, a CML, aceitou a Participação das Comunidades, através dos Grupos Comunitários, na co-gestão desta problemática, tão importante para o Ambiente, a Sustentabilidade e o Bem-Estar e o Bem Viver das Comunidades, tendo verdadeiramente tido início neste processo o que temos designado por um modelo inovador de **Governança Local Partilhada e Participativa (GLPP)** da Cidade de Lisboa²⁵.

Com a mesma preocupação, e também com o incentivo de uma Técnica da Fundação Aga Khan²⁶, propusemos a realização de um Encontro de Grupos Comunitários da Área

Metropolitana de Lisboa, começando por organizar quatro Encontros de Zona, para 14 GC dos bairros de Habitação Social de Lisboa, a que se quiseram associar os de Marvila Antiga e do Pendão.

Este processo confluiu depois para o I Encontro de Grupos Comunitários (e Redes Interinstitucionais) da Área Metropolitana de Lisboa, que teve lugar em 7 de Dezembro de 2019, na Biblioteca de Marvila, com a presença de 81 Pessoas, associadas a 21 GC e RI, tendo sido um excelente momento de interacção, interconhecimento, reflexão, partilha e convívio colectivo entre GC. Um dos seus resultados foi a constituição de um Grupo de Trabalho para criação de um *site* comum para os GC e RI da AML. Uma segunda edição só não teve ainda lugar porque a COVID-19 a impediu.

Outro dos seus resultados mais importantes foi o envolvimento da Vereadora da Direcção de Habitação e Desenvolvimento Local, da Câmara Municipal de Lisboa (CML-DHDL), no desafio de se construir, com os Grupos Comunitários, um processo de co-gestão da Cidade de Lisboa, para promover o Desenvolvimento Local no seu território e, em particular, para enfrentar algumas das situações e problemáticas com que se defrontam as Comunidades dos bairros de Habitação Social.

Para o efeito, organizaram-se três reuniões, por videoconferência (devido às limitações impostas pela situação da pandemia), para as quais cada um dos 15 GC dos bairros de Habitação Social (a que se juntou o de Marvila Antiga) designou, pelo menos, 2 representantes (obrigatoriamente um/a Morador/a e um/a Técnico/a): em 13 de Maio (com 59 participantes), 20 de Maio (51) e 28 de Julho de 2020 (34).

Vale a pena citar a parte teórico-ideológica do Documento aprovado nessas reuniões, pela sua importância estratégica, uma vez que nela se apresenta o conceito e se faz a distinção do de Governança Integrada, que se tornou, a certa altura, o conceito de referência da Acção da SCML²⁷: “A Governança Local Partilhada e Participativa (ou, usando apenas as iniciais, GLPP) significa que a identificação e a resolução dos problemas e necessidades das Comunidades não são tarefas apenas do Estado, ou que ficam dependentes das capacidades e dos recursos (quando os há...) de cada um/a para seu lado (indivíduos, famílias, empresas, associações...), entregues a si próprios/as, mas que passam a ser repartidas entre todos e todas, de forma organizada e, portanto, uma responsabilidade conjunta de todos os/as protagonistas da Sociedade

Pode portanto definir-se como um processo de co-responsabilização e co-gestão (ou regulação conjunta) de problemas e soluções, envolvendo, com igual empenhamento e sentido de responsabilidade, a Comunidade (individualmente e através das suas associações, colectividades e grupos informais), as autoridades públicas (autarquias locais e serviços públicos locais de acção social, educação, emprego, saúde, segurança...), as instituições particulares e as empresas presentes no Território.

Para explicar melhor o seu sentido, cada uma das palavras utilizadas tem um significado próprio, que devem depois ser entendidas no seu conjunto:

- **É Governança**, e não Governação, porque a resolução dos problemas das Comunidades deixa de ser “monopólio” do Estado (Central ou Local), **para passar a ser conjunta, envolvendo vários protago-**

nistas da Sociedade, sendo que a palavra “Governança” se aplica, normalmente, só à “acção do Governo” ou, por extensão, à “acção do Estado”, sentido que aqui é abandonado, porque a “acção do Estado” passa a ser completada com a “acção conjunta de todos e todas”, como é explicado mais em pormenor pelas palavras seguintes;

- **É Local**, porque, neste caso, se aplica a Territórios de base local: começa nos Bairros, como partes das freguesias, para se constituírem como componentes do concelho, que, neste caso, é a Cidade-Lisboa, sendo o sentimento de Comunidade naqueles a base fundamental de uma construção de uma Cidade mais justa, democrática e sustentável;
- **É Partilhada**, porque pretende envolver, em Parceria, as instituições, públicas (as autarquias locais e os serviços públicos desconcentrados no local, como referidos anteriormente) e privadas (organizações da Economia Social e Solidária e empresas), que intervêm no Território, mobilizando a sua co-responsabilização, a favor do Bem-Estar das Comunidades;
- **É Participativa**, porque assenta no envolvimento activo e, portanto, na Participação da Comunidade, quer como Cidadãos e Cidadãs individuais, quer como colectivos organizados (associações de moradores e de pais, colectividades locais, grupos informais...), **sendo esta a componente mais importante e decisiva deste novo modelo, porque é a que traduz e reforça a sua base de Democracia e Cidadania Participativa, com a possibilidade de responsabilização e autonomização de todos os Cidadãos e Cidadãs.**

Sublinhe-se que este modelo é diferente do que é designado por Governança Integrada.

Antes de mais, pelo uso preferencial nesse da palavra “Governança” (pelas razões explicadas antes), mas sobretudo pelo (único) relevo dado à característica de “Integrado”. Embora esta seja importante, por chamar a atenção para a importância de ver e resolver todos os problemas e todas as suas dimensões em conjunto, na verdade esse modelo não mobiliza nem valoriza a componente Participativa (central no modelo aqui proposto, como se referiu), nem refere, de forma explícita a dimensão da Parceria.

É, por isto, um modelo que assenta sobretudo no papel dos Técnicos e Técnicas, negligenciando o papel fundamental da Participação das Comunidades, tendendo, portanto, para uma perspectiva tecnocrática de Integração de sectores de intervenção, mas desvalorizando o **objectivo democrático** (resultante da Participação). Ora, como já se disse, **o qualificativo “Participativa” é o mais importante da designação utilizada, porque é o que se refere ao envolvimento das Comunidades Locais.**²⁸

Mais recentemente, em Dezembro de 2021, as dinâmicas resultantes das acções conjuntas dos Grupos Comunitários permitiram fazer nascer a **Pluriversidade Comunitária (PC)**, uma estrutura informal de Partilha de Conhecimentos e de Aprendizagens Mútuas, em que:

8. Se pretende valorizar e partilhar uma **pluralidade** de Conhecimentos, de várias origens, dedutivas e indutivas, académicas e da vida corrente;
9. A partir dos saberes das **Comunidades** e com vista a dar resposta aos seus problemas e necessidades e a promover a sua Dignidade e Sustentabilidade;

10. Não havendo professores/as e alunos/as, mas sempre Aprendentes;
11. Não havendo também aulas, mas sim Sessões de Conhecimentos Partilhados;
12. Sob o apoio e a certificação, não de um conselho científico, mas sim de um Comité de Sistematizadores/as e Indutores/as, em que metade terão certificados académicos (mestrado, pelo menos), mas a outra metade não (nem sequer terão de ter o 4.º ano de escolaridade).

5. Principais conquistas e resultados destes processos

É importante referir que, em geral, os GC/RI têm contribuído, por vezes de forma determinante, para resolver ou amenizar muitos dos problemas e necessidades das Comunidades a que se referem, nomeadamente quanto a²⁹:

13. Construção de Diagnósticos Comunitários Partilhados (em Parceria) e Participativos, como aconteceu, por exemplo, nos GC4C, GCC, GCF, GCFC, GCGA, GCHN, GCL-S, GCPC, GCP e também, parcialmente, na ACVC e, no passado, no GCL e no GC da Quinta Grande);
14. Co-gestão de espaços públicos (salas das autarquias locais e espaços na rua), como foi conquistado nos GC4C, GCC, GCF, GCHN, GCPC e GCP;
15. Reivindicação e/ou co-construção de respostas comunitárias, para equipamentos nos edifícios municipais, nos jardins públicos e nas hortas urbanas sociais, como se verificou nos GC4C, GCHN e GCPC;

16. Redefinição e reforço de identidades comunitárias, de forma solidária e positiva, a partir de sentimentos negativos de defesa e de reacção às estigmatizações, associadas a muitos desses bairros, como se pôde/pode observar nos GCHN, GCPC e GCP, por exemplo;
17. Apoios e acompanhamento de situações mais frágeis, no contexto da pandemia da COVID-19, quer de Pessoas infectadas e de famílias em confinamento ou que perderam os seus empregos, quer na distribuição de alimentos e refeições ou de outros produtos (de limpeza e de segurança, por exemplo), quer no apoio às crianças para o ensino à distância, além de apoio psicológico, onde os GC foram muito importantes, como sobretudo nos casos dos GC4C, GCAB, GCAL, GCC, GCF, GCFC, GCGA³², GCHN, GCL-S, GCPC, ACVC, GCCP e GCP.

Quanto às dinâmicas referidas no ponto 4, sobretudo no que se refere à PIC e à GLPP, os principais resultados já alcançados são os seguintes³¹:

18. Participação de membros designados do Departamento de Desenvolvimento Local da CML e do Gabinete da Vereadora e da própria Vereadora nas reuniões dos GC, o que já ocorreu em várias destas, por diversas vezes, nos GC4C, GCAB, GCAL, GCA, GCC, GCF, GCFC, GCGA, GCL-S, GCO-PN, ACVC e Rede L&M³². O objectivo e o compromisso é que em todas as reuniões de todos os GC haja sempre a presença e o acompanhamento de um representante da CML-DDL e, pelo menos uma vez por ano, da Vereadora, para concretizar, nos momentos de reflexão, construção e acção dos GC, o desafio da co-gestão.

19. Co-responsabilização dos GC na emissão de pareceres (e, no futuro, nas decisões) sobre a atribuição de espaços municipais não residenciais (vulgo lojas) nos seus bairros;
20. Criação de um Grupo de Trabalho sobre Ocupações e Desocupações (GOD), constituído por Moradores/as, representantes dos Grupos Comunitários dos bairros onde existam mais situações de ocupações ilegais de fogos municipais, para discutirem e apresentarem uma proposta de resolução, com Justiça, Dignidade e Equidade (e não apenas com Legalidade), dessas situações, para decisão nas estruturas democráticas da CML;
21. Atribuição, a cada GC, de um “espaço-âncora”, pela CML-DHDL, para “sede” das suas actividades comunitárias e para benefício da Comunidade (proposta aprovada, por unanimidade, no Executivo da CML), em condições muito favoráveis (sem custos de arranjos iniciais, renda e despesas de água e electricidade), no fundo como se tratasse de um “Baldio Urbano”, no sentido de um Espaço Comunitário, gerido pelos GC, em nome da Comunidade, sendo os GC estruturas informais, o que é notável e inovador³³;
22. (Como efeito lateral) Aprovação, pela CML (em parceria com a SCML), sob o forte impulso, e acompanhamento da CML-DHDL, de um Projecto (“Mudar de Vida”), envolvendo 13 Famílias de etnia cigana, que foram desocupadas em Janeiro-Março de 2020, para, até 28 de Fevereiro de 2023, atingirem objectivos de integração social e de Bem-Estar, negociados com elas, nas áreas da Educação, Emprego e Empreendedorismo, Habitação, Igualdade de Género, Saúde e Autonomização, com os contributos dos GC dos territórios associados.

Acrescente-se que esta Parceria entre os GC e a CML-DHDL, que dá fundamento e substância à GLPP, ou seja, a uma dinâmica de co-gestão de algumas problemáticas e desafios da Cidade de Lisboa, foi antecedida, como já se referiu, pelo trabalho notável conjunto entre a PIC e a CML-DHURS e tem tido eco no interesse de outros departamentos da CML em se associarem ou, pelo menos, acompanharem este processo, como tem sido o caso do Departamento dos Direitos Sociais e da Direcção Municipal da Cultura.

Foi também essa, no fundo, a filosofia do trabalho extraordinário de cooperação que o Ministério da Saúde solicitou ao GCGA, através da Unidade de Saúde Pública de Lisboa-Norte Dr. Francisco George, em Maio-Junho de 2020, com o envolvimento do Serviço de Protecção Civil, da CML, para levantamento de situações das “vilas” das Galinheiras, organização de rastreios e acompanhamento e apoio às Pessoas infectadas com a COVID-19 e suas Famílias³⁴.

6. Os GCs, como experiências de Desenvolvimento Comunitário - uma reflexão teórica

Assumimos aqui, antes de mais, como equivalentes os conceitos de Desenvolvimento Comunitário e de Desenvolvimento Local, embora o seu entendimento possa variar consoante o momento histórico, o reconhecimento (ou não) e validação científica, o contexto geográfico e cultural, o enquadramento institucional e os protagonistas valorizados e as percepções e dimensões tidas em conta³⁵.

Foi nos finais do século XIX que se começou a utilizar o Desenvolvimento Comunitário, como estratégia de promoção do Bem-Estar, em dois contextos diferentes - no âmbito do colonialismo inglês e do apoio a zonas e a popu-

lações desfavorecidas nos E.U.A.. Já depois da 2.^a Guerra Mundial, o Desenvolvimento Comunitário foi a designação adoptada pelas Nações Unidas, como estratégia proposta para o Desenvolvimento das chamadas “regiões-problema”. Durante todo esse período, até ao início dos anos de 1980, a expressão utilizada foi Desenvolvimento Comunitário³⁶.

Desse período, podemos referir a definição de Desenvolvimento Comunitário apresentada pela ONU, como “o conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral” (citado em Silva, 1963: 543).

No sentido de sublinhar as componentes essenciais desta definição, citamos Maria Manuela Silva, a principal autora a apresentar e a pôr em prática o conceito de Desenvolvimento Comunitário nos anos de 1960 em Portugal: “Em favor do desenvolvimento comunitário diz-se ainda que, se o desenvolvimento opera sempre uma transformação profunda dos indivíduos e dos grupos humanos, devem ser estes os autores dessa transformação - tomando consciência dela, escolhendo-a, assumindo-a, realizando-a, que o mesmo é dizer que o desenvolvimento deve processar-se por iniciativa, com a participação e sob a responsabilidade daqueles a quem vai beneficiar, como é da índole do desenvolvimento comunitário.” (Silva, 1963: 544). Assinale-se a importância dada à Participação Comunitária.

Depois, a partir dos anos de 1980, passou a ser a expressão Desenvolvimento Local que ganhou visibilidade, tornando-se um conceito com validação científica, nomeadamente no quadro do Paradigma Territorialista do Desen-

volvimento Regional, e depois com reconhecimento político-institucional, em particular nos anos de 1990 na União Europeia e na OCDE³⁷.

Autores como Walter Stöhr³⁸, Bernard Pecqueur³⁹, Bernard Vachon⁴⁰, José Arocena⁴¹, John Friedmann e Clyde Weaver⁴², entre outros, ajudaram então a fundamentar e a consolidar o conceito de Desenvolvimento Local.

Partindo desses vários contributos, sintetizamos o conceito de Desenvolvimento Comunitário ou Local do seguinte modo⁴³:

- É um processo de mudança;
- Centrado numa Comunidade (de pequena dimensão, ou seja, com uma escala humana de Proximidade);
- Que visa dar resposta às suas necessidades fundamentais, que se encontram por satisfazer, procurando, portanto, aumentar o seu Bem-Estar e Bem-Viver;
- A partir, preferencial e fundamentalmente, das suas capacidades e recursos (endógenos);
- O que implica uma metodologia e uma pedagogia de Participação e de Autonomização (*Empowerment*) da Comunidade;
- Com o apoio de recursos exógenos de variados tipos, desde que fertilizadores dos endógenos;
- Numa perspetiva integrada e multidimensional;
- O que exige uma lógica de Trabalho em Parceria, ou seja, de articulação entre as Instituições e os Serviços que trabalham na Comunidade;
- Com impacto tendencial em toda a Comunidade;
- E segundo uma grande Diversidade de ritmos, lógicas, processos e resultados, em função das características e especificidades de cada Comunidade.

Os Grupos Comunitários são, antes de mais, exacta e explicitamente, expressões deste conceito de Desenvolvimento Comunitário ou Local na medida em que traduzem todos aqueles pontos

Em particular, segundo a definição que apresentámos de Grupo Comunitário, no ponto 3⁴⁴, os elementos fundamentais são:

23. A sua territorialização e consequentes relações de proximidade;
24. A Participação da Comunidade;
25. A cooperação ou Parceria entre as instituições e serviços públicos e privados com intervenção no território;
26. Os seus objectivos de promoção dada Dignidade, da Sustentabilidade e do Bem-Estar da Comunidade.

Torna-se pois evidente a sua conexão com o conceito de Desenvolvimento Comunitário referido⁴⁵.

Por outro lado, dada a importância central da Participação da Comunidade nos GCs (e no conceito de Desenvolvimento Comunitário), estas experiências correspondem também, muitas vezes, a práticas (que podem ser inovadoras) de Democracia Participativa de Proximidade, contribuindo para afirmar processos de Cidadania Participativa Comunitária e para renovar e confrontar ou se articular com os caminhos da Democracia Representativa⁴⁶, mais formal e institucional, o que permite associar os GCs com as reflexões teóricas propostas, neste domínio, por autores como Fung (2004), Hickey & Mohan (2004) e Villasante (2017), entre outros.

Outra ligação interessante que encontramos em vários GCs prende-se com a promoção de actividades económicas,

seguindo os princípios da Economia Solidária⁴⁷, como encontramos, por exemplo, nos GC4C, GCAL, GCFC, GCGA, GCL e GCP.

7. Os GCs como Governança Local Partilhada e Participativa - uma nova proposta conceptual

Para além disso, os GCs da Cidade de Lisboa têm vindo a desenvolver, nos últimos quatro anos, um processo inovador de cooperação com alguns departamentos da Câmara Municipal de Lisboa, com vista à **co-gestão** de alguns problemas dos bairros e da Cidade, tais como, até agora, os relativos à higiene urbana e à gestão dos resíduos (nomeadamente domésticos), às políticas de habitação, à gestão dos fogos e dos espaços não habitacionais municipais, à gestão dos espaços públicos e comuns, às respostas a crises, como a da COVID-19⁴⁸. Tem como objectivos principais, através do envolvimento activo das Comunidades e das Instituições de cada território e dos serviços da autarquia, criar um modelo de regulação política inovador, que conjugue e assente em:

27. Uma base territorial de Proximidade efectiva, de vida e de identidade, ou seja, a partir do Bairro;
28. Parceria empenhada das instituições (públicas e privadas, incluindo empresas) e serviços público, com presença e intervenção no Bairro;
29. Participação e envolvimento activo das Comunidades locais;
30. Co-responsabilização de vários protagonistas na gestão dos problemas e desafios da sociedade e, portanto, do Bem Comum.

É esta conjugação de quatro características ou componentes centrais que nos leva a designar este (novo) modelo e conceito por **Governança** (4.^a Componente) **Local** (1.^a), **Partilhada** (2.^a) e **Participativa** (3.^a). Tem uma base territorial de Proximidade, conjuga Parcerias com Participação e propõe uma nova modalidade de abordagem e de regulação da Acção Pública, até agora monopolizada pelo Estado ou negada ou desvalorizada e substituída pelo Mercado.

Este conceito suscita, pelo menos, quatro notas de reflexão.

Em primeiro lugar, as suas quatro componentes centrais deixam claro porque é que a sua base de partida (prática) e de fundamentação (teórica) são os Grupos Comunitários, como se constata facilmente se compararmos com a sua definição (apresentada no ponto 3) e com o conceito de Desenvolvimento Comunitário que os enquadra (ver o ponto 6).

Em segundo lugar, sem dúvida que o elemento fundamental, mais decisivo e inovador deste modelo e deste conceito é o envolvimento (**Participativo**) da Comunidade e a própria presença desta, sobretudo porque ela tinha sido “expulsa” e excluída do protagonismo e da regulação da Sociedade, pelo determinismo impositivo do binómio maniqueísta caracterizador do século XX, “Estado-Mercado”, “Público-Privado”. Ao determinar e dominar os modelos ideológicos, políticos, económicos e sociais do século XX, este binómio “esqueceu”, desvalorizou e excluiu de facto o papel da Comunidade, que agora, com os Grupos Comunitários e com esta prática e proposta de GLPP, é recuperado e revalorizado. Este elemento (crucial) faz com que este conceito tenha pontos de contacto essenciais com o conceito de *Empowered Participatory Governance*, proposto por Archon Fung e Erik Olin Wright⁴⁹.

Por outro lado, este “regresso” da Comunidade⁵⁰, como protagonista importante da Sociedade e da regulação dos seus problemas e desafios, remete para o conceito de “**Comuns**” e da sua revalorização, como inovação, como se referirá no ponto 8.

Contudo, o conceito de Governança Local Partilhada e Participativa (GLPP) assenta também, como uma outra componente importante, nas Parcerias institucionais (públicas e privadas), o que nos parece fundamental para fazer face aos imensos, complexos e complicados problemas e desafios com que nos defrontamos actualmente neste primeira fase do século XXI, perante os quais a Acção Pública, protagonizado pelo Estado, é claramente insuficiente, e a Acção Privada do Mercado se apresenta como contraproducente⁵¹, pelo que é essencial mobilizar a Acção Colectiva, em Parceria, de todos os protagonistas da Sociedade, incluindo a Comunidade, como já se referiu. Esta é uma componente não tão valorizada na proposta de *Empowered Participatory Governance*, já mencionada (embora esteja presente, implícita ou mesmo explicitamente, nos quatro exemplos que apresentam), a qual assenta sobretudo no papel da Comunidade e dos seus processos Participativos e Deliberativos.

É certo que este alargamento dos protagonismos da GLPP a aproxima (perigosamente) das propostas neo-liberais (no seu essencial) da “Terceira Via”, de Tony Blair⁵², e da “*Big Society*”, de David Cameron. Há, no entanto, uma diferença fundamental e decisiva, que a opõe a essas propostas: enquanto elas pretendiam substituir ou complementar o Estado nas suas fragilidades, porque ele “é o problema e não a solução”⁵³, a GLPP reconhece o papel essencial do Estado e pretende reforçá-lo, com um

novo conceito de Acção Pública, “retirada do monopólio do Estado” e enriquecida com o protagonismo importante da Comunidade.

8. Os GCs como um Novo Comum (“Baldio”)

Urbano - uma leitura teórico-prática

Ao envolver a Comunidade (como a sua razão de ser) e ao mobilizar a sua Participação activa e central, os Grupos Comunitários representam um das vias mais fecundas do “regresso” do seu protagonismo para a identificação e a resolução dos problemas e desafios das sociedades actuais, assim conhecidas, interpretadas, organizadas e geridas de forma colectiva, com vista ao Bem Comum.

Neste sentido, um Grupo Comunitário é um **Comum**, na medida em que⁵⁴:

31. É uma entidade colectiva informal;
32. De propriedade colectiva indefinida (na verdade, a questão da propriedade não se coloca);
33. Organizada e gerida em comum, com a Participação da Comunidade;
34. Para identificar e resolver problemas da Comunidade;
35. Realizando actividades conjuntas, ou seja, co-actividades⁵⁵;
36. Para utilização comunitária.

São elementos fundamentais que o definem como um Comum, mais do que a questão da propriedade, antes a da gestão, da utilização e das co-actividades de base comunitária⁵⁶. De facto, actualmente, são considerados como Comuns “todas as actividades fundamentais para a Sustentabilidade da Vida, cuja apropriação (utilização e gestão)

privada e com fins lucrativos pode pô-la em causa e/ou gestão pública pode ser insuficiente ou inadequada”⁵⁷, podendo ser melhor geridas e utilizadas pela Comunidade (ou com a Comunidade)⁵⁸.

Na verdade, alguns GCs conseguem conjugar⁵⁹:

37. A co-produção de Conhecimento, através de Diagnósticos Partilhados e Participativos, permitindo diálogos de saberes de tipos diferentes⁶⁰;
38. A conquista de processos deliberativos de co-decisão, relativamente aos assuntos de interesse comunitário;
39. A co-construção de respostas e de soluções para os problemas e desafios da Vida em Comunidade e das correspondentes actividades, como co-actividades;
40. A prática de processos de co-gestão de espaços públicos e comunitários, em que a Comunidade reivindica e conquista ter uma palavra a dizer, na definição das regras e dos critérios da sua utilização;
41. O desenvolvimento e o reforço de uma identidade Comum, sobretudo nos GCs de maior duração.

Ao realizarem estas componentes da prática e do conceito dos Comuns, os GCs, mais do que promoverem “acções em comum” (*agir em commun*), conquistam processos de “acção comum” (*agir commun*)⁶³. Ao mesmo tempo, contribuem para tornar a política um projecto comum (“*commoning the political*”), numa perspectiva transformadora (“*in a transformative way*”)⁶⁴.

Por outro lado, de um certo modo, os GCs podem ser situados na mesma lógica dos “Baldios”, designação portuguesa para as terras comunitárias, de presença histórica

muito antiga em muitas regiões do país. A sua propriedade, gestão e utilização é comunitária, através da constituição de “Assembleias de Aldeia”. Historicamente, sobretudo a partir do século XIX, foram objecto de várias apropriações privadas (no âmbito da afirmação capitalismo em Portugal) e públicas (sobretudo no século XX, no tempo da Ditadura de Salazar), mas resistiram e ainda existem vários Baldios em Portugal (um dos poucos países da Europa onde ainda persistem), que têm uma legislação especial⁶⁵.

Pode-se mesmo considerar os Grupos Comunitários como casos de Novos Baldios Urbanos Imateriais.

9. Alguns desafios e notas de reflexão, resultantes deste “itinerário”

Os Grupos Comunitários são uma experiência muito própria e específica de Portugal e, em particular, de Lisboa, sem influências anteriores ou de outros países, mas correspondem a uma grande variedade de arranjos e de lógicas.

Os (cinco) mais antigos têm quase 30 anos, o que permite uma análise já bastante substantiva e fundamentada, mas é de assinalar que, dos 25 GCs actualmente existentes na Área Metropolitana de Lisboa, 20 foram criados nos últimos 14 anos (dois dos quais, na verdade, retomados).

Sobretudo nos dez com uma Participação Comunitária mais activa, encontram-se dinâmicas que traduzem:

42. Práticas de Democracia Participativa e Deliberativa de Proximidade;
43. Concretizações do conceito de Desenvolvimento Comunitário;
44. Um envolvimento em processos de Governança Local Partilhada e Participativa, com alguns departamen-

- tos da Câmara Municipal de Lisboa, que exprimem um modelo inovador de regulação e de co-gestão dos problemas e desafios da sociedade;
45. Uma expressão e um exemplo de um Novo Comum, nos seus valores de referência e nas suas lógicas de funcionamento;
46. Contributos importantes para a melhoria do Bem-Estar, da Dignidade e da Sustentabilidade de algumas Comunidades locais.

Estes resultados, efeitos ou características dos GCs constituem, simultaneamente, um potencial de inovação e de transformação política, económica e social (e também cultural e ambiental, por exemplo), que pode ainda alargar-se (a mais GCs) e reforçar-se, abrindo novos caminhos de futuro.

NOTAS

¹ Ver Ferreira (2011).

² Não só os 26 da Área Metropolitana de Lisboa, mas também os dois Grupos Comunitários de Angola, os dois de São Tomé e Príncipe, os similares 21 “Fóruns Sociais de Freguesia”, do concelho de Santa Maria da Feira, que o Autor tem ajudado a construir, acompanhado e avaliado, bem como os cinco “Fóruns Comunitários de Freguesia”, do concelho de Arouca (por enquanto, do universo das 16 freguesias do concelho), que está, neste momento, a ajudar a criar. Refira-se ainda que ambos estamos, neste momento, envolvidos na constituição de mais um GC, na Freguesia de Campolide, em Lisboa, o do Bairro da Bela Flor, já tido em conta na nossa análise.

³ Para uma decodificação destas siglas, ver o Quadro 1.

⁴ Em particular, neste momento, ambos muito activamente na docência de duas Pós-graduações, em Economia Social e Solidária e em Desenvolvimento Comunitário, no IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

⁵ Veja-se, a título de exemplos, a bibliografia indicada no final, da nossa responsabilidade.

⁶ Distanciando-nos de outras modalidades de Investigação-Ação, nomeadamente as imbuídas do cânone da razão instrumental, orientadas para a eficiência humana e tecnocêntrica (e.g.: Investigação-Ação Industrial), posicionamo-nos no âmbito das tradições pragmatista/prática e crítica desta metodologia (Cf. Kemmis, McTaggart e Nixon, 2014: 14-22).

⁷ Cf. Santos (2007).

⁸ Ver, por exemplo: Amaro (2018: 18) e Ferreira e Amaro (2021: 69-73). Cf. também Marchioni (1999: 8-12) e Marchioni (2002: 2-19).

⁹ Para uma abordagem mais aprofundada sobre este ponto, ver Amaro (2022:234-238).

¹⁰ No caso da Flamengo (antiga Zona N1), inicialmente como componente do GC do Bairro dos Lóios, um dos históricos do princípio. No caso do Condado (antiga Zona J) com um papel muito central do Centro de Saúde e da Enfermeira Rosário Horta, outra das protagonistas históricas desta área.

¹¹ É sobretudo os casos dos GCPC e GCHN.

¹² Considerou-se: o nível 2, quando há o envolvimento activo e permanente de pelo menos uma das autarquias (ou um dos seus departamentos) e esporádico da(s) outra(s) (ou de um dos seus departamentos); o nível 1, quando há só o envolvimento permanente e activo de uma delas e inexistente da(s) outra(s) (ou de um dos seus departamentos) ou esporádico de ambas (ou das três, no caso de haver mais de uma freguesia envolvida); o nível 0, quando o envolvimento é inexistente ou esporádico apenas de uma delas.

¹³ Considerou-se: o nível 2, quando há o envolvimento permanente e activo de pelo menos três dos serviços destas áreas; o nível 1, quando há o envolvimento permanente e activo de pelo menos um dos serviços destas áreas ou esporádico de pelo menos três; o nível 0, quando o envolvimento é inexistente ou é esporádico de menos de três dos serviços destas áreas. No caso de Lisboa, a SCML foi considerada equivalente a serviço público da área da Acção Social.

¹⁴ Considerou-se: o nível 2, quando há o envolvimento permanente e activo de pelo menos três ou metade das ONGs presentes no território; o nível 1, quando há o envolvimento permanente e activo de pelo menos uma das ONGs presentes no território, desde que haja mais do que duas ou esporádico de pelo menos três ou metade das ONGs presentes no território; o nível 0, quando o envolvimento é inexistente ou esporádico de menos de metade das ONGs presentes no território.

¹⁵ Este exercício é da nossa responsabilidade, embora tenha colhido inspiração num exercício similar que fizemos em Ferreira & Amaro (2021: 81-86).

¹⁶ E intenso e permanente dos 15 GC dos Bairros de Habitação Social de Lisboa (mais do do Pendão), muito em particular dos GCF, GCFC, GCGA, GCHN, GCL-S e GCPC e da Rede L&M.

¹⁷ Em Amaro (2018: 73-74) apresentou-se uma tipologia em sete categorias, que aqui não considerámos da mesma maneira.

¹⁸ Ver, sobre este conceito, Amaro (2018: 73-74).

¹⁹ Em Amaro (2018: 73) são designados por “Grupos exclusivamente de Instituições e Serviços, que não preveem a Participação da Comunidade, sendo, por isso, na verdade, quando muito, Grupos de Trabalho Comunitário ou na Comunidade, para a Comunidade, mas não com a Comunidade - são Grupos exclusivamente de Parceiros Institucionais”.

²⁰ Em alguns casos, como na RIG e na RIT, essa ausência da Comunidade é mesmo pretendida, para que as/os Técnicas/os possam abordar livremente entre si os problemas dos/as Moradores/as e da Comunidade, sem a presença, considerada constrangedora e limitativa destes/as. Em outros casos, como no GCAB e na Rede L&M, pretende-se evoluir para GC, com a Participação da Comunidade.

²¹ A chamada “Assembleia Comunitária do Vale de Chelas”, animada pela Fundação Aga Khan, em parceria com a SCML, nem é verdadeiramente uma Assembleia Comunitária, pois a Participação da Comunidade é bastante limitada, em número e em intensidade, nem verdadeiramente um Grupo Comunitário, até pelo envolvimento desigual das autarquias locais, dos serviços públicos e das instituições particulares. Assinale-se, já agora, que o outro GC animado pela Fundação Aga Khan é o do Pendão.

²² Apesar de ter 2 pontos como as Redes Interinstitucionais plenas, não o é, porque se trata de uma situação híbrida.

²³ Só para se ter uma ideia destas oscilações, compare-se este quadro com o quadro similar, apresentado em Amaro (2022: 256), calculado há cerca de um ano, em particular no que se refere às situações dos GCA, GCC, GCGA, GCL-S, GCHN, GCMA e GCPC.

²⁴ Muito graças ao empenhamento e dedicação de um das suas Técnicas, Sofia Albuquerque, a quem deve muito justamente ser atribuída parte importante dos méritos iniciais deste processo.

²⁵ Cf. também Ferreira & Amaro (2021: 94-95).

²⁶ É justo que, para a História dos GC da Área Metropolitana de Lisboa, referir o nome de Mónica Azevedo, que já tinha estado envolvida, na segunda metade dos anos de 1990, no GC da Quinta Grande, na época como Técnica do ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária.

²⁷ Cf. o Documento “Uma Proposta de Governança Local Partilhada e Participativa para a Cidade de Lisboa com o envolvimento dos Grupos Comunitários (versão reformulada)” - Parte II, pp. 1-2. Sobre o conceito de Governança Local Partilhada e Participativa, ver, em particular Amaro (2018: 94-95) e Ferreira & Amaro (2021: 13 e 94-97).

Para uma discussão mais alargada, ver também: Ferreira, Bárbara (2011). *Desenvolvimento, Cidadania*

e Participação: performances locais. Lisboa: ISEG - Universidade de Lisboa, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento, 94 páginas; Fung, Archon & Wright, Erik Olin (2003). Thinking about Empowered Participatory Governance. In: Fung, Archon & Wright, Erik Olin (orgs.). *Deepening Democracy - Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance*. London and New York: Verso, pp. 3 - 44; Fung, Archon (2006). Varieties of Participation in Complex Governance. *Public Administration Review*, Vol. 66 (December 2006), pp. 66 - 75; Fung, Archon & Cohen, Joshua (2004). Radical Democracy. *Swiss Journal of Political Science*, Vol. 10, N.º 4 (Winter 2004), pp. 23 - 34.

²⁸ Sobre esta distinção entre a Governança Local Partilhada e Participativa e a Governação Integrada, cf. Amaro (2020: 25): “Neste sentido, as lógicas de Intervenção Comunitária para o Desenvolvimento Comunitário referem-se a um modelo de Governança Local Partilhada e Participativa, de sentido democrático, e não a uma Governação Integrada, de sentido tecnocrático. E, no entanto, é esta a filosofia que se tem proclamado como inspiradora das intervenções da S.C.M.L. nos últimos tempos, desajustada portanto dos princípios do Desenvolvimento Comunitário”.

²⁹ Ver também, sobre estes resultados, Ferreira & Amaro (2021: 91-96).

³⁰ No caso do Grupo Comunitário das Galinheiras-Ameixoeira, o Ministério da Saúde delegou-lhe inclusive, em Maio/Junho de 2020, o levantamento das situações de risco face à pandemia, a organização de testes à população das “vilas” das Galinheiras e o acompanhamento e o apoio das Pessoa infectadas e das suas famílias, num inédito e notável processo de Governança

Local Partilhada e Participativa, em que Moradores/as e Instituições deram as mãos, para fazer frente a uma situação de calamidade, demonstrando que é possível aplicar um **modelo inovador de Deontologia Partilhada e Participativa**. Sobre esta experiência, cf. Lima, Mariana; Amaro, Rogério Roque; & Ferreira, Bárbara (2021). An experiente of shared and participatory local governance. *Practice Insights* - “Community Development Approaches to the COVID-19 Crisis”, Issue 17, IACD - International Association for Community Development, pp. 34-37 (consultar em www.iacdglobal.org).

³¹ Entretanto, já depois da primeira versão deste texto, realizaram-se eleições locais, tendo mudado o partido à frente da CML, para um mais à direita, mas os GC têm feito pressão para que este processo não se perca e continue no seu essencial

³² Não foi possível ainda a participação nos GCHN e GCPC, porque estes GC não têm reunido, desde o início da pandemia. Quanto ao GCL, a questão é diferente, pois é o Técnico designado, que ainda não se conseguiu disponibilizar.

³³ Tal como a Assembleia de Compartes, prevista na Lei dos Baldios, em Portugal, como estrutura de gestão das terras comunitárias ou Baldios.

³⁴ Ver Lima, Amaro & Ferreira (2021).

³⁵ Para um maior aprofundamento, cf. Amaro (2022: 196-208) e a bibliografia aí indicada.

³⁶ Cf. Amaro (2022: 196-197 e 209-211).

³⁷ Ver, por exemplo, Amaro (2022: 199-202).

³⁸ Stöhr (1981) e Stöhr (1990).

³⁹ Pecqueur (1987) e Pecqueur (1989).

⁴⁰ Vachon (1994).

⁴¹ Arocena (1986).

⁴² Friedmann & Weaver (1979).

⁴³ Cf., por exemplo, Amaro (2009a: 111) e Amaro (2018: 21-22).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Altman, D. (2011). *Direct Democracy Worldwide*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 248 páginas.

Amaro, R. R. (2009). Desenvolvimento Local. In: A. Cattani et al.(coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 108 – 113). Coimbra: Almedina e CES.

Amaro, R. R. (2009b). A Economia Solidária da Macaronésia - Um novo conceito. *Revista de Economia Solidária*, 1, pp. 11-28.

Amaro, R. R (2018). *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários*. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento.

Amaro, R. R. (2020). Percursos de Intervenção Comunitária na SCML. *Cadernos Técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, “Desenvolvimento Comunitário”, n.º 04, abril, pp. 17-25.

Amaro, R. R. (2022). *Desenvolvimento Comunitário em Portugal: Caminhos para o Aprofundamento da Democracia (Uma Governança Local Partilhada e Participativa em contexto de crises)*. In: J. Estivill & C. Balsa (orgs.), *Economia local, comunitária e solidária - O desenvolvimento visto de baixo* (pp. 192-282). Vila Nova de Famalicão: Editora Húmus, Coleção “Navegar é preciso”, 393 p..

Ander-Egg, E. (2005). *Metodología y práctica del desarrollo de la comunidad*. 2a. Edición, Buenos Aires: Editorial Lumen Hvmanitas, 144 páginas.

Arocena, José (1986). *Le Développement par L’Initiative Locale - Le Cas Français*. Paris: L’Harmattan. 227 páginas.

Berger, P. L. and Luckmann, T. (1966). *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. New York: Doubleday & Company, 219 páginas.

Burbano, A. (2011). *Apuntes sobre Desarrollo Comunitario*. Málaga: Universidad de Málaga, eumed.net (edição digital), 75 páginas.

Carmo, H. (coord.) (2015). *Desenvolvimento comunitário*. Lisboa: ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 323 páginas.

Chaves-Ávila, R. & Gallego-Bono, J. R. (2020). Transformative Policies for the Social and Solidarity Economy: The New Generation of Public Policies Fostering the Social Economy in Order to Achieve Sustainable Development Goals. *The European and Spanish Cases. Sustainability*, 12 (10), pp. 1-29 (doi:10.3390/su12104059).

Dardot, P. & Laval, C. (2014). *Commun - Essai sur la révolution au XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 593 páginas.

Fals Borda, O. and Rahman, M. (1991). *Action and Knowledge: Breaking the Monopoly with Participatory Action-Research*, New York: The Apex Press, 182 páginas.

Ferreira, B. (2011). *Desenvolvimento, Cidadania e Participação: performances locais*. Master’s thesis in International Cooperation and Development, ISEG – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Ferreira, B. e Amaro, R. R. (2021). *The Community Groups of Lisboa as “Commons”*. *Revista de Economia Solidária*, 14, pp. 66-101.

Fragoso, A. (2005). *Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas*. *Revista Lusófona de Educação*, 5, pp. 63-83.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Frey, K. (2007). *Governança Urbana e Participação Pública*. RAC-Eletrônica, Vol. 1, No. 1 (jan./abril), art. 9.º, pp. 136-150 (disponível em <http://www.anpad.org.br/rac-e>).

Frey, K. (2012). *Abordagens de governança em áreas metropolitanas da América Latina: avanços e entraves*. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, São Paulo, v. 4, n. 1, (jan./jun.), p. 87-102.

Friedmann, John & Weaver, Clyde (1979). *Territory and Function: The Evolution of Regional Planning*. London: Edward Arnold Publication, 234 páginas.

Fung, A. & Wright, E. O. (Eds.) (2003). *Thinking about Empowered Participatory Governance*. In: *Deepening Democracy - Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance* (pp. 3 – 44). London and New York: Verso.

Fung, A. (2004). *Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 306 p.

⁴⁴ Cf. Amaro (2018:18) e Ferreira & Amaro (2021: 69-73 and 77-86).

⁴⁵ Cf. também, por exemplo: Ander-Egg (2005), Burbano (2011), Carmo (2015),;Fragoso (2005), Matarrita-Cascante & Brennan (2012), Nunes et al. (2017).

⁴⁶ Deste ponto de vista, muitas das vivências e situações experimentadas pelos GCs, nas suas relações, por exemplo, com as autarquias locais, encontram ressonâncias relevantes nas reflexões propostas por Altman (2011), ao abordar as relações entre os processos de Democracia Directa e as formas de Democracia Representativa. Este é um tema que daria para muitos questionamentos e análises, mas que aqui apenas podemos indicar, sem aprofundar.

⁴⁷ Cf., por exemplo, Amaro (2009b) e Laval (2018).

⁴⁸ Cf., por exemplo, Lima, Amaro & Ferreira (2021).

⁴⁹ Cf. Fung & Wright (2003: 3-45). Cf. também, para uma discussão mais aprofundada: Fung (2004); Frey (2007); Frey (2012); Amaro (2018); Chaves-Avila & Gallego-Bono (2020); Giovannini (2020).

⁵⁰ O que suscita a questão de saber o que se entende por Comunidade, mas que não vai ser discutida aqui, mas encontra-se nesta linha, por exemplo, em Amaro (2018: 20-21).

⁵¹ Cf. também Fung & Wright (2003: 3-6).

⁵² Cf., por exemplo, Giddens (2013).

⁵³ Fung & Wright (2003: 4).

⁵⁴ Cf., por exemplo, Dardot & Laval (2014) e Healy et al. (2018).

⁵⁵ Este é um dos elementos mais interessantes da redefinição de “Comuns”, proposta por Dardot & Laval (2014).

⁵⁶ Para uma discussão mais substantiva destes elementos, cf. os já referidos Dardot & Laval (2014) e Healy et al. (2018). Cf. também Amaro (2018: 28-30) e Ferreira & Amaro (2021: 86-96).

⁵⁷ Amaro (2018: 29).

⁵⁸ Como Ostrom (1990) demonstrou.

⁵⁹ Cf. Ferreira & Amaro (2021: 91-96).

⁶⁰ Uma Ecologia de Saberes, como sugere Boaventura de Sousa Santos (2007).

⁶¹ Cf. Dardot & Laval (2014: cap. 6).

⁶² Hollender (2016: 3 and 6-11)..

⁶³ Cf. Ferreira & Amaro (2021: 86).

- Fung, A. & Cohen, J. (2004). Radical Democracy. *Swiss Journal of Political Science*, Vol. 10, No. 4 (Winter 2004), pp. 23 - 34.
- Fung, A. (2006). Varieties of Participation in Complex Governance. *Public Administration Review*, Vol. 66 (December 2006), pp. 66-75.
- Giddens, A. (2013). *The Third Way - The Renewal of Social Democracy*. New York: John Wiley & Sons, 176 p.
- Giovannini, M. (2020). Solidarity economy and political mobilisation: Insights from Barcelona. *Business Ethics: An European Review*, Vol. 29, Issue 3, pp. 497-509 (<https://doi.org/10.1111/beer.12283>).
- Glaser, B. and Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research*, Chicago: Aldine, 284 páginas.
- Haraway, D. (1988). "Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective," *Feminist Studies*, 14(3), pp. 575–599.
- Harvey, D. (2008). "The Right to the City," *New Left Review*, 53, pp. 23-40.
- Healy, S. et al. (2018). Commoning and the politics of solidarity: Transformational responses to poverty. *Geoforum*, Vol. 127, pp. 306-315 (<https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.03.015>).
- Hickey, S. & Mohan, G. (eds.) (2004). *Towards Participation as Transformation: Critical Themes and Challenges*. In: *Participation: from Tyranny to Transformation? Exploring new Approaches to Participation in Development* (pp. 3 – 24). London and New York: Zed Books.
- Hollender, R. (2016). A Politics of the Commons or Commoning the Political? Distinct Possibilities for Post-Capitalist Transformation. *Spectra*, 5(1) (<http://doi.org/10.21061/spectra.v5i1.351>).
- Kemmis, S., McTaggart, R. and Nixon, R. (2014). *The Action Research Planner – Doing Critical Participatory Action Research*. Singapore: Springer.
- Laville, J.-L. (2018). *A Economia Social e Solidária - Práticas, Teorias e Debates*. Coimbra: Almedina e CES- Universidade de Coimbra, 344 páginas.
- LeFebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.
- Lima, M. ; Amaro, R. R. & Ferreira, B. (2021). An experiente of shared and participatory local governance. *Practice Insights - "Community Development Approaches ti the COVID-19 Crisis"*, Issue 17, IACD - International Association for Community Development, pp. 34-37 ([consultar em www.iacdglobal.org](http://www.iacdglobal.org)).
- Malheiros, J; Ferreira, B., Carreiras, M., Amílcar, A. & Raposo, R. (2016). Vulnerabilidade e Integração Urbana em Bairros de Habitação Social da Grande Lisboa: Uma Aproximação Conceptual e Empírica. *Espaço & Geografia*, Vol.19, N. 1 (2016), pp. 185-237
- Matarrita-Cascante, D. & Brennan, M. A. (2012). Conceptualizing community development in the twenty-first century. *Community Development*, 43 (3), 293-305 ([doi: 10.1080/15575330.2011.593267](https://doi.org/10.1080/15575330.2011.593267)).
- Matarrita-Cascante, D. , Lee, J. H. & Nam, J. E. (2020). What elements should be present in any community development initiative ? Distinguishing community development from local development. *Local Development & Society*, 21 p. ([doi: 10.1080/26883597.2020.1829986](https://doi.org/10.1080/26883597.2020.1829986)).
- Nunes, N., Viana, A. M., Serra, N. & Amaro, R. R. (2017). *Intervenção Comunitária – Conhecimentos e Práticas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Centro Editorial da SCML.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons - The evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pecqueur, Bernard (1987). *De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire: essai sur le développement local*. Grenoble (France): Université Pierre Mendès France (Thèse de doctorat en Sciences économiques).
- Pecqueur, Bernard (1989). *Le Développement Local: mode ou modèle?*. Paris: Syros. 149 páginas.
- Santos, B. S. (2007). Para além do Pensamento Abissal - Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos - CEBRAP*, 79, pp. 71-94.
- Silva, M. M. (1963). *Desenvolvimento Comunitário - Uma Técnica de Progresso Social*. *Análise Social I* (4), pp. 538-558.
- Stöhr, Walter (1990). *Global Challenge and Local Response – Initiatives for Economic Regeneration in Contemporary Europe*. London, New York: Mansell and The United Nations University. 472 páginas.
- Stöhr, Walter & Taylor, Fraser (ed.) (1981). *Development From Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. Chichester: Wiley, 488 páginas.
- Vachon, Bernard (1994). *Le Développement Local - Théorie et pratique - Réintroduire l'humain dans la logique de développement*. Boucherville: Gaëtan Morin Editeur. 331 páginas.
- Villasante, T. R. (2017). *Democracias transformadoras : experiencias emergentes y alternativas desde los comunes*. Barcelona: El Viejo Topo, 171 p.

L'Économie Solidaire. Utopie du possible

Jordi Estivill

Profesor emerito de Política Social de la Universidad de Barcelona (1981-2002).

Profesor desde el año 2002, del mestrado de Desarrollo, Diversidades Locales y Desafíos Mundiales y, desde el año 2005, del mestrado de Economía Social y Solidaria del ISCTE de Lisboa.

Ex Director del Gabinet D'Estudis Socials de Barcelona (1984-2002). Cooperativa especializada en investigación, asistencia, formación y evaluación de las políticas laborales y sociales. Miembro actual de la Red Catalán de la Economía Solidaria y del Consejo Científico de RIPESS - Europa.

Experto en política social Europea habiendo participado en múltiples encuentros y programas como investigador y evaluador. Colaborador de la dirección de EAPN del programa europeo "Bridges" que se aplicó en Francia, Bélgica, Rumania. Bulgaria, España y Portugal.

Premio a la mejor trayectoria profesional en el campo social otorgado por el gobierno catalán (2010).

jordi_estivill@hotmail.com

MOTS-CLÉS

ECONOMIE SOCIALE,
ECONOMIE SOLIDAIRE,
SOCIALISME UTOPIQUE,
UTOPIE,
NOUVEAUX MOUVEMENTS SOCIAUX

KEYWORDS

SOCIAL ECONOMY,
SOLIDARITY ECONOMY,
UTOPIAN SOCIALISM,
UTOPIA,
NEW SOCIAL MOVEMENTS.

RÉSUMÉ

L'objectif de cet article est de réfléchir à l'économie solidaire comme "un petit ruisseau qui coule avec bonheur et sympathie entre deux rives puissantes, celle du Marché et celle de l'Etat", dont les inspirations utopiques remontent au 19ème siècle et aux premiers auteurs du socialisme utopique, tels que Robert Owen. Il aborde également la résurgence du concept à la fin du 20e siècle, liée aux nouveaux mouvements sociaux et aux luttes et grands défis d'aujourd'hui. Comme l'utopie, c'est un chemin que l'on parcourt, sans jamais atteindre un but définitif.

ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on the Solidarity Economy as "a small stream that flows happily and sympathetically between two powerful banks, that of the Market and that of the State", whose utopian inspirations go back to the 19th century and the first authors of Utopian Socialism, such as Robert Owen. It also addresses the resurgence of the concept at the end of the 20th century, linked to the new social movements and the struggles and major challenges of today. As a utopia, it is a path that is travelled, without ever reaching a definitive goal.

Le danger est d'arriver à se convaincre que les convictions sont des rêves, et à perdre l'amour pour les utopies.

Júlio Dinis

L'économie solidaire est comme un petit ruisseau joyeux, sympathique et non pollué, qui naît entre deux hautes montagnes : l'Etat et le marché. Tout en descendant vers la plaine, celui-ci reçoit des affluents et il finit par déborder des deux rives. D'un côté, il défend l'intérêt général et les biens communs, apanage de l'Etat, de l'autre, il tâche d'être efficace, qui est une des justifications du marché. Mais au même moment, devenu une puissante rivière, notre petit ruisseau reçoit les influences des deux autres acteurs et, dans un processus d'isoformisme¹, il peut perdre l'amour pour les utopies.

Cet article tâche de réfléchir sur cette utopie du possible que propose l'économie solidaire.

Un regard en arrière

L'économie solidaire est un processus qui accumule, d'une part, des connaissances qui surgissent de milliers d'expériences et, d'autre part, des idées qui jaillissent à travers le monde et à travers les âges. En grande partie, c'est dans les utopies d'hier que se couvent les réalités d'aujourd'hui. Il faut donc faire allusion aux utopistes de la renaissance, Moro, Campanella, Bacon et Rabelais, et surtout à ceux du dix-neuvième siècle Fourier, Saint Simon, Cabet, Proudhon et Owen qui remplissent cet itinéraire. C'est à ce dernier qu'est consacré un chapitre important de l'introduction de Paul Singer², l'un des grands auteurs brésiliens de l'économie solidaire.

Ce n'est d'ailleurs pas un hasard si les débuts de l'utilisation des concepts de l'économie sociale et solidaire européenne se situent dans la première moitié du dix-neuvième siècle. En effet, ces premières productions critiquent une économie politique optimiste qui parle de la richesse des nations et pense que le marché est le meilleur distributeur des ressources. C'est dans ce contexte, que l'on trouve chez Dunoyer, Pecqueur, Vidal la mise en valeur d'autres principes et logiques lorsqu'ils constatent l'appauvrissement populaire et la dégradation des conditions de travail.

D'autres voix provenant des milieux ouvriers affirment des associations autour desquelles peuvent se cristalliser des espaces publics autonomes³ et s'inscrire des actions collectives populaires mues par l'élan vers l'égalité et dans l'imaginaire d'un autogouvernement des citoyens associés⁴. Et encore dans les balbutiements du mouvement coopératif et mutuel, on trouve une volonté de faire rentrer la démocratie dans la vie économique. Lorsque des hommes et femmes se réunissent et décident de s'organiser ensemble pour affronter leurs besoins communs, de petits désirs utopiques commencent à naître.

Les dernières recherches⁵ sur les origines de l'économie sociale et solidaire dans la péninsule ibérique montrent bien qu'elle a trois dimensions. Une qui se démarque des conceptions économiques dominantes et qui met en avant le travail, la justice sociale, l'égalité. Les deux traités de Ramon de la Sagra⁶ (1840) et Brandao Sousa⁷ (1854) méritent d'être cités dans cette typologie. Une deuxième est l'expression de la préoccupation de la misère des classes populaires et du besoin de reformer les mécanismes de la bienfaisance publique et privé. Une troisième représente la voix des organisations issues des classes populaires (socié-

tés d'entraide, coopératives, associations) et réclament le droit associatif et meilleures conditions de vie et de travail. Dans ces trois tendances, on trouve des propositions pour construire des horizons plus démocratiques, plus justes, et des pulsions utopiques.

Dans ce sens, il est indéniable que ceux qui sont appelés 'socialistes utopiques' par Marx, à la fois qu'ils établissent une interprétation différente de leur société et économie, ils proposent des nouvelles formes d'organisation sociale et font des tentatives pour les mener à bien, même en Amérique. Icaries, Phalanstères, Familistères, Ateliers, Villages Coopératifs et toutes sortes de communautés de vie et de travail devaient permettre d'expérimenter et d'innover⁸. Le poids des idées utopiques va s'étendre tout au long du dix-neuvième siècle : chrétiens, communistes, les différentes familles socialistes, anarchistes, libertaires, tous vont remplir d'espoir le cœur de millions de travailleurs qui veulent s'émanciper des pouvoirs existants.

Ces auteurs proposent la création de collectifs, voire des communautés qui se guident par une propriété non individuelle, par le respect des personnes, par l'égalité des conditions d'existence et des rémunérations, par un travail libérateur, par un système économique solidaire, par des prises de décision démocratiques. Comme le rappelle Martin Buber⁹ certaines de ces idées vont parcourir un long chemin.

La résurgence de l'économie solidaire

La résurgence de l'économie solidaire se produit dans les années quatre-vingt du vingtième siècle. Elle va se remplir des acquis antérieurs et elle trouve quelques racines dans les révoltes de la période 1968-1976 : Mai 68, printemps de Prague, protestations des étudiants de Berkeley

et Mexique, l'autonomie ouvrière Italienne, les mouvements alternatifs Allemands, la révolution des œillets au Portugal, le début de la transition en Espagne. A travers ces luttes apparaissent les oppositions qui remplissent le contenu d'une alternative qui se construit.

Face au métro-dodo-boulot et à la grisaille de l'homogénéisation et de la bureaucratie de l'état providence, cette alternative apporte l'imagination au pouvoir : face à l'industrie nucléaire, elle veut préserver l'environnement; face à une société patriarcale, elle préconise le droit à la différence de genre; face à la subordination politique et économique, elle demande une plus grande participation citoyenne; face à la consommation de masse, elle revendique la frugalité et les produits de proximité, face à la complicité des organisations syndicales et politiques, elle défend l'autonomie des mouvements sociaux; face aux dictatures, elle lutte pour la démocratie représentative et participative¹⁰. En d'autres mots, elle argumente qu'une croissance économique fondée sur l'exploitation illimitées des ressources et sur un rapport inégal avec les pays du Sud ne sont plus, ni possibles, ni souhaitables. Et par conséquent, il faut explorer de nouvelles voies de développement ou de décroissance, il faut gaspiller moins et profiter mieux des ressources existantes et trouver d'autres rapports avec les pays du Sud. Cette nouvelle perspective permet que l'économie solidaire rencontre le développement local et communautaire et joigne leurs efforts.

La nouveauté par rapport à d'autres générations antérieures se situe dans le fait que cet ensemble de revendications ne sont pas uniquement théoriques ou canalisées vers les organisations politiques, mais que ceux qui les affirment vont tâcher de les appliquer et de les traduire

autour des naissantes initiatives économiques et sociales.

Cette économie alternative ne se reconnaît pas dans l'économie sociale traditionnelle. Elle lui apparaît trop ankylosée, trop complice avec l'institutionnel, ayant abandonné son discours et sa pratique de transformation sociale et politique. Ainsi, le concept de l'économie solidaire, fille révoltée de l'économie sociale, se formalise à partir des expériences et des idées qui surgissent aux Açores, au Brésil et en France, après les conséquences de la crise pétrolière et le début de la phase de domination néo-libérale. Elle se constitue comme un horizon utopique du possible mais s'éloigne au fur et à mesure que l'on s'en approche. C'est une utopie qui sert à marcher¹¹.

Le cheminement actuel de l'économie solidaire

Dans ce cheminement, et même si elle a des traits communs qui la caractérise, foisonnent des milliers d'expériences qui donnent à l'économie solidaire de chaque pays un visage particulier. Elle expérimente autour de l'agriculture biologique en approchant producteurs et consommateurs. C'est le cas des GAS de l'Italie ou, avant, elle avait fait naître les coopératives sociales et celui des AMAPS en France. Elle trouve des issues financières grâce à la finance éthique. Des monnaies locales, alternatives, sociales se répandent. Elle introduit de nouveaux services de proximité en France et au Québec. En Grèce, médecins et infirmiers créent des centres gratuits d'assistance sanitaire. En Espagne, l'économie solidaire permet qu'une partie des «indignados» passe de la révolte à l'expérimentation concrète¹². Au Brésil, grâce aux incubatrices, un nouveau rapport s'établit entre les universités et les initiatives locales. Aussi dans ce pays tout comme en Argentine, des travail-

leurs vont occuper et gérer des entreprises abandonnées. Partout dans les grandes villes de l'Amérique Latine, différentes formules de l'économie populaire (cuisines et jardins potagers, autoconstruction, aménagement de l'environnement...) voient le jour. Des ramasseurs de déchets s'organisent collectivement et les recyclent. Aux États Unis, en Angleterre apparaissent des nouvelles organisations communautaires. La liste est quasiment infinie...

Dans les pays du Sud mais aussi dans le Nord, il est crucial de noter que ce sont les femmes qui sont les protagonistes de cette dynamique. Celle-ci entame de nouveaux rapports avec l'administration publique, surtout au niveau local. L'accent est mis sur la co-construction égalitaire des politiques publiques fondée sur la concertation des acteurs publics, avec les représentants des unités de l'économie solidaire et des associations de voisins et autres organisations communautaires¹³. Avec le renouvellement des gouvernements locaux, en Catalogne mais aussi à Madrid, Saragosse, Pampelune, Saint-Jacques de Compostelle, et Valence, des expériences sont en train de naître. Non sans limites, elles ouvrent des marges de manœuvre considérables. A Barcelone, la Mairie a mis sur pied un département de l'économie sociale et solidaire qui, pour élaborer son programme de travail, s'est inspiré des 14 mesures proposées par le Réseau Catalan de l'économie solidaire¹⁴. A ce jour, cinq de ces mesures sont déjà appliquées: diagnostic local, espace de participation, expériences dans certains quartiers, critères sociaux et environnementaux dans les concours publics, budget spécifique. Il est trop tôt pour faire un bilan, mais d'ores et déjà, s'ouvre un horizon vers lequel regarde, les yeux pleins d'espoir, le milieu coopératif, associatif et communautaire barcelonnais.

Dans la perspective de ce renouvellement, certains anciens mots prennent un autre sens: la sphère publique n'est plus le monopole de l'administration étatique, le capital social n'est plus une perspective technocratique, la démocratie économique doit s'élargir au domaine social et faire le lien avec la démocratie politique. Parfois, apparaissent de nouveaux concepts: «Buen vivir»¹⁵, biens communs¹⁶, nouvelle culture politique, économie collaborative¹⁷, féminine, circulaire... C'est ainsi que, en dialoguant et en les intégrant, la dimension théorique de l'économie solidaire s'enrichit¹⁸.

Ce foisonnement et cette dynamique ne doivent toutefois pas faire oublier que l'économie solidaire reste un secteur minoritaire, marginal, même si elle existe et grandit. Elle prouve que non seulement il est possible de produire, distribuer, consommer, épargner, échanger, se guérir, se former, s'amuser via un circuit alternatif de qualité, mais elle met également à l'épreuve, in vivo, une nouvelle façon de concevoir la société et l'économie.

L'économie solidaire, ce petit ruisseau qui veut arriver à la mer, est donc bel et bien une utopie du possible qui veut devenir une entropie. Elle tient à avoir une place pour montrer qu'il y a des milliers de personnes qui croient, vivent et luttent pour construire cette possibilité.

NOTAS

¹ Laville, J.L. (2009) L'économie solidaire dans le débat théorique. Rev. Economia Solidaria n1. (pag.60)

² Singer, P. (2002) Introdução à Economia Solidária. Sao Paulo. Fundação Perseu Abramo. (pag.24 a 38)

³ Habermas, J. (1993) L'espace public. Paris. Payot.

⁴ Laville, J.L. (2010) Politique de l'association. Paris. Seuil. (pag.23)

⁵ Estivill, J. (2017) Os primórdios da economia social em Portugal. Porto. Rev. Sociologia n XXXIII

⁶ Sagra, R. (1840) Lecciones de economia social. Madrid. Imprenta de Ferrer y Compañía.

⁷ Brandao Sousa, F.M. (1857) Economia Social (primeira parte). O trabalho. Lisboa. Typografia do Progresso.

⁸ Parodi, J.F. (2010) Godin, inventeur de l'économie sociale. Mutualiser, coopérer, s'associer. Valence. Ed. REPASS.

⁹ Buber, M. (2016) Utopie et socialisme. Paris. L'échappée. (Voir Chapitre X) (réédition de 1950)

¹⁰ Estivill, J. (2017) Invitación a l'economia solidaria. Barcelona. Pol-len-Icaria

¹¹ C'est l'écrivain uruguayen Eduardo Galeano qui définit ainsi l'utopie

¹² Estivill, J. (2015) Le mouvement associatif en Espagne : permanence historique et ouverture démocratique à Laville, J. L. Salmon, A. Associations et action publique. Paris. Desclée de Brouwer. (pag. 371)

¹³ Estivill, J. (2017) La Coconstruction des politiques publiques d'après la perspective de l'économie sociale et solidaire. Intervention dans le II Forum Européen. Bruxelles. Novembre. (10 pages)

¹⁴ XES Cap a la democràcia municipal. 14 mesures per impulsar l'economia social i solidària. Barcelona.

¹⁵ Acosta, A. (2014) Le buen Vivir. Paris. Editions Utopia.

¹⁶ Dardot, P. Laval, Ch. (2014) Communs. Essai sur la révolution au XXI siècle. Paris. La Découverte.

¹⁷ Lietaert, M. (2017) Homo cooperans 2.0. Por una economia col-laborativa desde el cooperativismo. Barcelona. Icaria.

¹⁸ C'est ainsi que le réseau de l'économie solidaire des Etats Unis définit sa conception de l'économie solidaire. Voir Kawano, E. Masterson, N. Teller-Elsberg, J. (Ed.) (2010) Solidarity economy : building alternatives for people and planet. Amherst. Center for Popular Economics.

Le délibéralisme: la démocratie radicale au service de l'ESS.

Eric Dacheu | Daniel Goujon

Eric Dacheu, Pr des universités, membre du groupe «communication, innovation sociale et ESS», EA4647, Université Clermont Auvergne.
Eric.dacheu@uca.fr

Daniel Goujon, MCF, science économique, Université de Lyon, UMR-5600 Environnement-Ville-Société, laboratoire ISTHME, Université Jean Monnet (IUT de Roanne).
goujon@univ-st-etienne.fr

MOTS CLÉ

ESS,
DÉLIBÉRATION,
DÉMOCRATIE,
PARADIGME ÉCONOMIQUE,
VALEUR.

KEYWORDS

SSE,
DELIBERATION
DEMOCRACY,
ECONOMIC PARADIGM
VALUE

RESUMÉ

L'ESS est une utopie ancrée dans des pratiques ce que l'on nomme une utopie concrète. L'analyse de ces utopies concrètes permet de formaliser une alternative théorique à la pensée néolibérale qui imprègne les démocraties du monde occidental : le délibéralisme. Pour présenter le délibéralisme nous étudierons dans une première partie les initiatives solidaires qui constituent la base empirique de cette construction intellectuelle. Dans une seconde partie, nous inscrirons cette nouvelle façon de voir le vivre ensemble dans la démocratie radicale. Enfin, dans une troisième et dernière partie, nous développerons l'approche délibérative de l'économie. Il s'agit donc de montrer comment aujourd'hui l'ESS peut constituer une troisième voie qui permet d'échapper au pas de deux mortifère entre néolibéralisme et nostalgie identitaire.

ABSTRACT

The SSE is a utopia rooted in practices, what we call a concrete utopia. Analysis of these concrete utopias makes it possible to formalise a theoretical alternative to the neoliberal thinking that permeates the democracies of the Western world: deliberalism. In order to present deliberalism, we will first study the solidarity initiatives that form the empirical basis of this intellectual construct. In the second part, we will place this new way of looking at living together within radical democracy. In the third and final part, we develop the deliberative approach to the economy. The aim, then, is to show how today the SSE can constitute a third way that makes it possible to escape the mortifying pas de deux between neoliberalism and nostalgia for identity.

Introduction:

On présente parfois l'ESS comme un secteur d'activité économique à la frange du public et du privé permettant d'amortir les crises. Ce prisme économique est d'une part réducteur puisque l'ESS se développe dans la plupart des secteurs d'activité et pas seulement dans l'économie de la réparation. D'autre part, occultant car l'ESS est depuis l'origine (l'associationnisme ouvrier) un projet politique. Il s'agit de rechercher des alternatives à la fois dans la façon de diriger les entreprises (démocratiser l'économie) et dans la manière de conduire les affaires publiques (développer la démocratie participative). En ce sens, l'ESS est une utopie (un projet politique global qui ouvre les possibles en contestant l'idéologie libérale) mais une utopie ancrée dans des pratiques ce que l'on nomme une utopie réelle (RECMA, 2021).

L'analyse de ces utopies réelles permet de formaliser une alternative théorique à la pensée néolibérale qui imprègne les démocraties du monde occidental: le délibéralisme.

Pour présenter le délibéralisme nous étudierons, dans une première partie, les initiatives solidaires qui constituent la base empirique de cette construction intellectuelle. Dans une seconde partie, nous inscrirons cette nouvelle façon de voir le vivre ensemble dans la démocratie radicale. Enfin, dans une troisième et dernière partie, nous développerons l'approche délibérative de l'économie. Il s'agit donc de montrer comment aujourd'hui l'ESS peut constituer une troisième voie qui permet d'échapper au pas de deux mortifère entre néolibéralisme et nostalgie identitaire.

1. ESS: des expérimentations qui alimentent une utopie démocratique.

Selon le Réseau Intercontinental de Promotion de l'Économie Sociale et Solidaire (le RIPESS) qui est un réseau mondial d'acteurs de l'ESS, cette dernière peut être définie comme étant: «Citoyenne et en pleine croissance, elle est basée sur des initiatives enracinées dans le local tout en faisant partie de réseaux plus globaux, avec un cadre politique large (et non pas idéologique) associé à la solidarité, l'équité, l'humain et la Terre, les droits, l'autodétermination, la mutualité et la coopération». Cette dimension citoyenne donc politique de l'ESS est souvent invisibilisée par les politiques publiques qui ont tendance à cantonner l'ESS à un rôle d'amortisseur de crise mais aussi par une partie de la recherche qui insistant sur l'entrepreneuriat valorise la dimension gestionnaire des organisations de l'ESS.

L'ESS une utopie?

Le numéro du centenaire de la RECMA reprend un terme du XIX^{ème} siècle celui d'utopie réelle (RECMA, 2021). Revenons sur cette notion d'utopie car elle souffre d'une quadruple ambiguïté. La première est lexicale car l'utopie peut signifier aussi bien *Outopia* - sans lieu - ou une *Eutopia* - le bon lieu - (*Paquot, 2015*). La deuxième est référentielle. De quoi parle-t-on quand on parle d'utopie? Fait-on allusion à des textes ou à des réalités sociales? La troisième est scientifique. En effet, les très nombreux textes académiques qui constituent ce que M. A. Cossette-Trudel nomme «l'utopologie», sont traversés par trois grandes approches: une approche essentialiste qui cherche à définir la ou les caractéristiques de l'utopie à l'image de Lapouge (1978); une vision historique qui cherche à saisir,

au contraire, les évolutions et discontinuités dans l'utopie à l'image des travaux de Mannheim (1956) ou plus récemment de Gauchet (2003); une vision évanescence qui, à l'image de T. Paquot (2007), soutient que l'utopie échappe, par nature, à toute définition. La quatrième est temporelle, l'utopie marque-t-elle la fin de l'Histoire (Rouvillois, 2015) puisque la perfection est atteinte ou est-elle une critique du présent qui invite à penser un autre avenir (Bloch, 1977)?

Dans une perspective dialogique (Morin, 1994), ces quatre problèmes définitionnels (lexical, référentiel, scientifique, temporel) sont une invitation à penser les tensions entre non-lieu et espace physique, idéal et praxis, unité et diversité, passé et futur dans un présent remis en cause. Une telle vision permet de ne pas réduire l'utopie à un récit littéraire et d'intégrer les expérimentations sociales qui se développent à partir du XIX^e siècle jusqu'à aujourd'hui. Cependant, une telle vision extensive mérite d'être précisée. Notre approche dialogique consistant à saisir ensemble idéal et praxis nous permet de voir que l'utopie n'est jamais totalement un rêve désincarné que l'on tente parfois de faire advenir dans la réalité quotidienne; elle est toujours empreinte d'une certaine matérialité que l'on retrouve, dans les livres qui portent les récits utopiques, dans les maquettes et cartons des architectes rêvant à la cité idéale ou dans les dispositifs mis en place par les expérimentations sociales cherchant à vivre une alternative. Dans cette perspective, la définition de l'utopie doit s'éloigner du langage courant - un doux rêve irréalisable - pour s'approcher de celle donnée par P. Ricoeur - un imaginaire social qui se comprend dans sa tension dialectique avec l'idéologie. *«Il semble, en effet, que nous ayons toujours besoin de l'utopie dans sa fonction fondamentale de contestation et de projec-*

tion dans un ailleurs radical, pour mener à bien une critique également radicale des idéologies. Mais la réciproque est vraie. Tout se passe comme si, pour guérir l'utopie de la folie où elle risque sans cesse de sombrer, il fallait en appeler à la fonction saine de l'idéologie, à sa capacité de donner à une communauté historique, l'équivalent de ce nous appelions hier une identité narrative» (Ricoeur, 1984, pp. 63-64). L'utopie est donc une construction symbolique. Cette construction symbolique ne doit pas être confondue, précise M. Abensour (2012) s'appuyant sur W. Benjamin, avec le mythe. Elle possède, certes, une face mythique qui la rattache à la répétition du même, mais elle possède aussi une face émancipatrice qui l'inscrit dans une rupture radicale, une liberté nouvelle.

Or, cette face émancipatrice se retrouve dans de nombreuses initiatives solidaires se réclamant de l'ESS. Ainsi, comme le souligne Jean Louis Laville (2010), de nombreuses initiatives solidaires sont des engagements économiques au service d'un projet politique plus ou moins explicite: la recherche d'un autre mode de vie (alternative au capitalisme) où primerait l'auto-organisation des citoyens. Or une expérimentation sociale guidée par un idéal s'appelle comme nous venons de le voir une utopie. On retrouve là, la définition que John Dewey (2008) donne de l'enquête sociale: un processus récursif qui ne sépare pas la fin (l'idéal) des moyens (la praxis). Dans ce cadre, l'ESS peut être vu comme une recherche-action sur de nouvelles formes de démocratie. Cette dimension politique est pour nous essentielle car elle permet de repenser la démocratie en dehors des jeux institutionnels politiques et loin des débats philosophiques opposant conceptions libérale, républicaine ou élitiste de la démocratie. En effet, en analysant différentes

expérimentations de l'ESS comme les SEL, les monnaies locales, les cafés associatifs, on peut mettre à jour une vision spécifique de la démocratie: la délibération.

Pour définir le nom de leur monnaie et les règles de fonctionnement les adhérents d'un SEL débattent dans un espace public de proximité. De même, pour définir la charte des valeurs que devront signer les commerçants adhérant à une monnaie sociale les militants échangent des arguments, s'opposent jusqu'à ce que des principes émergent. Idem dans un café associatif, on crée souvent des espaces de débat pour permettre aux citoyens de développer une vision réflexive de leurs pratiques tandis que les règles d'organisation du café sont-elles aussi délibérées.

La délibération une construction démocratique du vivre ensemble

Chez J. Habermas (1997), l'espace public permet de réguler les tensions entre des systèmes autorégulateurs qui se différencient les uns des autres (la politique, l'économie, la science, etc.) et le monde vécu. Dans cet espace public, se côtoient deux types de communication: un agir stratégique visant à influencer la constitution de l'opinion publique et des délibérations formelles aboutissant à un consensus. Cette conceptualisation théorique soulève plusieurs critiques (Dacheux, Goujon, 2020) dont deux nous semblent particulièrement pertinentes. La première a trait à sa conceptualisation du monde vécu où se développe un agir communicationnel orienté vers l'intercompréhension. En effet, contrairement à ce qu'avance Habermas dans sa *Théorie de l'agir communicationnel*, il n'est pas sûr que le partage d'évidences communes qui fonderait l'existence d'un monde vécu suffise à déployer une communication réussie.

En avançant la notion de contrat: contrat de «communication» (Ghiglione, 1986) ou de «conversation» (Granier, 2011), différents auteurs soulignent qu'il faut un accord des acteurs pour communiquer. Autrement dit, de nombreuses interactions ne deviennent pas communicationnelles, car l'un des acteurs ne veut pas entrer en communication bien qu'il soit sollicité pour le faire. Dans le même ordre d'idée, la vie quotidienne fourmille d'exemples de communication à distance ne pouvant se déployer malgré la volonté des acteurs en raison de problèmes techniques (incompatibilités informatiques, absence de réseau, etc.). Autrement dit, même dans le monde vécu, il existe une non-communication qui est le fruit volontaire du libre arbitre et/ou le résultat involontaire de perturbations techniques. La seconde critique que nous faisons notre est liée à sa définition de la délibération comme acte langagier débouchant sur un consensus. Tout d'abord, aucune communication – y compris délibérative donc - ne se réduit au langage, la communication est un processus multicanal intégrant le verbal, le para verbal (accent, tonalité, rythme, etc.) et le non verbal (gestes, espace, temps, etc.). Deuxièmement, une communication à visée politique, comme l'est toute délibération portant sur l'intérêt général, n'est jamais totalement rationnelle. Même dans une discussion semblant rationnelle, il y a toujours, comme le rappelait Aristote, une part de rhétorique, de mise en sens sensible et émotionnelle visant à renforcer l'impact de l'argument (Boutaud, 2016). Enfin, même en cas de volonté réciproque d'entrer en communication de la part d'acteurs appartenant au même monde vécu, la communication est souvent un échec, nous disent les chercheurs réfléchissant à l'incommunication (Lespazier, 2013). L'incommunication est l'horizon ordinaire de la

communication (Wolton, 2009). Autrement dit, l'incompréhension est la règle de la communication, puisque chacun est, pour l'autre, une altérité radicale (qui possède donc des interprétations différentes) et libre (à qui l'on ne peut imposer un sens).

Ces deux séries de problèmes théoriques ont été confirmées par de nombreuses recherches empiriques portant sur des dispositifs délibératifs (conférences de citoyens, débats organisés par la Commission nationale du débat public, etc.). Ces recherches montrent, en effet, que la délibération n'est que rarement une recherche de consensus orientée vers l'intercompréhension, mais, le plus souvent, une confrontation rhétorique entre intérêts contradictoires, un « désaccord délibératif » (Gutmann & Thompson, 1996). Elle ne doit pas obligatoirement trancher entre plusieurs options en présence (risque de polarisation et de compromis), mais doit offrir la possibilité de coconstruire une solution inédite (Maggi, 2000). Elle réclame que les citoyens puissent prendre le temps d'avoir accès à une information vérifiée qui ne soit pas entièrement cadrée par les médias de masse. Elle doit, pour renforcer les capacités d'agir et éviter la reproduction (voire le renforcement) des inégalités, favoriser une délibération non institutionnelle qui s'incarne dans des espaces communautaires de prise de parole des plus démunis et dans des espaces publics autonomes contestataires ouverts à tous, des espaces publics oppositionnels (Negts, 2007), etc. Dès lors, nous pouvons définir la délibération comme une communication politique visant à confronter des points de vue sensibles et rationnels différents de manière à construire des normes d'action collective. Ainsi définie, la délibération est le cœur de la régulation des utopies concrètes que portent l'ESS. Dans

les organisations instituées de l'ESS (mutuelles, coopératives), comme dans les initiatives solidaires (Sel, tiers-lieu, AMAP), il s'agit d'organiser l'intelligence collective en confrontant les points de vue sur le principe un homme une voix. La délibération est déjà au cœur de l'ESS, pour nous, elle doit être aussi au cœur d'une vision renouvelée de l'économie (troisième partie) et au centre d'une nouvelle approche de la démocratie, ce que nous allons développer maintenant.

2. La démocratie radicale comme cadre du délibéralisme.

La conception libérale de la démocratie opère une dichotomie nette entre le politique et l'économique, c'est-à-dire entre l'agent économique soumis aux lois du marché et le citoyens autonome. Cette dichotomie est remise en cause par les acteurs de l'ESS qui justement cherchent à réconcilier les deux rôles en produisant, consommant autrement pour construire une société démocratique, écologique et solidaire.

Mettre fin à dichotomie entre agent économique et citoyen

Autrement dit, il s'agit de concilier valeur économique et valeur sociale à travers des pratiques expérimentant l'auto-gouvernement au sein même de la sphère économique. La délibération permet ainsi aux acteurs de l'ESS d'incarner dans des pratiques concrètes leur projet émancipateur. Or, il se trouve que la délibération est aussi en philosophie politique le moyen d'échapper à une démocratie libérale sans tomber dans une démocratie élitiste conceptualisée par de nombreux penseurs allant de Platon à Schumpeter

en passant par Montesquieu. Le délibéralisme en fusionnant ces deux approches (pragmatique et théorique) fait de la délibération le mode de régulation d'une société se revendiquant d'une démocratie particulière: la démocratie radicale conceptualisée par Dewey (1997). Rappelons que, pour Dewey, la démocratie est la liberté de faire individuellement et collectivement ses propres expériences. Ainsi, la démocratie radicale est un effort continu vers l'émancipation de chacun par la contribution de tous. C'est en délibérant collectivement que les citoyens constituent, ce que Dewey appelle un public (les personnes qui se sentent concernées) chargé de résoudre les problèmes rencontrés en menant ce qu'il appelle une enquête sociale.

La démocratie radicale: délibérer sur les valeurs et les normes dans l'espace public.

Ainsi, dans le cadre de la démocratie radicale, seule la participation active des personnes concernées par un problème donné peut conduire à sa résolution durable et acceptable. Cet apport théorique majeur de Dewey est chez nous, comme chez M. Renault d'ailleurs (2012), relu au prisme de la théorie habermassienne. Cette enquête sociale se déroule, en effet, dans un espace de médiation spécifique, qu'Habermas nomme «l'espace public». Surtout, elle prend la forme d'une confrontation libre d'arguments, que le philosophe allemand nomme la «délibération». Or pour Dewey, délibérer c'est *«Soupeser plusieurs désirs alternatifs (et donc des valeurs visées comme fin) du point de vue des moyens que requiert leur satisfaction et qui, comme tels, déterminent les conséquences effectivement produites»* (2011, p. 106). Cette délibération, affirme M. Renault commentant cette citation, *«implique que les autres individus soient*

convoqués dans le cadre d'une «répétition théâtrale» sur la scène mentale permettant d'anticiper les conséquences de choix de façon raisonnable» (Renault, 2012, p. 251). Grâce à cette délibération collective du public, chacun, à partir de son appréciation immédiate, a la possibilité de construire un jugement rationnel et le confronter à celui des autres².

Pour Dewey (2011), la valeur économique, comme la valeur politique ou symbolique – toutes les valeurs en somme – sont soumises à un processus rationnel de révision: la valuation. Cette valuation est un processus qui mélange l'appréciation affective et un jugement rationnel critique (l'évaluation). Cette valuation est individuelle et transforme la valeur en un fait observable, une donnée objective au sens pragmatique du terme. Cependant, cette valuation, c'est ce que souhaite Dewey, peut devenir collective grâce à l'enquête sociale. Par cette enquête sociale collective, les valeurs deviennent l'objet d'un débat, elles sont inter-objectives. Elles sont ainsi partagées et sont ainsi non seulement ce à quoi nous tenons, mais aussi ce qui nous fait tenir ensemble.

Ainsi, la valeur peut être le fruit d'une délibération, dans l'espace public, mettant en jeu la raison comme le stipule Habermas, mais aussi comme l'indique Dewey, notre sensibilité affective³. Cette relecture habermassienne de Dewey, n'est cohérente que si l'on s'oppose à la distinction entre normes et valeurs que propose Habermas. Pour ce dernier, les normes juridiques sont le fruit d'une délibération dans l'espace public et s'imposent à tous alors que les valeurs sont des préférences intersubjectives en concurrence les unes avec les autres autour desquelles on ne peut pas mener un débat rationnel. Or, dans la réalité empirique, norme juridique et valeur ne sont pas opposées mais

liées. Ainsi, selon la constitution allemande par exemple, «la dignité de l'homme» est «la valeur suprême de la Loi fondamentale» (Rabault, SD). Ainsi, les normes comme les valeurs prescrivent un comportement. Elles peuvent alors, toutes les deux, faire l'objet d'une valuation, c'est-à-dire à la fois d'une appréciation sensible et d'un jugement critique rationnel (Dewey 2011). Dans cette perspective la démocratie est, à la fois, un conflit intégrateur sur les valeurs et sur les normes. L'espace public est le lieu du débat contradictoire sur ce à quoi nous tenons (les valeurs) et sur les manières de transposer dans le droit ce à quoi nous tenons (les normes). La présentation de la démocratie radicale et donc de la dimension politique du délibéralisme étant opérée passons maintenant à la présentation de sa dimension économique.

3. Le délibéralisme: l'encastrement de l'économie dans la société démocratique par la délibération.

Le délibéralisme repose sur l'idée qu'en démocratie, le meilleur facteur d'allocation des ressources n'est pas le marché autorégulateur, mais la délibération des acteurs dans l'espace public. Cette construction intellectuelle s'ancre dans une critique épistémologique de la science issue des Lumières. Elle propose une conceptualisation complexe de la science (Morin, 1994) qui invite le chercheur à prendre part au débat public tout en explicitant ses pré-supposés normatifs (Corcuff, 2012). Dans cette perspective, résolument opposée au positivisme qui imprègne encore la recherche orthodoxe, la science économique devient une science sociale à part entière. Deux éléments spécifiques au délibéralisme viennent enrichir cette science sociale: les apports des recherches sur l'économie solidaire, la dé-

finition de l'économie comme étant une sphère monétaire devant être régulée par la délibération pour s'inscrire dans une société pleinement démocratique.

Le délibéralisme: une valorisation des apports de la recherche en économie solidaire

Le délibéralisme n'est pas une recherche isolée. Au contraire il s'appuie et valorise les recherches pluridisciplinaires de l'économie solidaire. Ces travaux théoriques sont souvent méconnus parce qu'ils s'inscrivent dans un champ disciplinaire dominé par la conception orthodoxe.

L'économie solidaire est un champ de recherche très récent. Son développement s'explique de trois manières complémentaires: l'idée de revenir, dans le sillage de A. Sen (2003), à une économie morale; la nécessité, pour comprendre le lien social, d'articuler approches politiques et études économiques (Laville, 2010); une prise de conscience écologique: nous sommes interdépendants dans un système fini, la terre; toute économie est donc solidaire (Moulier-Boutang, 2003). De nombreux travaux analysent la spécificité de l'économie solidaire mettent en avant la singularité de certains secteurs: G. Caire (2011) s'intéresse à un renouvellement de l'activité touristique en développant des analyses de cas sur le tourisme social, P. Giafaldoni (2012) met en avant les apports et les contradictions de l'insertion par l'économique, P. Glemain (2013) éclaire le secteur de la finance solidaire, F. Jany Catrice (2016) se propose de modifier la façon de mesurer la richesse. Ces travaux sont complétés par des approches plus globales sur la nature même de l'organisation économique. Ce sont ces derniers qui vont nourrir le délibéralisme. En effet, l'analyse fine des expériences d'économie solidaire débouche sur des concepts

permettant de remettre en cause certains concepts clés de l'économie orthodoxe. Ainsi, G. Roustang (2010) conteste la nature forcément marchande de la production en soulignant l'existence intemporelle d'une autoproduction. De même, J. Blanc (2013), en étudiant les monnaies sociales, montre que la monnaie n'est pas uniquement un intermédiaire à l'échange, mais qu'elle est aussi un outil de développement local, que peuvent s'approprier de manière démocratique les citoyens. J.L. Laville (2010), à travers son concept de solidarité démocratique (volontaire et choisie), montre que l'organisation de la société ne repose pas exclusivement sur l'interdépendance subie, mais se fonde en partie sur le principe de l'association. P. Viveret (2009) s'attaque au dogme constitutif de nos économies: la croissance. S'appuyant sur l'idée qu'une croissance infinie sur une planète finie est impossible, il propose, en s'inspirant des pratiques alternatives, de suivre un nouvel objectif, celui de la sobriété heureuse. Dans la même veine, L. Gardin (2006), en étudiant finement des expérimentations d'économie solidaire comme les crèches parentales, avance l'idée que dans la mise en œuvre d'un projet, l'intérêt égoïste est souvent moins explicatif que la réciprocité. Il retrouve en cela les analyses de K. Polanyi (1983) sur la pluralité des principes d'économie politique. Enfin, les travaux de L. Fraisse (2003) sur différentes expérimentations sociales européennes tendent à prouver que les mystères de la main invisible n'expliquent pas tout. Plus prosaïquement, il suffit que des acteurs se rencontrent au sein d'espaces publics de proximité pour coconstruire un service ou une activité. Le travail de conceptualisation de l'économie solidaire permet ainsi de mettre à distance celui de l'économie orthodoxe. Comme le montre le tableau de synthèse ci-dessous,

les recherches en économie solidaire offrent une alternative théorique au libéralisme. Le délibéralisme intègre ces concepts issus des analyses de terrain menées auprès des initiatives solidaires.

Tableau N°1: L'économie solidaire: une richesse théorique offrant un nouveau regard sur l'économie

	Économie orthodoxe	Économie solidaire	Auteur
La production	L'offre qui crée sa propre demande	Un acte qui peut échapper à la logique marchande (autoproduction)	G. Roustang
Monnaie	Un intermédiaire à l'échange	Un outil qui peut permettre la démocratisation de l'économie	J. Blanc
Le fondement de l'ordre social	Le contrat	La solidarité démocratique	J.L. Laville
La solution à la crise et au problème économique central	La croissance	La sobriété heureuse	P. Viveret
La modalité principale de l'échange	L'intérêt égoïste de l'homo economicus	La réciprocité	L. Gardin
Le mode de détermination des échanges économiques	Le marché comme espace de confrontation de l'offre et la demande	L'espace public de proximité comme lieu de co-construction de l'offre et de la demande	L. Fraisse

Source: Dacheux, Goujon, 2020

Le délibéralisme : une définition de l'économie comme étant la sphère des échanges monétaires régulés par la délibération.

Dans les sociétés démocratiques, l'ordre économique est celui de la valorisation des ressources. Ce dernier est celui du choix d'emploi de moyens naturels, humains et artificiels au service de l'amélioration du bien-être. Cet ordre

économique englobe des activités non monétaires, l'auto-production par exemple, et des activités monétaires ce que nous nommons l'économie. En effet, en partant de la distinction de C. Lefort (1986) entre le politique (l'élaboration de la norme) et la politique (la lutte pour le pouvoir), nous distinguons le symbolique (la circulation du croire) de la symbolique (l'utilisation des symboles) et donc l'économique (la valorisation des ressources) de l'économie (la valorisation monétaire des ressources).

Dans cette perspective, l'économie devient la régulation des échanges monétaires et non plus l'allocation optimale des ressources rares. Ainsi, notre approche évaluative de l'économie ne postule pas la rareté des biens et des ressources. Dans notre société de consommation de masse, la rareté n'est pas liée à une insuffisance naturelle, indépassable, mais résulte bien des choix faits dans l'affectation des ressources productives. Ces choix fondamentaux, la détermination des valeurs qui construisent le vivre ensemble, font appel aux différentes dimensions, symbolique, politique et économique, qui composent le social. Dans une société capitaliste, la logique économique propre au système, celle de rentabilité de capital, l'emporte dans la décision et s'impose sur les deux autres dimensions. Comme nous l'avons vu, dans une société démocratique c'est le débat sur la valeur qui détermine les choix économiques, c'est à dire les choix de monétisation des activités et d'affectation monétaire.

Cette façon d'aborder l'économie est minoritaire, mais s'inscrit dans une triple tradition. La première, que l'on retrouve constamment dans l'histoire de la pensée économique, consiste à construire la théorie à partir de l'empirie et non pas, comme le fait toujours majoritairement la

science orthodoxe, à construire un modèle parfait (celui de l'équilibre général) à l'aune duquel on modélise – au prix de simplifications drastiques – la réalité. K. Marx en parlant de la misère sociale dans les usines, J. M. Keynes en analysant le chômage involontaire, ou J. Schumpeter en mettant en avant le rôle de l'innovation entrepreneuriale dans le développement économique, ont, chacun à leur manière, essayé de proposer une construction intellectuelle de l'économie à partir des observations de terrain. Nous avons, modestement, essayé de glisser nos pas dans celui de ces géants en partant d'une réalité peu analysée par les économistes (les initiatives solidaires), pour mettre à jour des principes alternatifs aux principes capitalistes. On peut donc considérer le délibéralisme comme la modélisation théorique des pratiques solidaires empiriques. La seconde tradition est celle de la démarche pluridisciplinaire revendiquée par la science économique hétérodoxe (Orléan, 2011). Il s'agit, dans la perspective qui a donné naissance à l'économie politique, de ne plus séparer le citoyen et l'agent économique. Pour ce faire, nous avons, conformément à notre épistémologie de la complexité, relier trois approches de la société démocratique contemporaine : celle de F. Braudel faisant de la société un "ensemble des ensembles", celle de K. Polanyi, faisant du capitalisme un ordre économique pathologique qui repose sur la fiction de l'existence d'un marché autorégulateur et celle de J. Habermas, faisant de la délibération dans l'espace public, le principe normatif de la régulation démocratique.

En procédant à une synthèse personnelle de ces trois approches, nous envisageons la société démocratique comme une régulation spécifique (par la délibération dans l'espace public), confrontant trois ordres infrastructureux: le poli-

tique, l'économique et le symbolique. Dans ce cadre, l'économie n'est pas réductible à un principe d'échange égoïste. Elle est encadrée dans les relations sociales et peut renforcer une solidarité démocratique, comme le montrent les travaux sur l'économie solidaire. Ces derniers invitent à penser sous un nouvel angle la question économique : non plus la croissance comme réponse à la rareté, mais l'organisation de l'intelligence collective pour définir et incarner les valeurs collectives. Ces travaux d'économie solidaire rejoignent alors une troisième tradition que nous avons faite nôtre : proposer une nouvelle manière de penser l'économie. Construire un paradigme économique opposé au libéralisme, mais qui ne soit réductible ni au marxisme ni au keynésianisme. C'est le projet de chercheurs en économie sociale et solidaire comme E. Kawano (2012) et A. Dash (2014). Projet qui rejoint la perspective polonaise de penser une économie substantielle plutôt que formelle comme le font des chercheurs comme J.L. Laville (2010) ou J.M. Servet (2010), mais qui peut aussi s'inscrire dans d'autres perspectives post-capitalistes: convivialiste (Caillé, 2005), coopérativiste (Draperi, 2011), anarchiste (Albert, 2003), existentielle (Arnsperger, 2011).

Conclusion:

Le délibéralisme est une construction intellectuelle ambitieuse et modeste. Ambitieuse puisque, nous venons de le voir, elle vise à provoquer une révolution intellectuelle. Modeste puisque le délibéralisme n'est qu'une synthèse de travaux théoriques hétérodoxes et de recherches empiriques sur les initiatives solidaires. Il n'invente rien, il assemble des éléments épars. Cette synthèse pluridisciplinaire rejoint alors d'autres synthèses du même type voulant accé-

lérer la transition vers une société post capitaliste, plus solidaire, plus démocratique et plus écologique. Il convient alors de comprendre le délibéralisme moins comme une construction théorique achevée et propre à deux chercheurs singuliers que comme un cadre intellectuel ouvert à tous ceux cherchant à penser une société démocratique post-capitaliste. Il ne s'agit pas de faire converger toutes les radicalités dans un seul et unique projet, mais d'offrir un cadre permettant la confrontation de notions et de théories différentes de manière à faire émerger un désaccord fécond. Le projet de démocratie radicale réclame d'organiser un conflit intégrateur entre toutes nos analyses critiques de ce qui dysfonctionne et toutes nos idées créatives sur ce qui fonctionne. La démocratie ne se répare pas, elle se libère par la délibération.

NOTAS

¹ Dans sa thèse Marie-Ange Cossette-Trudel (*Conceptualisation de l'utopie: critique, compossibilité et utopologie*, Thèse en philosophie, Université de Franche-Comté, 2014.) cite plus d'une centaine de textes francophones consacré à l'utopie et/ou aux utopistes, liste complétée par plus de 40 références anglo-saxonnes dans la thèse de Michel Gertin (*La contestation dystopique (étude sur les rapports entre l'utopie, l'idéologie et la dystopie)*, Thèse de philosophie, Université du Québec à Trois-Rivières, 1999).

² Le jugement de valeur chez Dewey n'est pas le reflet d'un conditionnement social, mais un jugement pratique comme un autre qui permet de définir la conduite à tenir dans une situation particulière (Bidet, Quéré, Truc, 2011).

³ La conception de la démocratie comme expérience sensible ouvrant à l'argumentation rationnelle des valeurs chez Dewey et ainsi très différente de la conception que propose Habermas où seules les normes (les conduites à tenir) sont l'objet d'une argumentation rationnelle puisque les affects liés aux valeurs engendrent des conflits que la délibération s'efforce de dépasser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abensour M. (2012), *Le procès des maîtres rêveurs*, Paris, Sens&Tonka.

Arnsperger C. (2011), *L'homme économique et le sens de la vie. Petit traité d'alternative économique*, Paris, Textuel.

Bidet A., Quéré L., Truc G. (2011), «Ce à quoi nous tenons. Dewey et la formation des valeurs», introduction du livre de J. Dewey, *La formation des valeurs*, Paris, La découverte.

Blanc J. (2013), «Penser la pluralité des monnaies à partir de Polanyi: un essai de typologie», in Hillenkamp I., Laville J.L., *Socioéconomie et démocratie. L'actualité de Karl Polanyi*, Toulouse, Erès.

Bloch E. (1977), *L'esprit de l'utopie*, Paris, Gallimard.

Boutaud J.J. (dir.) (2016), *Sensible et communication*, London, ISTE Éditions.

Buber M. (2016), *Utopie et socialisme*, Paris, L'échappée.

Caillé A. (2005), *(Dé)-penser l'économique*, Paris, La découverte.

Caire G. (2011), «Social Tourism and the Social Economy », In Scott McCabe, Lynn Minnaert, Anya Diekmann, *Social Tourism in Europe Theory and Practice*, Bristol, Channel View Publications.

Corcuff P. (2012), *Où est passée la critique sociale?*, Paris, MAUSS/La Découverte.

Cohen J, Fung A. (2011), «Le projet de la démocratie radicale», *Raisons politiques*, N° 42.

Dacheux E., Goujon D., *Défaire le capitalisme, refaire la démocratie, les enjeux du délibéralisme*. Toulouse, Eres, 2020.

Dash A. (2014), «Toward an Epistemological Foundation for Social and Solidarity Economy», In *UNSRID Paper*, www.unrisd.org

Dewey J. (1939), «La démocratie créatrice: la tâche qui nous attend», *Horizons philosophiques*, vol 5, N° 2 [1997].

Dewey J. (1939), *La formation des valeurs*, Paris, La Découverte [2011].

Dewey J. (1925), *Le public et ses problèmes*, Paris, Gallimard [2008].

Drapéri J.F. (2011), *L'économie sociale et solidaire : une réponse à la crise?*, Paris, Dunod.

Fraisse L. (2003), «Economie solidaire et démocratisation de l'économie», *Hermès*, N°36.

Gardin L. (2006), *Les initiatives solidaires. La réciprocité face au marché et à l'Etat*, Toulouse, Erès, 2006.

Gauchet M. (2003), «Visages de l'autre, la trajectoire de la conscience utopique», *Le débat*, N° 125.

Ghiglione R. (1986), *L'homme communicant*, Paris, Armand Colin.

- Gianfaldoni P. (2012), «Les attributs de l'innovation sociale dans l'insertion par l'activité économique», *Innovations*, vol. 38, N° 2.
- Glémain P., Bioteau E., Dragan A., (2013), «Les finances solidaires et l'économie sociale en Roumanie. Une réponse de proximités à la régionalisation d'une économie en transition», *Annals of Public and Cooperative Economics*, Vol. 84, No 2.
- Gutmann A., Thompson D. (1996), *Democracy and Disagreement*, Cambridge, Bellnap Press of Harvard University Press.
- Granier J.M. (2011), «Du Contrat de lecture au Contrat de Conversation», *Communication et langages*, N° 169.
- Habermas J. (1987), *Théorie de l'agir communicationnel*, T1 et 2 Paris, Fayard.
- Habermas, J. (1997), *Droit et démocratie*, Paris, Gallimard.
- Honneth A., *La lutte pour la reconnaissance*, Paris, Folio, 2013.
- Jany-Catrice F. (2016), «Indicateurs. Objets de luttes et de conventions», in Ph. Batifoulier, F. Bessis, A. Ghirardello, G. de Larquier, D. Rémillon (dir.), *Dictionnaire des conventions* Lille, Presses universitaires du Septentrion.
- Kawano E. (2012), "Social and Solidarity Economy: Toward Convergence Across Continental Divides", In *UNSRID Paper*, www.unrisd.org
- Lapouge G. (1978), *Civilisation et utopie*, Paris, Flammarion.
- Laville J.L. (2010), *Politique de l'association*, Paris, Seuil.
- Lefort C. (1986), *Essais sur le politique: XIXème et XXème siècles*, Paris, Seuil.
- Lepastier S. (coord.) (2013), *L'incommunion*, Paris, CNRS éditions.
- Maggi J. (2000), *Prosélytisme, élaboration du conflit et changement d'attitude: deux études expérimentales autour du débat sur la question des étrangers*, Thèse de psychologie, Université de Genève.
- Mannheim K. (1956), *Idéologie et utopie*, Paris, Marcel Rivière et Cie.
- Morin E. (1994), *La complexité humaine*, Paris, Flammarion.
- Moulier-Boutang Y. (2003), «De l'économie solidaire à l'économie tout court», *Cosmopolitiques*, N° 5.
- Orléan A. (2011), *L'empire de la valeur*, Paris, Seuil.
- Negt O. (2007), *L'espace public oppositionnel*, Paris, Payot.
- Paquot T. (2015), *Lettres à Thomas More sur son utopie (et celles qui nous manquent)*, Paris, La Découverte.
- RECMA (2021), *Utopies réelles*, N°359.
- Polanyi K. (1944), *La grande transformation: Aux origines politiques et économiques de notre temps*, Paris, Gallimard, [1983].
- Ricoeur P. (1984), «L'idéologie et l'utopie : deux expressions de l'imaginaire sociale», *Autres Temps*, n° 2.
- Renault M. (2012), «Dire à quoi nous tenons et en prendre soin», *RFSE*, 2012/1 N° 9.
- Roustant G. (2010), «Favoriser l'auto-production», in E. Dacheux, D. Goujon, (dir.), *Réconcilier démocratie et économie: la dimension politique de l'entrepreneur en économie sociale et solidaire*, Paris, Houdiard.
- Rouvillois F. (2015), «L'épreuve du réel», *Le point Utopies*, 2015.
- Sen A. (2003), *L'économie est une science morale*, Paris, La découverte.
- Servet J.M. (2010), *Le grand renversement*, Paris, Desclée de Brouwer.
- Viveret P. (2009), «Sortir de la démesure et accepter nos limites» <http://www.terraeco.net/Sortir-de-la-demesure-et-accepter,7598.html>
- Wolton D. (2009), *Informé n'est pas communiquer*, Paris, Cnrs éditions.
- Zask J. (2017), «La démocratie entre la radicalité de Dewey et les expériences paysannes», in séminaire Etape N° 24, publié sur le site Grand angle libertaire.

Cultura y desarrollo local. ¿Una pareja feliz?

Jordi Estivill

Profesor emérito de Política Social de la Universidad de Barcelona (1981-2002). Profesor desde el año 2002, del mestrado de Desarrollo, Diversidades Locales y Desafíos Mundiales y, desde el año 2005, del mestrado de Economía Social y Solidaria del ISCTE de Lisboa.

Ex Director del Gabinet D'Estudis Socials de Barcelona (1984-2002).

Cooperativa especializada en investigación, asistencia, formación y evaluación de las políticas laborales y sociales. Miembro actual de la Red Catalán de la Economía Solidaria y del Consejo Científico de RIPESS - Europa.

Experto en política social Europea habiendo participado en múltiples encuentros y programas como investigador y evaluador. Colaborador de la dirección de EAPN del programa europeo "Bridges" que se aplicó en Francia, Bélgica, Rumanía, Bulgaria, España y Portugal.

Premio a la mejor trayectoria profesional en el campo social otorgado por el gobierno catalán (2010).

jordi_estivill@hotmail.com

PALABRAS CLAVE

DESARROLLO LOCAL,
CULTURA,
ECONOMÍA SOCIAL Y
ECONOMÍA SOLIDARIA.

KEYWORDS

LOCAL DEVELOPMENT,
CULTURE,
SOCIAL ECONOMY AND
SOLIDARITY ECONOMY.

RESUMEN

Este artículo¹ pretende analizar las relaciones potenciales entre Desarrollo Local y Cultura, a partir de una tipología del concepto de Desarrollo Local y de la emergencia de las cuestiones culturales en el territorio. También tiene en cuenta los retos de la Economía Social y la Economía Solidaria.

ABSTRACT

This article aims to analyse the potential relations between Local Development and Culture, based on a typology of the concept of Local Development and the emergence of cultural issues in the territory. It also takes into account the challenges of Social Economy and Solidarity Economy.

Tres generaciones del desarrollo local

En los años setenta del siglo pasado cuando empiezan a emerger las ideas del desarrollo local nadie piensa en la cultura y la identidad como factores de este tipo de desarrollo. En la primera generación de políticas para el desarrollo local, llamada por algunos de catedrales en el desierto, se pensaba que la localización de la inversión pública central en infraestructuras y bienes Industriales era suficiente para generar el crecimiento económico de un determinado territorio. El fracaso de esta primera generación fue evidente especialmente en el Sur de Italia. Una segunda generación, en el marco de una descentralización administrativa e institucional que tuvo lugar en la década de los ochenta en una mayoría de países europeos, empezó a interesarse por el papel de los recursos y los actores locales. A los cuales, se les otorgaba una función subalterna y ejecutiva en la perspectiva de la creación de empleo, principal preocupación de la década. La cualificación de la fuerza de trabajo, la formación profesional, los nuevos yacimientos de empleo y los servicios de proximidad eran los medios más utilizados y preconizados por la Unión Europea. A los que se añadía una concertación público-privado dirigida desde arriba y la inserción por el trabajo a la que llenaban de contenido las empresas de inserción, las cooperativas sociales y las WISE (Empresas Sociales).

Si la primera generación perseguía promocionar el capital físico y la segunda el capital humano, la noción de capital social facilitó el paso a una tercera generación de políticas para el desarrollo local. Puso el acento en las redes socioeconómicas, la participación de los ciudadanos y de sus organizaciones, de la economía social

y solidaria, el valor de los recursos endógenos y de la identidad territorial, el papel de las autoridades locales y de los pactos y planes locales y regionales para el desarrollo socio económico territorial. El desarrollo comunitario que también había hecho un largo camino desde los años sesenta, a menudo paralelo al del desarrollo local², confluyó con estas nuevas orientaciones que no solo se empezaron a aplicar en los barrios periféricos de las grandes ciudades sino también en zonas rurales atrasadas. En este sentido, contribuyeron considerablemente las enseñanzas del programa europeo LEADER y de sus diferentes versiones.

La irrupción de la dimensión cultural

Es en el marco de esta tercera generación cuando irrumpe la dimensión cultural del desarrollo local. Esta irrupción se debe a un conjunto de factores: 1) La creciente conciencia que el desarrollo no depende de un solo factor y que es el resultado de procesos complejos e interdependientes en los que la cultura está presente, 2) La perspectiva del desarrollo sostenible³ en la que las actividades locales medioambientales y culturales deben ser tenidas en cuenta como han puesto de manifiesto muchas declaraciones internacionales⁴ que han girado alrededor de la Agenda 21 de la Cultura aprobada en 2004 por el Forum universal de las culturas, convirtiendo a estas en el cuarto pilar del desarrollo sostenible, 3) La implicación cultural cada vez mayor de los gobiernos locales de las grandes ciudades que han experimentado como, en determinadas condiciones, la innovación cultural ha contribuido a su crecimiento económico y urbano, 4) La procura y la defensa de una identidad local que busca un desarrollo

económico diferente y alternativo frente a la globalización, 5) El rechazo a un turismo de masas y el aprecio por una diversidad cultural localizada (turismo rural, gastronómico, cultural...) 6) La búsqueda de modos alternativos de vida económica (producción agroecológica), social(vida comunitaria) y cultural(artesanía) que encuentra en las zonas rurales un espacio más o menos acogedor, 7) Una definición de cultura más socio antropológica y global que considera a esta como un conjunto de valores, creencias, costumbres, practicas... que tienen una expresión territorial específica, 8) El cambio que se produce en los equipamientos culturales y en el patrimonio que bien por límites presupuestarios o bien por necesidades de legitimación dejan de ser elementos pasivos y burocráticos para convertirse en motores de activación socio economicocultural (algunos museos, bibliotecas), 9) Un creciente interés del mundo artístico y cultural por las condiciones materiales en las que se producen sus actividades y una cierta voluntad de descentralizarlas (festivales de música, de teatro, de cine), hacerlas más accesibles a los estamentos populares y a menudo más sensibles a las expresiones de la cultura popular a nivel local.

Este conjunto de factores tiene límites y contradicciones pero no por ello dejan de influir positivamente para que, los que se interesan por el desarrollo local y comunitario, incorporen la dimensión cultural. ¿Cuándo y como se va produciendo esta incorporación?

La incorporación de la cultura al desarrollo local

Hay que empezar por aludir a la Economía de la cultura. Rama especializada que tiene sus inicios en los años sesenta con el libro⁵ de Baumol y Bowen que lanzó una primera

mirada económica sobre las artes escénicas (teatro, orquestas, opera, danza). El ámbito de la economía de la cultura⁶ se ha ido ampliando y de las artes se ha ido desplazando al análisis de la política cultural y del capital cultural incorporando las nociones de creatividad e innovación y sus vínculos al desarrollo económico.

Esta incorporación de la dimensión cultural empieza a producirse a finales del siglo veinte aun cuando existan algunos antecedentes significativos. Dos ejemplos de estos antecedentes. El primero es el de la regeneración urbanística a partir de equipamientos culturales emblemáticos o la sustitución de zonas Industriales en declive por barrios culturalmente activos como en Glasgow y en Dublín⁷. Se puede sugerir que fue en la década de los setenta, cuando se dieron unas pioneras experiencias con el Centro Pompidou en Paris (1971), la Opera de Sídney en Australia(1973) y el Museo Guggenheim de Bilbao(1977)⁸. Se esperaba que con la creación de estos equipamientos se atrajese un turismo cultural con alto poder adquisitivo, se crease empleo y aumentasen consumo y ingresos. En buena parte así ha sido y se han convertido no solo en factores de dinamización económica sino también han contribuido a cambiar la imagen de la ciudad. El segundo ejemplo es el de muchos museos⁹ que han dejado de ser almacenes pasivos de acumulación de objetos para convertirse en lugares (Economuseos) de apoyo a actividades creativas y de investigación, de encuentro y debates locales y trans-locales de artistas, expertos y activistas, de aprendizaje a lo largo de la vida, de sensibilización sobre la cultura y la identidad local, sin abandonar sus funciones de cuidado, preservación y exposición del patrimonio local. Lo que se pone de manifiesto en la última publicación¹⁰ de la

OCDE(Organización para la Cooperación y el Desarrollo económico) y ICOM (International Council of Museums).

Pero todo parece indicar que el cambio de milenio es un punto de inflexión en el otorgamiento de importancia a los factores culturales en el desarrollo local. En este sentido, una serie de hitos marcan el itinerario internacional que lleva a los inicios del nuevo milenio:

- 1985 Unión europea. Capitales europeas de la cultura
- 1992 Conferencia Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo
- 1995 Comisión Mundial de la Cultura y el Desarrollo
- 2000. OCDE Reunión en París sobre cultura y desarrollo local
- 2001 Forum Social Mundial
- 2002 Cumbre Mundial por el Desarrollo Duradero
- 2004 Barcelona. Agenda 21 de las culturas
- 2004 Forum Internacional de las culturas y Comisión cultura de la organización mundial de ciudades y gobiernos locales unidos (CGLU)
- 2005 UNESCO. Convención para la protección y promoción de la diversidad cultural
- 2015 Asamblea General ONU. Objetivos del desarrollo sostenible (ODS)

En efecto, en la reunión de París organizada por el programa LEED de la OCDE en el año 2000 se pone de relieve el poder de la cultura y la creatividad como motores del desarrollo personal, social y territorial. También se establecen tres criterios para verificar su influencia en el desarrollo local: el de la atracción, el de la diseminación y el de la cultura local¹¹.

Algunas tipologías y contenidos

Hay muchas tipologías para comprender las relaciones entre la cultura y el desarrollo local. Una de las más simples pero a la vez esclarecedora es la que se establece a partir de donde viene el impulso inicial. Así se distingue un primer tipo en el que los impulsos vienen de arriba, top down. En general se trata de un modelo exógeno en el que se considera a la cultura como un motor de desarrollo que actuará como fuente de atraktividad para visitantes, residentes y actividades económicas. El objetivo es crear un capital simbólico translocal al que hay que integrar a la población local. Su mayor riesgo es caer como un paracaísta, que sea sentido como algo ajeno y que no modifique la realidad.

Mientras que el segundo tipo sería el que surge de abajo, bottom up. Es más endógeno. Considera la cultura como un vector del desarrollo en la que se trata de involucrar al conjunto de energías locales (población, cultura y tradiciones locales...) para afirmar la identidad territorial y sus manifestaciones. Su mayor riesgo es el de continuar viviendo a la sombra del campanario y no salir de su circuito. Si se dan estos riesgos es muy probable que las actividades culturales no tengan mucha influencia en el despliegamiento económico territorial.

Como es evidente, en la realidad no se dan tipos puros. Lo más frecuente son modelos híbridos en los que se mezclan factores endógenos y exógenos, procesos desencadenantes que vienen de arriba y de abajo. Esto es lo que muestra la investigación longitudinal que aplica esta tipología a 6eis barrios de Bruselas¹².

Otra tipología¹³ significativa hace alusión a los contenidos y naturaleza de las actividades culturales. Desde esta

perspectiva, un **primer núcleo** lo constituyen las manifestaciones únicas y no reproducibles, en las que históricamente el mercado no ha penetrado y han sido objeto de coleccionismo y de consumo elitista. Este núcleo abarca el patrimonio histórico, arqueológico y documental y las instituciones (museos, bibliotecas, archivos...) que se dedican a su salvaguardia, las creaciones de artes plásticas (pintura, escultura y fotografía) y de las artes escénicas y musicales (teatro, lirica, danza, conciertos musicales, ...). Su carácter elitista se ha ido perdiendo en los últimos tiempos y se ha introducido por un lado el criterio de sostenibilidad y por el otro, el del soporte y visibilidad públicos. Igualmente se manifiesta un doble proceso con respecto a la cultura popular que, en general, se ha producido fuera del mercado y del estado. Por un lado, hay actividades que son abandonadas porque ya no tienen sentido o personas que las practican (envejecimiento) y por el otro se asiste a un creciente interés, revitalización e incluso renovación de la cultura popular que contribuye a dinamizar ciertos territorios, bien económicamente (artesanía por ejemplo) bien porque refuerzan su identidad. En este sentido, a veces, se transforman los modos de gestión, adoptando formas colectivas y comunitarias¹⁴ y una visión alternativa de la irradiación territorial

Un **segundo núcleo** lo componen las industrias culturales cuya característica principal es su naturaleza reproducible y masiva con la intención de buscar el lucro y/o la reproducción del capital. Se trata de la música grabada y los audiovisuales, el sector del libro y la edición, el cine, la prensa, la televisión, la radio y los medios de comunicación. También hay que constatar, en este núcleo, el surgimiento de iniciativas cuyo objetivo es la creación artística o la

de un discurso alternativo¹⁵ y comunitario (radios piratas, cine independiente, editoriales sin ánimo de lucro, teatro del oprimido, publicaciones radicales, ...).

Un **tercer núcleo** son las actividades creativas que adquieren cada vez más importancia en los estudios culturales relacionados con el desarrollo económico. Se trata de las actividades de diseño (moda, diseño interior, artesanía, ...), la publicidad, la arquitectura y los productos asociados a las nuevas tecnologías de la comunicación y la información (producción informática, software, móviles, videojuegos, ...). En este núcleo, la cultura y el talento no son una finalidad sino un factor de la producción de bienes y servicios, los cuales superan los paradigmas del sistema industrial basados en la producción material. Lo que no impide que sean una mercancía que se compra y se vende.

Una tercera tipología interesante es la que hace la distinción entre industrias creativas más tradicionales (artes escénicas, música...) y las vinculadas a las nuevas tecnologías de la información y la comunicación (Software, publicidad, ...). Las primeras acostumbra a centrarse en los contenidos estéticos y simbólicos, no buscan necesariamente el lucro y la producción y el acceso suelen ser subsidiados. Mientras que las segundas utilizan procesos intensivos en tecnología y conocimientos, generan beneficios y atraen trabajadores altamente cualificados. Estas tienden a concentrarse en territorios especializados¹⁶. Lo que ha llevado a formular la idea de distritos culturales¹⁷ trasladando al mundo cultural la perspectiva de los distritos Industriales que los autores italianos¹⁸ habían elaborado y que condujo al mundo anglosajón a hablar de clústers. O también la de sistemas locales de producción creativa¹⁹.

En el sentido de concentración y especialización territorial de actividades culturales merecen citarse los ejemplos de algunos pueblos pequeños en los que se ubican un gran número de librerías (Booktowns). Son los casos de Bredevoort en Holanda donde 20 librerías venden libros viejos y descatalogados, Montolieu en Francia donde a las librerías se unen encuadernadores, Redu en Bélgica con más de 40 librerías Urueña y Calonge en España y Hay on Wye en Gales, que fue el pionero de todos ellos. Todos son pueblos situados en zonas rurales en decadencia que han sabido atraer a un público específico interesado en los libros de ocasión. Se preocupan por ofrecer una buena oferta hoteletera y gastronómica. Algunos de ellos organizan festivales de música, literatura y teatro.

Todas estas tipologías y experiencias intentan clarificar una dimensión cultural compleja, diversa y dinámica que a menudo supera las distinciones más o menos teóricas. Pero la pregunta que hay que hacerse es: ¿cuál es la influencia real de las manifestaciones culturales sobre el desarrollo económico territorial?

Influencias de las manifestaciones culturales en el desarrollo local

Si bien una parte de las manifestaciones culturales son intangibles y sus efectos son difíciles de medir, en los últimos tiempos se han hecho bastantes estudios e investigaciones que muestran las relaciones entre manifestaciones culturales y sus efectos locales²⁰. La mayoría de ellos toman como referencia a la ciudad para concluir que como más grande es una ciudad más se concentran las actividades culturales en ella y como estas actividades acaban modelando no solo gran parte del mercado inmobiliario y el

de trabajo sino incluso el espacio urbano. Se acostumbra a citar Berlín, Londres y Barcelona²¹. Se calcula que esta ciudad con Madrid concentra el 50% de las empresas culturales y de su empleo derivado, del total del estado español.

Tal como pasa en otros sectores económicos la tendencia general es la de la concentración urbana y metropolitana. Hay muchas razones para ello. En primer lugar, la dimensión de la demanda que está en relación con el volumen de la población de la ciudad. En segundo lugar, la existencia de Instituciones y equipamientos culturales que atraen artistas, creadores y empresas que aprovisionan al sector cultural y que interactúan entre ellas. En tercer lugar, las mayores facilidades de transporte y comunicación que tienen las grandes ciudades. En cuarto lugar, la capacidad y la voluntad de los ayuntamientos que dedican mayores recursos a la promoción cultural y que tienen mayor capacidad de competir en el mercado global y por lo tanto atraen un mayor número de visitantes. Esta competencia global puede llevar al peligro de las “ciudades vitrina” en las que se cuida más a los turistas que a sus residentes²².

Estos efectos de jerarquía territorial que favorecen a las grandes ciudades no deben hacer olvidar que los espacios rurales también pueden ser objetivo y ser productores de actividades culturales, bien porque se especializan en un determinado subsector (conciertos musicales), bien porque saben poner de manifiesto una identidad cultural específica. En este caso, su influencia sobre el desarrollo local acostumbra a ser bastante evidente. Impulsan visitas que consumen, crean algún empleo y dinamizan la economía (artesanía, ...). Tienen el riesgo de concentrar todas las actividades a su alrededor, destruir la economía local y hacer más dependiente al territorio. Un ejemplo interesante son

los spillovers creativos²³ donde los artistas se juntan en una casa ubicada en un territorio rural para crear y producir. Pero este fenómeno también se produce en algunos barrios de grandes ciudades y en ciudades intermedias donde se localizan y concentran diferentes actores que contribuyen a la creación cultural.

Las manifestaciones culturales pueden tener un carácter permanente o uno ocasional y esto condiciona los efectos sobre el progreso económico local. También es importante distinguir entre los efectos a largo plazo y los a corto plazo. Los primeros son más difíciles de medir pues son los más intangibles y difusos. Pero se puede afirmar que la creación y la renovación de equipamientos y edificios emblemáticos no solo crea una demanda constructiva momentánea, sino que necesita de un mantenimiento constante y en ocasiones modifica el ordenamiento urbano como la transformación de barrios, la recuperación de zonas Industriales decadentes y la revitalización de cascos históricos. Pero el coste negativo puede ser alto con la gentrificación, la expulsión de los residentes y de pequeños comercios “históricos”. Además, las empresas constructoras raramente son locales y la fuerza de trabajo local utilizada es la menos cualificada.

Otros efectos a largo plazo son el de atraer nuevos residentes, empresas y Inversiones. Un buen entorno cultural puede ser un argumento importante para decidir dónde vivir. Pero no parece que sea decisivo aun cuando es atractivo para minoritarios grupos de población (culturalmente activa). Igualmente, solo las empresas e inversiones ligadas al sector se ubican prioritariamente en estos entornos. Para el resto puede ser una razón suplementaria frente a otras como el empleo, la vivienda, la educación o la sanidad... Lo que si puede afirmarse es que determinadas actividades

culturales periódicas y aún más si duran todo el año, consiguen localizar pequeñas empresas artesanales productoras de bienes y servicios. Tal sería el caso de las fallas de Valencia o de las celebraciones de semana santa de Sevilla. Tampoco puede olvidarse que la cultura en general contribuye a aumentar los niveles educativos y a fomentar la creatividad, la innovación y la capacidad imaginativa. Elementos que constituyen buena parte del capital cultural de un territorio. Este capital se puede aumentar o disminuir. En los lugares donde es alto se puede formular la hipótesis que se reúnen mejores condiciones para el progreso económico y social. Esto se verifica en los países en vías de desarrollo, donde los proyectos socioeconómicos utilizan cada vez más las dimensiones culturales locales.

Quizás haya que insistir en esta perspectiva porque frente a los habituales y acostumbrados argumentos económicos es también necesario razonar en términos más sociales y antropológicos. En efecto, los primeros llevan a un economicismo que a menudo no lo explica todo y que no siempre se verifica en la realidad. Así determinados territorios que parecen reunir buenas condiciones económicas no consiguen despegar y otros que han conseguido hacerlo ven detenido su avance.

Una primera clave para interpretar estas dificultades tendría que ver con la relación de fuerzas internas. Si algunos grupos sociales dominantes y las autoridades locales no están interesadas en el progreso económico o están en contra de los cambios que hay que introducir, entonces este difícilmente se va a producir. Por ello son importantes los procesos de negociación y acuerdos iniciales entre todos los actores locales. Una segunda clave, está en neutralizar las fuerzas exteriores enemigas del desarrollo local (multina-

cionales extractivas y deslocalizadoras, medidas estatales, efectos negativos de la globalización, ...). Una tercera clave es el de la fuerza y dinámica de los que están en favor. Esto es el resultado de muchos factores. Pero se pueden seleccionar algunos como : 1) el nivel y la vitalidad de la conciencia de pertenencia a un territorio propio y diferenciado de otros, 2) el grado de identificación con el, 3) la voluntad de la población de salir de su situación, 4) la capacidad y el volumen asociativo y cooperativo y de experiencias que muestren que es posible, 5) la existencia de un patrimonio socio cultural específico y vivo, 6) la existencia de grupos e Instituciones que expresen esta voluntad constructiva, su capacidad de coordinación y expresión y incidencia política. ¿Cuáles pueden ser los efectos potenciales a corto plazo de la cultura en el progreso de la economía local?

El discurso generalizado pone de relieve que las actividades culturales acostumbra a tener efectos positivos sobre el consumo, el empleo y los niveles de renta. Pero está claro que dependen de si estas actividades son estables y permanentes o si son ocasionales, si son elitistas o masivas, si afectan al conjunto del territorio o a un lugar preciso. En este sentido, está comprobado que la mayoría de los efectos a corto plazo tienen un radio geográficamente limitado y raros son los que se extienden más allá del lugar donde se producen las actividades. La argumentación insiste en la atracción de personas visitantes (turistas o nacionales) que gastan en las propias manifestaciones culturales y en bienes y servicios colaterales (alojamiento, restauración, transporte, compras, ...). Esto crearía empleo y elevaría los niveles de ingresos locales con el arrastre que se genera hacia otros sectores económicos. Pero hay que tener en cuenta adónde van estos ingresos. ¿Den-

tro o fuera del territorio? Y como se distribuyen en su población. ¿Van a parar a los más ricos o se esparcen igualmente? Igualmente, se debe preguntar por el trabajo creado. ¿Es estacional? ¿Es precario? ¿Es poco cualificado?

El mayor protagonismo de los actores locales

Parece evidente que no se puede responder a estas preguntas sin plantearse el papel de los actores locales en la realización de las manifestaciones culturales. Si, el conjunto de comercios, empresarios, artesanos de una determinada localidad está en contra de una actividad cultural difícilmente esta podrá tener una influencia positiva sobre su desarrollo económico. Pero también es cierto que dar protagonismo a todos los actores locales es combatir a la mercantilización y estandarización de los bienes y servicios culturales que dependen de los fenómenos globales.

Este protagonismo se ha ido imponiendo cada vez más. Lo que se explica a partir de la tercera ola del desarrollo local, la descentralización administrativa y política, la expresión de los intereses y necesidades locales y de los deseos participativos ciudadanos, la mayor conciencia de la economía social y solidaria de la importancia del territorio, los buenos resultados de algunas concertaciones locales y la mayor implicación de los sectores afectados por las actividades culturales (artistas, industrias culturales,...) y sus efectos económicos(comercio, hostelería,---). Por ello, puede ser útil especificar más el papel de los actores locales.

A La administración pública local

Como más competencias, como más recursos tenga la administración local más le es posible intervenir en la cultura y el desarrollo económico. Pero este criterio que

se verifica en todos los países debe ser matizado. Puesto que solo en los últimos tiempos, la administración local ha tomado conciencia de la importancia de su intervención económica, Además, la intervención de la administración depende del mundo político local. Y si este no tiene ni tradición ni voluntad de actuación cultural y económica social ni considera a estas como prioridades, entonces difícilmente la administración puede ir más allá de lo fijado por los presupuestos. De ello se deriva que convencer a los políticos locales de la bondad y utilidad de ayudar a las manifestaciones culturales y su irradiación económica es una tarea importante. No solo se trata de recoger votos, sino de los procesos de legitimación del poder público y de la defensa del interés general. Aun cuando este acostumbra a ser el menos generalizado de los intereses....

De todos modos, no hay que minusvalorar el papel de los técnicos de la administración local. Los secretarios y los interventores acostumbran a tener mucho poder. Si son favorables a destinar recursos a la cultura, se ha ganado una parte de la partida. Igualmente puede ser primordial el compromiso y la orientación de los técnicos y profesionales que trabajan en los departamentos y consejos de la administración local encargados de la cultura. A veces pecan por pasividad, otras por exceso de protagonismo. Cuando encuentran un equilibrio entre una posición de mediación, dinamización y soporte, entonces se convierten en una garantía para el progreso cultural y económico local. También es importante el impulso (financiero, técnico, humano) que puedan dar programas públicos exteriores de mayor alcance (regional, nacional, europeo) y su coordinación con los proyectos locales

En los lugares donde la cultura comparte un clima favorable, una fuerte y dilatada tradición, un enraizamiento en una dinámica sociedad civil y unos activos líderes locales, a los poderes públicos les será más fácil justificar sus esfuerzos (inversiones, actividades, ...) en favor de la cultura y aun más si esta genera retornos económicos. Si estos esfuerzos en pro de la cultura se sitúan transversalmente en planes socioeconómicos locales diseñados por todos los actores, entonces se estarán reuniendo unas buenas condiciones para que las actividades culturales se conviertan en uno de los motores de la activación económica local. La pareja se estará consolidando

B La economía social y solidaria

El mundo asociativo, cooperativo y mutualista puede jugar un considerable papel en la creación y producción cultural y en su articulación con la vida económica. A menudo es en su seno donde nacen iniciativas especialmente conectadas con la cultura popular y con las expresiones informales de la cultura. Cuantos ranchos, coros, bandas de música, grupos de teatro, de danza, pequeñas bibliotecas no se han creado en el marco asociativo por no aludir a la histórica tradición cultural del cooperativismo en la península ibérica²⁴. En muchas ocasiones, los gestores de la vida cultural o los propios artistas adoptan las fórmulas asociativas, cuando no les guía el ánimo de lucro, e incluso es cada vez más abundante una presencia de fundaciones, que por otro lado es una de las características de la financiación del mundo cultural anglosajón.

Cuando la economía social y solidaria no es muy dependiente del sector público debe interesarse por su autonomía económica, encontrar diferentes fuentes de autofinancia-

ción, preocuparse por el entorno económico y afrontar las necesidades de la población. Su proximidad a esta la obliga a estar atenta a sus demandas. Además, su razón de ser y su fuerza se encuentran en el territorio. Es ahí donde están las raíces que alimentan a la economía social y solidaria. Así pues, puede ser útil intentar contestar a la pregunta: ¿cuáles pueden ser las funciones que una economía social y solidaria culturalmente activa puede jugar en el desarrollo local?

- 1) En general, su capacidad de atender a las necesidades latentes y no resueltas de la población y la mejora de sus condiciones de vida, 2) su voluntad de despertar la conciencia de los ciudadanos, de cualificarlos, asociarlos y movilizarlos, 3) la defensa y valorización de la naturaleza, del medio ambiente y de los recursos endógenos, 4) la creación de empresas y de dispositivos económicos que irradian a escala local e incluso atraen pequeñas inversiones, 5) ayudar a gestionar colectivamente los bienes y servicios culturales dándoles una dimensión económica y promoviendo un protagonismo local, 6) potenciar las actividades económicas locales (artesanía) y crear empleo que no se deslocaliza y es más resistente frente a las crisis, 7) la articulación territorial de las dimensiones sociales, económicas y culturales, 8) una nueva mirada sobre los grupos invisibles en el territorio (mujeres, inmigrantes, mayores residencializados, excluidos...) y sobre diferentes problemáticas (democracia económica, participación, economía reproductiva, buen vivir,...), 9) su capacidad y voluntad de responder a los desafíos globales desde una perspectiva local, intentando transformar esta realidad²⁵.

Como es evidente, no toda la economía social y solidaria llena estas funciones, ni en todos los lugares, pero potencialmente puede hacerlo. Que lo haga o no, depende de muchos factores que se combinan de forma diferente en cada territorio. Pero una buena concentración territorial de iniciativas de la economía social y solidaria se convierte en una condición para convertirse en un regulador del territorio²⁶.

C Los agentes operativos económicos

En la medida en que las actividades culturales se mercantilizan es obligado examinar a los agentes operativos económicos. Y aquí la distinción está clara: si obedecen a los intereses locales es muy probable que estén interesados en el despliegue económico territorial. Si en cambio se trata de empresas y negocios nacionales y multinacionales, su lógica tendrá un ámbito superior. Lo que significa que operarán en el lugar mientras permita hacer beneficio, trasladarán a sus equipos donde lo hacen y se irán cuando dejen de hacerlo. Evitar los efectos más nocivos de las intervenciones exteriores es una tarea que atañe sobre todo a la administración pública local, que puede poner las condiciones para una negociación que los limite (cláusulas de permanencia, fondos obligatorios de inversiones, cláusulas en los concursos públicos ...) y no dejarse llevar por los cantos de sirena de las empresas multinacionales.

El problema viene dado cuando se necesitan grandes inversiones para los equipamientos culturales y dispositivos muy sofisticados técnicamente. Raramente estos recursos se encuentran a escala local y entonces hay que recurrir al exterior. Entonces hay que procurar que ellos se articulen con los objetivos del desarrollo urbanístico y socioeconómico local. El aprovechamiento de las transformaciones urba-

nísticas de los juegos olímpicos de Barcelona y el deterioro de las instalaciones de la exposición universal de Sevilla serian dos ejemplos, uno positivo, el otro negativo, de esta buena o mala articulación.

La hibridación de las formas culturales genera que también se mezclen los distintos actores locales en la producción y gestión de las manifestaciones culturales. Si estas tienen éxito se convierten en un plato en el que todos quieren comer. Lógicamente las industrias culturales y creativas acuden e intentan ocupar este espacio, este mercado. En el que normalmente conviven una gran mayoría de creadores con bajos ingresos y una minoría muy reconocida con altos ingresos. El papel de los artistas es muy importante y es un colectivo al que hay que atraer, escuchar y atender. Están mas dispuestos a trabajar por compensaciones no monetarias que otros agentes. De entre estos crecen los mediadores entre la producción y la distribución cultural. Agentes literarios, galeristas, representantes artísticos, gerentes de compañías teatrales tienden a substituir la propia gestión de los artistas, que, por otro lado, acostumbran a tener dificultades para ser empresarios.

Por último, hay que tener en cuenta que el creciente uso de internet y de la informatización está transformando este panorama. En cualquier caso, una densa red de actores y agentes en el territorio y su coordinación es una de las condiciones para unos buenos resultados de las actividades culturales y su proyección económica.

D Ciudadanía y comunidad

La mayor parte de los autores están de acuerdo que como más grande y diversificada es la participación de los ciudadanos en las actividades culturales mayor es la visibi-

lidad y consensus de estas y mayores son las posibilidades de contribución al desarrollo local.

Pero si un determinado territorio ha llegado a un estadio de abandono, de atraso no es un azar y probablemente es el resultado de la acción de la población y de un conjunto de causas y procesos. Que el conjunto de la población los conozca y sea consciente de ellos es fundamental para que pueda ayudar a enfrentárseles. Además, es muy probable que el desánimo y el escepticismo se apoderen de ella. Unas determinadas actividades culturales pueden actuar de detonante, de revulsivo para combatir esta pasividad. Pero esto no es fácil. De una conciencia individual se debe pasar a una voluntad colectiva de defensa de la identidad del territorio, a procesos de empoderamiento comunitario, en los que se descubran y se realicen proyectos viables económicamente. Se debe creer que el futuro es mejorable y que vale la pena construirlo juntamente con otros ciudadanos.

Esta confianza puede surgir de un pequeño grupo, de un acontecimiento relevante, de una iniciativa con éxito, de un trabajo lento que emerge, de una toma de conciencia paulatina. En este sentido, las actividades culturales autoproducidas y autogestionadas, aunque sean pequeñas y minoritarias, pueden jugar un papel determinante. Su vehiculación y su viabilidad económica acostumbra a venir en una segunda etapa. Es fundamental que estas actividades se conecten con los intereses colectivos y generales para evitar el riesgo que queden restringidas a una lógica corporativa.

El abandono de la pasividad, la capacidad asociativa, el capital cultural, las redes de actores, la atracción del talento, el papel complementario de la administración son factores que, sin duda, contribuyen a la vitalidad cultural,

aunque para que esta se dinamice es necesario que existan cauces de debate y de acuerdos en los que todos los actores puedan expresarse y posicionarse no solo sobre los problemas culturales sino sobre el conjunto de los socioeconómicos.

Todas estas observaciones sobre el papel de los actores invitan a afinar y profundizar los estudios sobre los resultados y el impacto. Puesto que es importante tratar del análisis concreto de la influencia de la cultura en el desarrollo local.

Los resultados, el impacto y su análisis

El análisis de los resultados y el impacto de las actividades culturales en el desarrollo local ha generado un buen número de investigaciones y publicaciones que no es posible presentar aquí. Hasta cierto punto, cada tipo de manifestación cultural demanda metodologías de análisis específicas.

Medir la influencia de este tipo de actividades culturales sobre el desarrollo local no es fácil. Los llamados efectos intangibles de la cultura aun lo hacen más difícil. También la costumbre de exagerar los resultados por parte de organizadores y autoridades. Pero un buen número de investigaciones han hecho avanzar estos conocimientos. Algunos de estos estudios distinguen, en términos económicos, entre efectos directos adjudicables a las actividades realizadas (salarios, contratación de salas, ...), los indirectos o gastos de los espectadores y participantes y los inducidos que serían los que se producen sobre el tejido económico local. Estas distinciones han sido aplicadas al caso de los festivales de Edimburgo en Escocia²⁷.

En general para analizar y medir los resultados se utilizan las tablas input output, las encuestas, los grupos de trabajo

y los sistemas de indicadores. Los métodos antropológicos y sociológicos (observación participante) pueden permitir una mirada más cualitativa²⁸. A veces se utilizan varias metodologías y el conjunto de esfuerzos para analizar los resultados se agrupan alrededor de un observatorio permanente que puede servir como plataforma que articula el debate sobre las políticas culturales de una determinada localidad. Las cuales, tanto las públicas como las privadas, lucrativas, asociativas e informales deben ser objeto del estudio²⁹.

Por fin hay que precisar que para conocer realmente los efectos de la cultura sobre el desarrollo local hay que empezar por hacer un buen **diagnóstico** de una situación inicial. Esta descripción y valoración es la que debe permitir hacer una comparación con posteriores periodos. No se trata de hacer un diagnóstico convencional ni solo de utilizar las estadísticas oficiales que son elaboradas para otras finalidades. Lógicamente la focalización debe estar en la oferta y demanda cultural y en la situación económica. La mapeación de los recursos suele ser útil³⁰. Las comparaciones en el tiempo, (series y estudios longitudinales) y en el espacio (otros territorios parecidos) son siempre interesantes. Tener una buena batería de indicadores es fundamental. Es la que va a permitir hacer un buen **seguimiento** de las actividades culturales e ir viendo sus efectos sobre la vida económica local. Si se quiere ir más allá en este análisis de seguimiento no hay nada como la observación participante que permite profundizar aspectos más cualitativos. Este tipo de observación no necesariamente significa estar presente en todas las actividades sino escoger determinados momentos significativos. Se puede complementar con otros métodos como entrevistas con personas que son líderes o que juegan un papel especial ligado a la cultura o la eco-

nomía en la comunidad o grupos de trabajo con colectivos especialmente afectados o interesados. Estas entrevistas también pueden ser útiles para el balance final. A menudo, la medición del impacto y de los resultados va ligado a un proyecto concreto y este establece las condiciones de la **evaluación final**. Esta evaluación debe ser acumulativa, integral, y a ser posible participada y en cualquier caso transferida a los responsables del proyecto y al conjunto de la población. Incluso se puede pensar en procesos de auto-evaluación colectiva y de replicación posterior. Así, es posible, que contribuya a una toma de conciencia de cuáles son los obstáculos y límites y como pueden ser superados, en una siguiente fase, para mejorar la influencia de la cultura en el desarrollo socioeconómico local.

Ahora que ambos ya se han encontrado, conocido y reconocido. ¿Serán felices y comerán perdices? El tiempo, miles de experiencias y su observación lo van a decir.

NOTAS

- ¹ Este artículo tiene como base un texto que debe servir como referencia para un debate entre los dirigentes de la compañía de teatro Mala Voadora que tiene un proyecto de intervención en Campinhas (Alentejo) y los miembros de A3S asociación que les asesora y acompaña.
- ² Estivill, J. Balsa, C. (Ed.) (2022) Economía local, comunitaria y solidaria. Desenvolvimento des de baixo Famalicao. Ed Hunus.
- ³ Hawkes, J. (2001). *The Fourth Pillar of Sustainability: Culture's Essential Role in Public Planning*. Victoria, Cultural Development Network.
- ⁴ Ver Políticas locales para la diversidad cultural (Septiembre 2006), Cultura, gobiernos locales y Objetivos de desarrollo del Milenio (Junio 2009), *Cultura y desarrollo sostenible: ejemplos de innovación institucional y propuesta de un nuevo modelo de política cultural* (septiembre de 2009), *Río+20 y cultura. Abogando por la cultura como pilar de la sostenibilidad* (6 de diciembre de 2012), *Patrimonio cultural y Desarrollo Sostenible* (octubre de 2018)
- ⁵ Baumol, W. y W. Bowen. (1966) *Performing Arts. The Economic Dilemma*, New York, Twentieth Century Found.,.
- ⁶ Rama, L.A. Aguado, L.F. (2010) Economía de la cultura. Una nueva rama de especialización de la economía. *Rev. de Economía Institucional* Vol 2 N 22 (pag.158)
- ⁷ Saint Pierre, D. (2002) *La culture comme facteur de développement de la ville*. Quebec. Ministère de la Culture
- ⁸ Del Castillo, J. (2001) *Job creation and local development induced by cultural infrastructures*, Paris. LEED OCDE
- ⁹ Arrieta, I. (ed.) (2013) *Reinventando los museos*. Bilbao. Universidad del País Vasco.
- ¹⁰ OCDE (2021) *Cultura y desarrollo local: maximizar el impacto. Una guía para gobiernos locales, comunidades y museos*. Paris. OCDE-ICOM
- ¹¹ OCDE (2001) *Culture in local development and job creation*. Paris OCDE
- ¹² Debersaques, S. (2016) *Equipement culturel et développement local*. Metrolab-IGEAT Notes de recherches n 6
- ¹³ Esta tipología se inspira en Herrero. L. C. (2011) *La contribución de la cultura y las artes al desarrollo económico regional*. *Rev. Investigaciones Regionales* n 19 (pp. 180 y 181).
- ¹⁴ Zaguire, S. Rodrigo, J. (Ed.) (2022) *Gestió comunitària de la cultura i economia solidaria*. Barcelona. Icaria Editorial
- ¹⁵ Costa, J. (2018) *Como acabar con la contracultura. Una historia subterránea de España (1970-2016)* Barcelona. Taurus
- ¹⁶ Scot, A. (2004) *Cultural Products Industries and Urban Economic Development. Prospects for Growth and Market Contestation in Global Context*, *Urban Affairs Review* n 39, 4, (pp. 461-490)
- ¹⁷ Zuwala L. (2015) *Cultural districts in Werry, F, F, Schor, J. B. (ed.) Encyclopedia of Economics and Society*, Los angeles, Sage (pp.510 a 513)
- ¹⁸ G. Becattini, M. Bellandi y De Propris, L. eds. (2009), *The Handbook of Industrial Districts*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, .
- ¹⁹ Lazzeretti, L.; Boix, R., y Capone, F. (2008): «Do Creative Industries Cluster? Mapping Creative Local Production Systems in Italy and Spain», *Industry and Innovation*, 15(5), (pp, 549-567).
- ²⁰ Solo a título de ejemplo referidos a España ver La semana del cine internacional de Valladolid, La fiesta de moros y cristianos de Calpe, el Festival de Flamenco de Jerez o la Exposición Universal de Zaragoza
- ²¹ Foord, J. (2009) *Strategies for creative industries: an International review*. *Creative Industries Journal*, n 1:2, (pp.91-113)
- ²² Estivill, J. (2018) *Una mirada de l'economia solidaria a la ciutat en Mirò*. I. Ciutats cooperatives, Barcelona, Icaria Editorial (p. 14)
- ²³ Tom Fleming Creative Consultancy (2014) *Cultural and creative spillovers in Europe*. Bruxelles. European Commission
- ²⁴ Vease para Portugal Pereira, J. (2020) *Associativismo livre. Uma historia de fraternidade e progresso*. Coimbra. Almedina. (pag. 105 a 130)
- ²⁵ Se han seguido las observaciones de la introducción de Estivill, J. Balsa, C. (2022) *Economía local, comunitaria y solidaria, Desenvolvimento des de baixo*. Famalicao. Ed. Hunus
- ²⁶ Pecqueur, B. Itçaina, X. *Économie sociale et solidaire et territoire. Un couple allant de soi ?* *Rev RECMA* n 325. 2012.
- ²⁷ BOP Consulting (2016) *Edinburgh Festivals. Impact study. Final report*, Edinburgh
- ²⁸ Lees, L. Melhuish, C. (2013) *Arts. led regeneration in UK: The rhetoric and the evidence on urban social inclusion*, *European and Regional Studies* n 22
- ²⁹ Rausell, P. (dir.) (2007) *Cultura, estratègia para el desarrollo local*. Madrid. Agencia Española para la Cooperación Internacional (pag 189 a 217)
- ³⁰ Lazzeretti, L., Boix, R., y Capone, F. (2008): «Do Creative Industries Cluster? Mapping Creative Local Production Systems in Italy and Spain», *Industry and Innovation*, n 15(5), (pag 549-567)



United Nations



General Assembly

**Resolution adopted
by the General Assembly
on 18 April 2023**

[without reference to a Main Committee (A/77/L.60)]

Seventy-seventh session
Agenda item 18
Sustainable development

**77/281. Promoting the social and solidarity
economy for sustainable development**

The General Assembly,

Recalling its resolution 70/1 of 25 September 2015, entitled “Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development”,

Recalling also its resolution 69/313 of 27 July 2015 on the Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development,

Recalling further its resolution 71/256 of 23 December 2016 on the New Urban Agenda, the annex to which contains a commitment to supporting micro-, small and medium-sized enterprises and cooperatives throughout the value chain, in particular businesses and enterprises in the social and solidarity economy, operating in both the formal and informal economies,

Recalling its resolution 76/135 of 16 December 2021, entitled “Cooperatives in social development”, in which it rec-

ognized that cooperatives, in their various forms, promoted the fullest possible participation in the economic and social development of Indigenous Peoples, local communities and all people, whose inclusion strengthened social and economic development and contributed to the eradication of poverty and hunger,

Recognizing that social entrepreneurship, including cooperatives and social enterprises, can help to alleviate poverty and catalyse social transformation by strengthening the productive capacities of those in vulnerable situations and producing goods and services accessible to them,

Recognizing also that the coronavirus disease (COVID-19) pandemic, the adverse impacts of climate change and geopolitical tensions and conflicts have exposed many fragilities in economies and deepened existing inequalities, and that a deeper, more ambitious, transformative and integrated response is urgently needed,

Noting that, to accelerate efforts to achieve the Sustainable Development Goals, the Secretary-General, in his report entitled “Our Common Agenda”,¹ encourages a broader range of businesses, from multinational corporations to micro-, small and medium-sized enterprises, to participate in the Sustainable Development Goals and climate action, including through business models that aligned with efforts to rethink measures of progress and prosperity,

Recognizing the resolution of the International Labour Organization concerning decent work and the social and solidarity economy, adopted in June 2022, in which it recognizes that the social and solidarity economy encompasses enterprises, organizations and other entities that are engaged in economic, social and environmental activities to

serve the collective and/or general interest, which are based on the principles of voluntary cooperation and mutual aid, democratic and/or participatory governance, autonomy and independence and the primacy of people and social purpose over capital in the distribution and use of surpluses and/or profits, as well as assets, that social and solidarity economy entities aspire to long-term viability and sustainability and to the transition from the informal to the formal economy and operate in all sectors of the economy, that they put into practice a set of values which are intrinsic to their functioning and consistent with care for people and planet, equality and fairness, interdependence, self-governance, transparency and accountability and the attainment of decent work and livelihoods and that, according to national circumstances, the social and solidarity economy includes cooperatives, associations, mutual societies, foundations, social enterprises, self-help groups and other entities operating in accordance with the values and principles of the social and solidarity economy,

Acknowledging that the social and solidarity economy can contribute to the achievement and localization of the Sustainable Development Goals, particularly in terms of employment and decent work, the provision of social services, such as those related to health and care, education and skills training, environmental protection, including through the promotion of sustainable economic practices, the promotion of gender equality and the empowerment of women, access to affordable finance and local economic development, the strengthening of the productive capacities of people in vulnerable situations, the promotion of social dialogue, labour rights and social protection, as well as inclusive and sustainable growth, the forging of partnerships

and networks at the local, national, regional and international levels and the promotion of participatory governance and policymaking and all human rights,

Recognizing the contribution of the social and solidarity economy to decent work and inclusive and sustainable economies, to the promotion of international labour standards, including fundamental rights at work, to the improvement of the standard of living for all and to social innovation, including in the field of reskilling and upskilling,

Recognizing also the role that social and solidarity economy entities as local anchors can play in providing decent work opportunities and empowering women, including women in rural areas, youth, persons with disabilities and those in vulnerable situations, and recognizing their role in building community and social cohesion and fostering diversity, solidarity and protection and respect for traditional knowledge and cultures, including among Indigenous Peoples, as well as local communities,

Recognizing further that the social and solidarity economy contributes to more inclusive and sustainable economic growth by finding a new balance between economic efficiency and social and environmental resilience that fosters economic dynamism, encourages a just and sustainable digital transition, social and environmental protection and socio-political empowerment of individuals over decision-making processes and resources,

Recognizing that the social and solidarity economy can play a key role in eliminating poverty and catalysing social transformation, thus helping to achieve the objective of leaving no one behind and to achieve the 2030 Agenda and its Sustainable Development Goals, while ensuring social inclusion,

Recognizing also the role of the social and solidarity economy in promoting democracy and social justice, including by increasing social and solidarity economy workers' awareness of their human and labour rights, developing partnerships and alliances to achieve common goals, enhancing business potential, entrepreneurial and managerial capacities, strengthening productivity and competitiveness, and supporting social and technological innovation and participatory business models, and the need to facilitate access to international markets and institutional funding for social and solidarity economy entities,

Recognizing further that social dialogue and the protection of all labour rights contribute to the overall cohesion of societies and are crucial for a well-functioning and productive economy,

1. *Encourages* Member States to promote and implement national, local and regional strategies, policies and programmes for supporting and enhancing the social and solidarity economy as a possible model for sustainable economic and social development, taking into account national circumstances, plans and priorities by, inter alia, developing specific legal frameworks, where appropriate, for the social and solidarity economy, making visible, when feasible, the contribution of the social and solidarity economy in the compilation of national statistics and providing fiscal and public procurement incentives, acknowledging the social and solidarity economy in education curricula and capacity-building and research initiatives and reinforcing entrepreneurship and business support, including by

facilitating access for social and solidarity economy entities to financial services and funding, and encourages the participation of social and solidarity economy actors in the policymaking process;

2. *Encourages* relevant entities of the United Nations development system, including United Nations country teams, to give due consideration to the social and solidarity economy as part of their planning and programming instruments, particularly the United Nations Sustainable Development Cooperation Framework, so as to provide support to States, upon their request and in accordance with their mandates and to identify, formulate, implement and assess coherent and enabling policy measures and frameworks for developing the social and solidarity economy as a tool for achieving the Sustainable Development Goals, and in this regard acknowledges the work of the United Nations Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy;
3. *Encourages* multilateral, international and regional financial institutions and development banks to support the social and solidarity economy, including through existing and new financial instruments and mechanisms adapted to all stages of development;
4. *Requests* the Secretary-General to prepare a report, within existing resources, in collaboration with the United Nations Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy, on the implementation of the present resolution, taking into consideration the contribution of the social and solidarity economy to the achievement of the 2030 Agenda for Sustainable

Development and an inclusive, job-rich, resilient and sustainable recovery, and decides to include in the provisional agenda of its seventy-ninth session, under the item entitled “Sustainable development”, a sub-item entitled “Promoting the social and solidarity economy for sustainable development”.

66th plenary meeting 18 April 20²

NOTAS

¹ A/75/982.

² -07843

Malawi em 2015 e 2016: a minha experiência, à luz dos conceitos de Desenvolvimento, Noflay, Desenvolvimento Comunitário e um bocadinho de Feminismo Margarida Estrela

Margarida Estrela, 1990. Licenciatura em Comunicação Social e Cultural (2012) pela Universidade Católica Portuguesa e Universitat Ramon Llull Blanquerna Barcelona, pós-graduação em Ciências Empresariais (2014) pelo ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, curso Fighting with the Poor (2015) pelo College for International Cooperation and Development UK, e pós-graduação em Desenvolvimento Comunitário (2023) pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

margarida.halves@gmail.com.

RESUMO

No que toca a factos concretos, não há ninguém no mundo que saiba tanto sobre nós como nós mesmos. Contudo, quando pensamos desde valores a padrões, as nossas próprias limitações levam-nos, na qualidade de narrador, a escolher e eliminar coisas a nosso respeito.

Assim, o retrato por mim aqui traçado pode não ser particularmente objetivo.

Ainda assim, enchi-me de coragem para avançar, deixando naturalmente de fora outras experiências que vivi no Malawi: os dias no Campo de Refugiados de Dzaleka; os problemas de saúde de crianças e das suas mães que acompanhei ao hospital; os problemas dos hospitais e das suas condições; as peças em cerâmica que via as mulheres moldarem com o barro do rio; a manteiga de amendoim e brincos e colares com sementes, que uma cooperativa de mulheres em Nkhata Bay vendia – talvez das únicas zonas turísticas do Malawi.

Deixo de fora os amanheceres e os pores do sol de África – os mais bonitos do mundo. É impossível de descrever a forma como o coração expande diante desse cor de laranja tão intenso.

A minha resistência em escrever sobre o Malawi prende-se também, com o passado do meu país, Portugal, de colonizador. Tinha estado um ano antes, em 2014, em Moçambique e foi muito diferente ser mulungu (branca/estrangeira), como dizem lá, e ser azungu no Malawi. As feridas em relação aos portugueses eram naturalmente maiores. Grada Kilomba dizia que na Alemanha encontrou um país que vivia na culpa do seu passado, mas que isto lhes abriu imensas oportunidades. No entanto, em Portugal não há culpa nem vergonha, só negação.

Se calhar não sou apenas eu, é toda uma história e um Abril que está por cumprir. Ainda, em relação a escrever sobre o Malawi, não sentia que tivesse “autoridade”, mas na verdade, esta foi apenas um pouco da minha experiência, sem pretensões de afirmar nada sobre ninguém, apenas dando-me direito a existir e a ter uma vivência que pode ser descrita, como qualquer outra pessoa.

Assim sendo, este relato não é sobre o Malawi de um ponto de vista etnográfico ou antropológico, mas é sim sobre algumas pessoas de lá e sobre o tempo que passámos juntas.

ABSTRACT

As far as hard facts go, there is no one in the world who knows as much about us as we do. However, when we think from values to standards, our own limitations lead us, as a narrator, to choose and eliminate things about ourselves. Thus, the portrait I draw here may not be particularly objective. Even so, I found the courage to move forward, naturally leaving out other experiences I had in Malawi: the days in Dzaleka Refugee Camp; the health problems of children and their mothers that I accompanied to the hospital; the problems of hospitals and their conditions; the ceramic pieces that I saw the women mold with clay from the river; the peanut butter and earrings and necklaces with seeds, which a women cooperative in Nkhata Bay sold – perhaps the only touristic zone in Malawi. I also leave out African sunrises and sunsets – the most beautiful ones in the world. It is impossible to describe how the heart expands in front of that orange color so overwhelming.

My resistance to writing about Malawi is also related to the past of my country, Portugal, as a colonizer.

A year earlier, in 2014, I had been in Mozambique and it was very different to be a mulungu (white person/foreigner), as they say there, and to be azungu in Malawi. The wounds in relation to the Portuguese were naturally greater.

Grada Kilomba said that in Germany she found a country that lived in the guilt of its past, but that this opened up immense opportunities for them. However, in Portugal there is no guilt or shame, only denial.

Maybe it not just me, its a whole story/history and an April that is yet to be fulfilled. Still, in relation to writing about Malawi, I did feel that I had authority to do so, but in fact this was just a little of my experience, without pretensions to say anything about anyone, just giving me the right to exist and to have an experience who can be described, like anyone else.

So this paper is not about Malawi from an ethnographic or anthropological point of view, but rather about some of the people that I met there and the time we spent together.

Enquanto falam, sentem a responsabilidade pela história do seu povo. Têm de a guardar e de lhe dar continuidade. Ninguém pode dizer: leiam a nossa história nos livros. Pois ninguém escreveu livros e, por isso, eles não existem. Essa história não existe, com exceção daquela que eles aqui sabem contar. Nunca existirá uma história do tipo da que na Europa se designa científica ou objetiva, porque, da história africana, não há documentos nem registos e porque cada geração a quem é confiada e transmitida uma determinada versão a altera e continua a alterar, a modificar e colorir. Mas pelo facto de ser livre do peso e da força dos arquivos, das regras rígidas e severas dos factos e das datas, a história atinge aqui a sua forma mais pura e cristalina – a forma do mito.

Nestes mitos, as datas e a divisão mecânica do tempo em dias, meses e anos dão lugar às descrições do tipo «há muito tempo», «há muito, muito tempo», «há tanto tempo que já ninguém se consegue lembrar». Tudo se pode exprimir recorrendo a estas fórmulas e tudo se pode enquadrar numa determinada ordem temporal. Mas esse tempo não evolui e não pode ser representado de modo linear, move-se como a Terra – em círculos regulares. Numa conceção de tempo como esta, não há nenhum conceito de desenvolvimento; ele é substituído pelo da duração. África é sinónimo de duração eterna, de eternidade. (Ryszard Kapuscinski, *Ébano*)

Introdução

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polémicos nas Ciências Sociais. Mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos, tem servido também para avaliar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar.

Aquele que é referido como o fator principal para a afirmação do conceito de desenvolvimento no Pós-2ª Guerra Mundial é o processo de independência da maioria das antigas colónias europeias, muito por efeito dos novos ventos democráticos, dos interesses estratégicos dos Estados Unidos (ele próprio uma antiga colónia, que desejava aceder aos novos países, sem passar pelas suas antigas Metrópoles) e da influência ideológica da outra superpotência saída da guerra, a União Soviética.

A grande aspiração desses países era caminhar para a prosperidade e a riqueza total, como os seus antigos colonizadores, a par da sua independência política (Amaro, 2003).

Todos os países ditos “subdesenvolvidos”, essas “jovens nações” (Perroux, 1962 cit in Amaro, 2017) teriam então de ser “orientadas”.

Contudo, surgiram críticas de vários técnicos e várias técnicas do terreno da “ajuda ao desenvolvimento”, ligados/as a departamentos da ONU ou a ONGD, que puseram em causa os modelos de desenvolvimento, inerentes e impostos com essas “ajudas” e propuseram e praticaram métodos alternativos, que ficaram conhecidos como de “desenvolvimento comunitário” (Amaro, 2017).

Os autores do “pós-desenvolvimento” defenderam a importância de se referirem “conceitos alternativos ao desenvolvimento”, tomando como base experiências e valores provenientes, desta vez, de povos e comunidades do “Sul

global”, ou seja, a partir de “Epistemologias do Sul”, assentando esta em “três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (Santos, 2010 cit in Amaro, 2017). Mais recentemente, foi aflorado um conceito, proveniente de uma reivindicação africana de designar com palavras próprias o que se pretende nomear com a palavra dos colonizadores “desenvolvimento”. Foi o economista e escritor senegalês Felwine Sarr quem chamou a atenção para a necessidade de usar termos da sua cultura, que as pessoas possam entender (sobretudo afetiva e emocionalmente), em vez de importar ou aceder a usar os que são trazidos de fora, pelos que os vieram colonizar, abusar e, nalguns casos, destruir. O exemplo dado é o da palavra *noflay*, da língua *wolof* (a língua autóctone mais falada no Senegal) e que designa “bem-estar”, ou o equivalente senegalês ao conceito andino de “*buen vivir*”, assinalando que o “bem viver” é também de ordem cultural, filosófica e moral e assume uma perspetiva integral da Pessoa, em todas as suas dimensões.

Um exemplo das vantagens e da riqueza desse diálogo (epistemológico, teórico, metodológico e prático) e das consequentes convergências pode ser dado pelas relações e proximidade entre os conceitos de desenvolvimento local ou comunitário e de *buen vivir* (Amaro, 2017).

Chegada

Tal como descreve Kapuscinski, também eu saí de uma Londres outonal e chuvosa. Ao passar umas horas na minha escala, Addis Ababa, Etiópia: luz por toda a parte. Dali a mais umas horas chegava ao Malawi.

Sabia que ia para um país pequeno comparado com a imensidão dos países africanos.

O Malawi era pouco maior que Portugal, muito pobre por não ter recursos naturais como outros países em volta - nem ouro, diamantes ou petróleo - mas exatamente por não ter “nada”, era dos raros países que não tinha tido guerra, e o nome pelo qual era conhecido: *The Warm Heart of Africa*.

Ao chegar à zona norte do Malawi, dediquei os dias seguintes a arranjar bicicleta para me poder deslocar entre as comunidades, por entre montanhas, e por vezes rios que enchiam e não dava para passar.

Comecei a conhecer as comunidades em volta e as escolas primárias da zona de Chasato, onde passei a viver. No início tive a ajuda de um intérprete e amigo, Steve, e depois comecei a ir sozinha.

Foi assim que a minha vida passou por andar de bicicleta entre as montanhas, para começar a conhecer o território, as pessoas, fazer um levantamento das necessidades das comunidades em volta, com os chefes das aldeias e os diretores de cada escola primária.

Passava pelos poços de alta perfuração em que se tentava encontrar água muito lá em baixo, e pelas pessoas sempre a rir de verem uma miúda em bicicleta a dizer-lhes: – *Muli uli?* (em Chitumbuka, a língua falada no norte do Malawi, “Está tudo bem?” Pronúncia: *Muri uri*, o L é R). As mães, principalmente, riam e batiam palmas, e ouvia: a azungu está a falar Chitumbuka. Ao que eu respondia: – *It’s not azungu, it’s Margarida!* o que gerava mais gargalhadas.

Eu falava com toda a gente, e tanto disse o meu nome que por vezes passava de bicicleta e ouvia: – *I’m greeting you, Margrit!* Essa foi a maior conquista, ter-me mesmo tornado a Margrit, Meggy, ou “my friend”.

Tinha muitas páginas do dicionário para Inglês do Chitumbuka coladas nas paredes de minha casa e ia apren-

dendo com as pessoas, porque lhes pedia. Este domínio da língua não é de menor importância pois todo o universo dos contos, das histórias, e do entender da cultura local só é percebido depois deste descolonizar da mente, que vem naturalmente ao falar nestas línguas, e é tão mais rico esse saber e pronúncia que só se encontra na oralidade, nas expressões, em certos sons, cantares, nos gestos, e que não têm tradução escrita. Qual é a graça de: How are you? quando podemos ter: Muli uli?

Como refere Owusu, em conexão com o papel do intérprete-informante nativo em trabalho de campo, podemos observar que, sem dúvida, as consequências mais alarmantes do colonialismo e a iniciação e controlo continuado da atividade de antropologia em África pelos europeus tem sido o efeito que a antropologia (e escritos sobre África em geral), teve sobre os próprios africanos. É crucial lembrarmos-nos, a esse respeito, que uma das armas mais subtis e eficazes de supremacia imperial foi a língua europeia. Os povos subjugados foram obrigados a adotar e usá-la se quisessem ter sucesso no mundo colonial. Com o tempo, o africano colonizado foi levado a acreditar que qualquer coisa escrita numa língua europeia era sacrossanta, infalível e inquestionável.

Staple food, diversidade alimentar e Monsanto

Nas primeiras vezes em que fui ao centro de Mzimba, vi as sementes da Monsanto à venda, principalmente milho e soja, com os pesticidas e fertilizantes, obrigatórios para adquirir em conjunto.

Aí tive a percepção de como a Monsanto domina os países ditos subdesenvolvidos. Lá, um professor malawiano de

Agronomia, disse-me que o Malawi é o país que consome mais milho per capita, que vai depois ser convertido em farinha para a nsima, a staple food do Malawi.

Para contrabalançar o meu desapontamento, também conheci no centro de Mzimba, o Richard e a filha dele, Cecilia. Este senhor tinha um viveiro de árvores autóctones, e decidi que lhe ia comprando rebentos (seedlings) de manga, banana, goiaba, papaia, moringa, abacate, num total de quase 700 árvores, como resistência ao domínio da Monsanto.

Nestas alturas pedia à ONG onde eu estava, a DAPP Malawi, se me davam boleia nos jipes de caixa aberta, para poder levar as pequenas árvores para as comunidades.

Na DAPP não percebiam porque é que eu vivia num TTC (Teacher Training College) e não estava a dar formação aos professores primários. Eu dizia: – Eu não sou professora, vocês é que são e sabem muito mais do que eu. Além disso, eu gosto de trabalhar nas zonas rurais.

Para mim, era muito mais interessante conhecer as diferentes comunidades e viver a vida de lá.

Aprender a esperar é uma arte que a maioria dos ocidentais não domina. A nossa noção de tempo é inflexível, matemática, e comporta várias exigências, obrigações e normas.

No Malawi foram mestres em introduzir-me a esse estado no qual as pessoas lá passam uma grande parte da sua vida – à espera.

«Quando é que a reunião começa?» «Quando todos estiverem presentes.»

Há pessoas que demoram três horas a pé desde as suas comunidades só para ali estarem, que não têm bicicleta ou que está estragada, mas também não têm forma de avisar porque não têm telemóvel, por isso, esperamos.

É um espírito completamente diferente.

Reflorestação de árvores nativas de fruto e biomedicinais & Cultivo de hortas pedagógicas nas comunidades e escolas

Tinha levado muitos livros no computador, em pdf, sobre Green World Actions, Herbal Remedies, Permacultura, Food Forest, Edible Forest Gardens, Tree Planting Management, e muitas sementes não-híbridas, de Portugal e de Inglaterra, onde estava a viver antes de ir para o Malawi.

Levei um pouco de tudo e em grande quantidade, desde cebola, pimentos, couves variadas, beringela, pepino, tremoço, grão, feijões, cenouras, tomate, melão, melancia, girassóis, e perguntava se gostavam de construir hortas com os alunos e plantar árvores de fruto, para haver mais alimento na escola e na comunidade.

É certo que foi uma ideia que eu levei, foi top-down, mas que traduzia uma preocupação com o criar algo conjunto nas escolas e comunidades, e não avançaria com as comunidades que não quisessem.

As comunidades com escolas primárias eram onze: Bawa, Champheta, Chasato, Chatonda, Kamwiro, Lupuha, Mbiriwiza, Mtuza, Thundwe, Ulida e Watereka. Algumas delas bem mais distantes do que outras, de onde me encontrava. Umas a vinte minutos de bicicleta, outras a duas horas.

As crianças iam a pé e algumas tinham de andar mais de uma hora até chegar à escola mais próxima, por isso o seu dia começava muito, muito cedo, algumas sem terem comido nada.

Quando me viam passar de bicicleta, principalmente as meninas, achavam graça a eu ser mulher e andar de bicicleta, então vinham a correr atrás de mim. Fazíamos uma

corrida, ora ganhavam elas ora eu, e depois eu dizia-lhes para irem para a escola, e elas riam-se e lá iam.

Nas escolas fizemos todo o processo juntos ao longo dos meses: cavar, dar composto ao solo por patamares, criar berçários de plantas (nursery beds), antes de as transplantarmos.

Fomos experimentando diferentes fertilizantes orgânicos, feitos com cinzas, com restos de chá, bocadinhos de cascas de ovo, cana de açúcar, diluídos em água, para ver como a terra reagia.

O ponto crucial neste projeto foi ir motivando ao longo do tempo os professores/as e os diretores, estes últimos sempre homens. Por vezes não era fácil encontrar a poção mágica para os envolver. Os professores esperavam ajuda económica da minha parte (para além das sementes e manutenção), e não aceitavam muito bem a ideia de que as hortas eram comunitárias, pois as suas casas eram ao lado da escola, e não queriam que os estudantes pudessem colher os frutos.

A certa altura, achei que se fizesse uma competição pela melhor horta de cada escola, conseguia que a comunidade se envolvesse mais. Erros de principiante, mas fez parte.

A verdade é que uma das escolas foi claramente a que teve mais sucesso, Mbiriwiza, o diretor era muito positivo e sempre com uma visão de longo-prazo. Assim sendo, pensei em prémios. Aos professores dei livros em inglês que tinha levado desde Noam Chomsky, John Pilger, Paulo Freire, Jack London e Hermann Hesse, comprei uma bola de futebol para essa escola, e decidi comprar também vários romances de lã, para criarmos peças, porque via as meninas com agulhas de costura, de tricôt e crochet. Basicamente improvisei. Assim começou um novo projeto:

Costura criativa

O talento que se foi desbloqueando foi incrível e fomos aprendendo em conjunto.

Mais uma vez, foram momentos de bem-estar comunitário em que íamos conversando e me perguntavam histórias do meu país, como é que se chamavam os meus pais, os meus avós, se gostava de saltar à corda. Eram momentos de convívio em que brincávamos com os vários tons de cores das lãs, diferentes designs e diferentes jornadas de imaginação. No final, fizemos desde gorros a malas, passando por dream catchers.

Saúde comunitária e prevenção pela flora local

Com os adultos aprendi sobre alternativas com muito ferro, cálcio, vitaminas, que se podiam cozinhar, como as folhas da abóbora, as folhas da mandioca, o quiabo (okra), as folhas do abacate.

Deixei de tomar os medicamentos para a prevenção da malária, tinha lido antes de ir sobre os benefícios da erva-príncipe (lemongrass) e do chá de artemísia e foi o que bebi lá, pois havia muito e crescia em todo o lado.

Quando tinha estado em Moçambique, cerca de ano e meio antes do Malawi, diziam-me para consumir também moringa e eu usava em pó todos os dias, para reforçar o sistema imunitário, e mantive este hábito no Malawi.

Além disso, dormir sempre com a rede mosquiteira, porque acordava sempre com o zum-zum dos mosquitos, e por mais animal-friendly que fosse, pensava sempre: são eles ou eu, e lá iniciava a chacina noturna.

Outro conselho que passei sempre a seguir foi o de ter as partes do corpo todas cobertas na rua à noite. Isto é, mesmo com muito calor, usar calças e camisas de manga comprida

frescas, túnicas, em vez de t-shirts, para os mosquitos não picarem. E foi assim que nunca tive malária, com os conhecimentos e saberes milenares de quem vive naquela região.

Claro que a medicina alopática ajudava muito quando as pessoas já estavam doentes, e vi casos em que era mesmo essencial, mas até lá, o caminho preventivo, com base na flora local, para mim foi suficiente.

Noflay ou o Bem-Estar e a Alegria

Aprendi sobre dar sempre o melhor aos outros. Na Europa, normalmente, quando damos algo, por exemplo, roupa que já não usamos, não costumamos dar a que gostamos mais; damos as que já não usamos.

No Malawi, queriam dar-me os seus pertences preferidos, ou quando me convidavam para ir almoçar às suas casas, queriam sempre oferecer-me o melhor, desde formigas voadoras fritas, ovos com feijão e folhas de abóbora salteadas, mesmo que no dia seguinte comessem só nsima com molho. Se há nome para isto, só pode ser Noflay.

Cinema móvel por zonas remotas

Algo que tinha planeado quando estava em Inglaterra era levar um projetor para passar filmes para as crianças pois achava que seria uma forma lúdica de entrarem num outro mundo, onde tudo é possível, e fazia-me lembrar da magia do Cinema Paradiso e de como o recurso ao cinema mudou a vida das pessoas daquela vila, no filme.

Assim, ao chegar ao Malawi, levava da Europa o projetor, mas as comunidades onde eu trabalhava não tinham qualquer tipo de eletricidade. Precisava de ajuda para comprar um painel solar que coletasse a energia do sol, uma bateria solar para armazenar a energia, um controlador de

carga solar para controlar o fluxo de energia e um inversor de energia para transformar corrente contínua (CC ou DC – direct current) para corrente alternada (AC). Tudo isto aprendi no Malawi, onde pude comprar estes apetrechos numa cidade maior, Mzuzu.

E foi assim que, de vez em quando, fazia sessões de cinema; não podia ser sempre, porque os materiais eram muito pesados. Vivia numa zona montanhosa, em que o acesso às comunidades tinha sido destruído pela época das chuvas fortes, e a bateria pesava mais de 30kg, juntamente com o projetor, computador e inversor de energia, ultrapassava os 40kg.

As crianças e os adultos nunca tinham visto um filme projetado em grande tela, normalmente no quadro da sala de aula, ou com um pano branco, e o filme que teve sempre mais sucesso foi o Rei Leão, que se passava em África e tinha algumas expressões em Swahili: Asante Sana, Hakuna Matata.

Hoje, à luz dos conceitos de Desenvolvimento Comunitário, acho que estas sessões não tiveram sustentabilidade a nível de recursos para continuarem depois, mas foi uma forma divertida de crianças e adultos estarem em comunidade. Foi um bom momento que passámos juntos, um programa diferente que acredito que também tenha estimulado a criatividade e a imaginação das crianças e adultos, mesmo que não se volte a repetir.

Talvez, tenha sido apenas dar de volta o tanto que as pessoas me davam. E talvez um momento bonito em comunidade não tenha só de refletir a sustentabilidade, mas possa ser apenas um momento bonito, de bem-estar, de que todos nos lembraremos um dia.

À luz do conceito de Noflay ou Bem-Estar, Sarr refere que precisamos de lugares para a vida individual e social, mas também de espaços que acolham e façam crescer o es-

pírito. Nas nossas cidades e nas nossas habitações, que tenham lugares para si, para a intimidade que nos permite sentir a vibração essencial do nosso estar no mundo. Esses espaços precisam de formas puras, ora geométricas e abstratas, ora complexas e emaranhadas para imaginar as linhas dos caminhos que os fazem crescer.

Preservação de alimentos e reforço do que é local e ancestral Chikondamoyo

Quando falei do Richard, o senhor que me vendia as árvores, falei na filha dele, a Ceci, que ficou minha amiga e ensinou-me o que era o Chikondamoyo (African bread).

Quando ia ao pequeno supermercado em Mzimba, o único pão que encontrava era à base de farinha de trigo, importada, pois o trigo não se consegue cultivar no Malawi. A tal visão economicista do Desenvolvimento: “one size fits all”. Pão que é pão é de trigo, então no Malawi também de ser, porque só assim é que é pão, não me fazia sentido.

Um dia, ao falar nisto com a Ceci, ela disse-me que também se fazia Chikondamoyo, mas que não se vendia, e que era feito à base de milho e soja, culturas que se produzem no Malawi, mas que não era nada de especial.

Sarr refere que o económico, o político e o cultural são os pilares do edifício social que devem ser renovados e reconstruídos. O psicológico é o quarto, mas não o menos importante.

Séculos de alienação e subjugação deixaram a sua marca na personalidade e na psique do indivíduo africano. Ele deve curar-se das feridas narcísicas e psicológicas que lhe foram infligidas e que hoje se expressam numa perda de auto-estima, um complexo de inferioridade internalizado para alguns e uma falta de confiança abismal para outros.

Na minha opinião, e pela descrição da minha amiga Ceci, o Chikondamoyo era sim especial, mais barato, muito mais rico em termos nutritivos pois também tinha proteína por ter soja (que ajudava a combater a malnutrição), e incentivava a economia local.

Lá combinámos um dia para cozinhar juntas. Eu levava a soja e ela providenciava o milho. Fomos ao moinho mais próximo para moer os grãos de milho e de soja, e ao voltarmos para casa peneirámos esta mistura de farinhas, adicionámos açúcar e uma pitada de sal. Um bocadinho de bicarbonato de sódio, não muito, para não ficar amargo. Adicionámos 2 ovos e um pouco de óleo. Pussemos a cozer por 15 minutos. E plim! O Chikondamoyo está feito.

Entre o pão e o bolo, porque é mesmo pouco doce, o Chikondamoyo é muito mais sustentável e local, e para mim foi bom poder resgatar estes saberes tradicionais e este tempo das mulheres amigas ou familiares quando cozinham juntas.

Compota de abóbora/tomate/manga

Ao viver em zonas rurais, aprende-se sobre a sazonalidade dos alimentos, dos vegetais, das frutas. Por vezes havia muitas mangas, tomate ou goiaba durante um período de tempo e depois desaparecia completamente, pois já não era a sua época.

Como costumam dizer: Harvesting season is often short and sweet.

Assim, e vendo muitas vezes frutas a estragarem-se, perguntei se podíamos tentar umas técnicas de preservação. A preservação significa modificar o produto para que as suas propriedades se alterem e possam ser mantidas por mais tempo.

Existem várias técnicas, como a fermentação, desidratação, a salga, fazer pickles ou compotas. Optei por esta última.

Os únicos ingredientes que precisava de adicionar seriam o açúcar mascavado (como se vende no Malawi, muito menos processado do que na Europa), e o sumo de dois limões. A substância secreta que faz a compota possível é a pectina, que é libertada assim que a fruta começa a ser cozinhada. Com a quantidade de açúcar adicionada, muito poucas bactérias conseguem sobreviver nesse ambiente – desde que não seja adicionada água.

Comecei a fazer isto nas escolas e levava sempre pão para comermos juntos a seguir.

Escorriam-me lágrimas pela cara pelo fumo ao cozinhar sobre os troncos, mas não queria dar parte fraca e continuava, porque pensava que eles tinham de cozinhar assim todos os dias. No final compensava, por ver as crianças felizes. É algo bastante comum em qualquer parte do mundo, independentemente da cultura em que se viva, normalmente as crianças gostam de doces.

Monsanto, uma última vez. E raparigas

Depois de todo o processo nas comunidades, com as hortas biológicas, um dia cheguei ao Teacher Training College, e vejo que dentro de dias ia haver um evento da Monsanto com a DAPP, pois a Monsanto ia patrocinar os estudos para professoras primárias de cerca de 20 raparigas. Elas tinham sido escolhidas por virem de situações de pobreza severa, ou outras – já tinham começado os estudos no TTC, mas as famílias já não tinham possibilidade de continuar a pagar.

Soube também que a DAPP Malawi ia ter uma parceria com a Monsanto nos seus Farmers Clubs, um projeto conhecido e que chega a vários agricultores.

Era irónico a Monsanto pagar os estudos de mulheres, uma vez que, como refere Vandana Shiva, as mulheres são as especialistas em biodiversidade do mundo. Enquanto as mulheres administram e produzem a diversidade, o paradigma dominante da agricultura promove a monocultura sob o pressuposto de que as monoculturas produzem mais.

A resposta a isto está num seminário de educação inclusiva da Save the Children, a que assisti na escola de Chasato, e em que foram convocados todos os onze diretores das escolas primárias de Chasato e um professor cego. O público-alvo eram crianças sinalizadas como estando em pobreza severa (ultra-poor), crianças com deficiência, e raparigas.

Eu era a única mulher presente, e comecei a ouvir murmúrios: “it’s gender”. Um professor levantou a questão em voz alta: – Why girls again?

O representante da Save the Children respondeu: – Quantas mulheres é que estão aqui nesta reunião?

Seguiu-se o silêncio.

Voltando à Monsanto e à DAPP, no dia do evento, fiz questão de estar presente, e o representante da Monsanto falou no “desenvolvimento social e económico” do Malawi, e a dado ponto começou a atirar notas de Malawian Kwachas para as pessoas do público. Comecei a ver os estudantes do TTC a correr para as apanharem, e só me ocorriam literalmente as palavras “comprar a audiência”. Fiquei indignada com os meus 26 anos da altura, a pensar que o mundo estava ao contrário e decidi escrever um email para a diretora da DAPP Malawi, que estava nos NHQ (national headquarters) em Chilangoma, perto de Blantyre, a segunda maior cidade do Malawi e capital comercial, a dizer:

Good afternoon, Here’s Margarida from TTC Mzimba, Malawi.

It is the responsibility of every human being to participate in the creation of a better world. And the more you know about things, the better you are able to support or to suppress them.

Monsanto has control over as much as 90 percent of seed genetics. It is already the world leader in biotechnology. It would sound nice if the aims that they claim, “helping farmers to produce healthier food, and reducing agriculture impacts on environment”, were in fact true. However what can we expect from a company that does everything to seek their own profit?

They were the ones that created Agent Orange and its sub product dioxin, substances that contaminated 3 million people. We are speaking about millions, where children were affect even 40 years after the end of the war in Vietnam.

They were the ones that created such toxic chemical like PBCs which were later banned worldwide in 1980s.

They were the ones that created aspartame that is being used instead of sugar as a sweetener. That is nowadays raising a lot of concerns related to brain cancer.

And now this multinational corporation is making huge efforts to place their GMO seeds in every directions, with full support of retailers, communication firms, regulators and even governments.

They are taking control over the seeds through patents, prohibiting seed saving and suing farmers trapping them in debt.

Remember, seed is the first link in the food chain which means the one that control seed also control life. Like Vandana Shiva, Indian environmental activist that won the alternative Nobel Prize, said about Monsanto:

“Once they have established the norm that seed can be owned as their property, royalties can be collected... we will depend on them, for every seed we grow, every crop we grow...”

Nowadays, in India, Monsanto control over cotton seed supply – 95 percent, forcing the locals to buy the seeds at prices 4 times higher than conventional varieties. Small farmers must turn to money lenders that charge high interests. If the harvest is poor, it means bankruptcy. A vicious cycle that is decimating India villages.

All this technology is making the farmers’ lives completely dependent on the market because not only you have to pay more for the seeds but you also have to buy fertilizers.

Some of the Malawian people are aware of it, because it is happening already with hybrid maize among other crops. It is not by mistake that Monsanto wants to control all maize seeds here, Malawians eat more maize per capita than any other country on Earth. I did study about Monsanto and their sinister ambitions.

I would like to hear from you the reasons for these kinds of agreements.

I believe that we need to create awareness and conscience among the students, core group teachers and lecturers about the environmental and health impacts as well as the freedom of choice that Monsanto takes away.

Best Regards,
Margarida Estrela

Nunca obtive resposta.

Mwayi Orphan Care

A cerca de dois meses do meu regresso a Inglaterra, e embora quisesse continuar no norte do Malawi, havia uma situação que não conseguia tirar da cabeça – tinha passado o Natal com colegas nos headquarters, e tínhamos estado num Orfanato em muito más condições.

Estes colegas diziam agora para me juntar nos meus últimos tempos no Malawi e fazermos algo por esse Orfanato.

Depois de muito refletir e falar com o TTC e todas as comunidades, avancei para Ndirande, nos subúrbios de Blantyre, para o Mwayi Orphan Care, para o meu último mês e meio, dos sete de Malawi.

Caminhar por uma cidade africana (...) é uma experiência sensível e cognitiva de primeira. A pessoa é imediatamente apanhada pelo seu ritmo. (...) Quando cai a noite numa cidade africana, quando sofremos um corte de energia no caminho para casa, quando zigzagueamos por uma estrada destruída, experimentamos o que falta ou está inacabado na organização social. Aspiramos legitimamente a uma forma mais otimizada, em que a provisão de bens e serviços públicos seja adequada. No entanto, a experiência dessas carências é integrada e encontra o seu lugar na soma das coisas vividas (Sarr, 2018).

Assim era a minha experiência em Ndirande, considerada uma zona de guetos (slum) nos arredores de Blantyre. Já não estava nas zonas rurais do norte do Malawi, mas sim num ritmo de cidade, não tinha bicicleta, e precisava de três chapas diferentes para chegar ao Orfanato. Foi um começar do zero pois na zona de Blantyre e Ndirande a lín-

gua falada é o Chichewa e eu só sabia mesmo o básico, ali não era Chitumbuka.

Em todo o projeto do Mwayi Oprhan Care, além de bottom-up, reconheço as características do Desenvolvimento Comunitário: foi um pedido para um processo de mudança, centrado numa comunidade territorial, de pequena dimensão, que procurava responder a necessidades essenciais não satisfeitas: as crianças órfãs dormiam ao relento ou no chão nas casas de quem olhava por elas, mas não era suficiente, precisavam de um espaço em condições.

Algumas das crianças tinham HIV/SIDA e o encarregado do Orfanato, o Farao, tinha de ter sempre a certeza de que havia antirretrovirais (ARVs) que elas tomavam normalmente com papas da Mary's Meals, que segundo ele, eram enriquecidas com vitaminas e minerais, para aumentar a resposta imunitária. O problema em Ndirande era não haver áreas para cultivo, como no norte do Malawi, em que todas as pessoas produziam o seu alimento. Nas cidades as pessoas estavam dependentes da compra em supermercados, e por isso a desigualdade não tinha comparação com as zonas rurais, era tudo muito mais extremo e o "salve-se quem puder". No mercado de Ndirande lembro-me de ver uma senhora a ter um ataque epiléptico e toda a gente passar sem parar. Eu estava com o Farao, o encarregado do Orfanato, que me disse: – Let's go. Eu recusei-me e fiquei ao lado dela até que ela acordasse, para lhe dar água e ir a pé com ela até casa. O Farao disse-me que ali cada um tinha de olhar pela sua família, e já era bastante. No caso dele olhava também pelos órfãos, pois tinha sido um projeto que o seu pai tinha começado. Esta forma tão individualista de estar na cidade, para mim contrastava muito com a realidade das zonas rurais.

Iniciámos então um processo, a partir da mobilização das capacidades e recursos locais, com um carpinteiro, o George, que costumava orientar todos os projetos de construção da DAPP (trabalho em parceria), e com ele tirámos todas as medidas e fizemos o plano em conjunto com as pessoas encarregues do Orfanato, e as pessoas que viviam em volta. Cada um ajudou no processo desta obra com o que podia.

De um sítio para outro, cruzámos Blantyre, Chirimba, Chemuza, Ndirande, para termos orçamentos de madeiras, produtos anti-térmitas, areia, tijolos, chapas de ferro, transporte para estes materiais, pregos, ferramentas.

Nesta altura, as emoções começavam a chegar, e a frustração e a tristeza a tomar conta sempre que o Farao dizia que nos estavam a pedir um valor 15 vezes mais alto. Eu pensava: – Mas isto não é para nós, é para crianças que não têm ninguém no mundo para protegê-las.

Por vezes passou a ir o Farao sozinho comprar os materiais.

A obra já estava em curso há umas semanas e em conjunto todos achámos que se devia pagar 20% do que estava no contrato, para motivar os construtores.

No dia seguinte, um deles não apareceu, e esteve desaparecido por quatro dias.

Disseram que tinha gasto tudo em álcool e que o tinham visto caído numa rua. Tinha receio que fosse "má-língua" dos outros construtores, mas fiquei muito preocupada, e questionei-me se não era eu que estava a impor um ritmo alucinante por me ir embora dentro de pouco tempo.

Se as coisas não ficassem terminadas, eu deixaria o resto do dinheiro do fundraising com o Farao para ele terminar as obras com o resto da comunidade. Não tinha de ser eu nem ninguém dos que estavam comigo a coordenar o processo.

Vimos a conhecer outro carpinteiro, o Godfrey, que vivia perto do Mwayi Orphan Care e que, contagiado pelo espírito de conseguirmos terminar tudo a tempo, quis participar e encarregou-se de fazer as portas e as janelas e, se o dinheiro chegasse, sofás e estantes feitas com paletes. Chegou.

Quando toda a estrutura estava cimentada, começou o chão, preenchido com tijolos e por cima cimento misturado com óxido vermelho, para o chão ficar brilhante. Era necessário fazer degraus para as portas de entrada.

Faltavam pintar as paredes externas e internas, e eu fiquei encarregue de ir comprar as tintas. Numa lógica de participação e empowerment, todos ao pé do Orfanato desataram a pintar paredes para ir revezando os outros. Com o apoio de recursos exógenos, conseguimos obter financiamento extra através de fundraising pela internet.

No mercado de Ndirande, reparei num jovem que fazia desenhos para venda.

Perguntei-lhe se conseguia fazer um desenho de uma menina numa parede grande, e fui-lhe mostrar a obra do Orfanato. Ele disse que não sabia se conseguia, e que nos dias seguintes me dava uma resposta.

A resposta chegou, e foi um Sim.

A construção deste espaço teve impacto em toda a comunidade, que ficou com um sítio bonito e com condições para as crianças, também com camas de rede para descansarem, e instalámos o painel solar que tinha trazido de Mzimba.

Todos conseguimos, com uma grande diversidade de soluções, protagonistas, processos e ritmos.

A três dias do meu regresso a Inglaterra, a obra ficou concluída e a cargo do Farao e da sua mulher Dorothy, que estão ainda hoje à frente do Mwayi Orphan Care.

A menina e a mulher

Por eu ser mulher, estava provavelmente ainda mais atenta à forma como as mulheres, as raparigas e as meninas pequenas tinham o seu lugar no Malawi, nas aldeias, na cidade, na comunidade.

Nas zonas rurais, tocava-me profundamente ver as crianças, usualmente as meninas, levar baldes de água muito pesados à cabeça, para ajudar as mães em casa. Via o seu esforço e sempre que podia tentava ajudar, embora elas quase nunca quisessem, pois era a sua tarefa e estavam a cumpri-la.

Via as mulheres a trabalhar na terra, com os seus bebés nos panos, ou a vender nos mercados o resto das suas colheitas, tomate, cebolas, embora o seu trabalho na terra fosse mais ao nível do seu próprio quintal (yard) e não em grandes campos ou parcelas de terra.

Para além de ver as mulheres naturalmente junto dos poços, existiam todas as mulheres com tarefas que eu não via, e que estavam dentro de casa a cuidar dos seus filhos e dos filhos dos outros, da alimentação, dos doentes, a lavar a roupa, a varrer.

A economia tornou invisível o trabalho das mulheres como fornecedoras (providers) de alimento. Porque as mulheres providenciam para a casa, não para o mercado, elas permanecem invisíveis como agricultoras, apesar da sua contribuição para a agricultura. As pessoas não conseguem ver o trabalho que fazem na agricultura; e a sua produção tende a não ser registada como “trabalho” ou é vista como estando fora da “fronteira de produção” pelos economistas (Shiva, 1999).

Ao mesmo tempo, e embora tenha falado nesta invisibilidade, há uma força nas mulheres africanas, no canto, e nes-

ta “interioridade” que nos põe em contacto com o arquétipo da Mulher Selvagem.

Clarissa Pinkola Estés descreve este arquétipo, que habita todas nós, e que podemos evocar quando nos dedicamos à tarefa da regeneração da alma:

«Ela foi perdida e meio esquecida durante um longo período de tempo. (...) Ela é a voz que nos diz: “Por aqui, por aqui.” É ela quem vocifera contra as injustiças. Quem gira como uma enorme roda. Quem cria os ciclos. Saímos de casa para procurá-la. Voltamos a casa para encontrá-la. (...) Onde está presente? Onde se pode senti-la? Onde se pode encontrá-la? Ela caminha por desertos, florestas, oceanos, cidades, bairros, castelos. Vive entre rainhas e campesinas, em salas de reuniões, fábricas, prisões, nas montanhas da solidão. Vive nos guetos, nas universidades, nas ruas. Deixa as suas pegadas para que as sigamos. (...) Onde vive? No fundo do poço, nas fontes, no éter antes de todos os tempos. Vive na lágrima e nos oceanos, na permuta das árvores que sibila no seu crescimento. É do futuro e do princípio dos tempos. Vive no passado e é interpelada por nós. Vive no presente e tem lugar à nossa mesa.

Está atrás de nós quando estamos numa fila e conduz à nossa frente, estrada fora. Vive no futuro e retrocede no tempo para vir ao nosso encontro.»

Para além das mulheres, as crianças são os seres que mais admiro no mundo: admiro-lhes a coragem, o sentido apurado, o espírito divertido e a elevada capacidade de afeição.



“A Economia Solidária” da obra “A Economia Social e Solidária – Práticas, Teorias e Debates” (Capítulo 9) , de Jean-Louis Laville

Carla Quintas

Carla Quintas - carla_liliana_quintas@iscte-iul.pt

Licenciada em “Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho”, pelo ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração do Porto, no ano 2000. Em 2016, concluiu, na FPCEUP - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, o mestrado em Ciências da Educação. Foi aluna da última edição (2022-2023) da pós-graduação em “Economia Social e Solidária” do ISCET - Instituto Universitário de Lisboa. Trabalha, desde 2001, na área da educação e formação profissional de adultos, onde tem desenvolvido projetos vários ao abrigo de programas nacionais e comunitários. Desde 2009, é ativista política.

Nota introdutória

Antes de nos lançarmos na exploração e análise do texto objeto desta ficha de leitura, parece-nos pertinente dedicar algumas palavras às razões que motivaram a escolha desse texto, sem com isto tencionarmos fazer um introito da temática nele tratada.

Em primeiro lugar, há a dizer que, no âmbito da aprendizagem da economia social e solidária, o estudo de obras de Jean-Louis Laville surge como um contributo essencial, dado que o autor, a par de outros, formulou uma das três principais versões da economia solidária, a francófona, que figura ao lado da versão da macaronésia e da versão ibero-americana.

A eleição do objeto do presente trabalho deve-se, justamente, a leituras flutuantes que, numa fase inicial do nosso processo de aprendizagem sobre economia social e solidária, realizámos com o objetivo de genericamente nos apropriarmos do conceito de “economia solidária”, das suas diferentes formulações e dos respetivos contextos de emergência.

A partir dessas primeiras leituras, concluímos rapidamente que a economia solidária enquanto fenómeno social espelha diversas experiências económicas e não só (com origens em distintas problemáticas e realidades sociais, culturais, geográficas, políticas, económicas...), o que justifica a existência das diferentes versões e tendências, mas, por outro lado, concluímos existir, ao mesmo tempo, uma

universalidade no fenómeno, já que as diferentes experiências se constituem como respostas de iniciativa cidadã à inadequação e crise dos mecanismos de regulação social e política estabelecidos, visando-se com elas, através da cooperação solidária, alcançar o bem comum.

Assim, no nosso estudo, cedo percebemos que o universo da economia solidária é vasto, diversificado e imensamente rico, para além de encerrar em si uma miríade de potencialidades. Ante esta visão e atendendo à extensão expetável para um trabalho da natureza do presente, tornou-se para nós evidente a necessidade de delimitarmos bem o seu objeto.

Optámos, então, por nos debruçarmos sobre a versão francófona da economia solidária, não porque que as outras versões não tivessem despertado em nós interesse, mas pela vontade de melhor compreender a equivalência (que começou por nos surpreender e intrigar) que os autores francófonos estabelecem entre economia solidária e projeto político, tomado numa aceção que vai além da da ação no espaço público (comum às diferentes versões), já que inclui o pressuposto do reconhecimento institucional da economia solidária, o que constitui um grande desafio, como veremos.

Entre a literatura disponível sobre a versão francófona da economia solidária, as obras de Laville são centrais e, portanto, incontornáveis para quem se propõe aprofundar a temática.

Antes de decidirmos eleger um texto do autor para o nosso trabalho, "deambulámos" por alguns dos seus escritos, sendo que nos pareceu que o capítulo 9 "A Economia Solidária" do livro "A Economia Social e Solidária – Práticas, Teorias e Debates" concentra todas as ideias-chave e reflexões, bem como a visão de projeto que Laville tem sobre a economia solidária.

Eleito o objeto do nosso trabalho, passámos a explorá-lo com mais detalhe e preocupações técnicas, através da elaboração de uma ficha de leitura.

Esta encontra-se estruturada em três partes:

- A primeira parte, muito breve, destina-se ao fornecimento de informações sintéticas sobre: 1) a autoria da ficha, 2) a referência da obra, 3) o autor da obra, 4) a estrutura do texto;
- A segunda parte, que designamos por "síntese", corresponde ao corpo do trabalho, em que, sem nos desviarmos muito da estrutura do texto em apreço, o percorremos de forma mais descritiva do que crítica, de modo a traduzir, tanto quanto possível, a perspetiva do autor, ainda que, obviamente, usando palavras nossas;
- A terceira e última parte é dedicada a "considerações finais", onde destacamos e sistematizamos determinadas questões da teorização de Laville da problemática da economia solidária que nos parecem as mais distintivas e críticas (questões relativas à "criação institucional solidária") e sobre as quais, num tom mais pessoal, tecemos breves comentários reflexivos.

FICHA DE LEITURA

PARTE I

Autoria da ficha de leitura

Carla Liliana Pais Pires Quintas

Seminário I: Economia Social e Solidária e Debates Conceituais

Seminário II: Economia Social e Solidária e as Economias Alternativas

1º Semestre

Curso de pós-graduação em Economia Social e Solidária

Referência da obra

Capítulo 9 “A Economia Solidária”

241-268

A Economia Social e Solidária – Práticas, Teorias e Debates

Jean-Louis Laville

Edições Almedina, S.A.

Abril 2018

Informações sobre o autor da obra

Jean-Louis Laville:

Sociólogo e economista de formação; é professor no CNAM - *Conservatoire National des Arts et Métiers* de Paris, onde é titular da cadeira “Economia Solidária”; é investigador do LISE - Laboratório Interdisciplinar de Sociologia Económica CNRS-CNAM e do IFRIS - *Institut Francilien Research Innovation Society*; colabora em diferentes redes internacionais de investigação, sendo coordenador europeu do Instituto Karl Polanyi de Economia Política, membro fundador e dirigente da Rede Internacional de Investigação EMES e membro fundador da RILESS - Rede Latino-Americana de Investigadores em Economia Social e Solidária; é autor de uma vasta obra sobre Economia Social e Economia Solidária, dirigindo e produzindo publicações editoriais sobre o tema em França, Itália e Brasil; é conferencista habitual em várias universidades europeias e sul-americanas.

Estrutura do texto

A ECONOMIA SOLIDÁRIA

1- Realidades empíricas e propostas teóricas

- Práticas em vias de reconhecimento
- Uma nova problemática
- Uma dupla dimensão

2- Questionar a economia

- As duas definições
- O duplo movimento de instituição da economia
- Da constatação ao projeto, uma economia plural

3- Reafirmar o político

- O funcionamento interno
- A relação com a institucionalização
- Para lá do economicismo, uma democracia plural.

PARTE II

Síntese

A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Laville inicia o capítulo 9 do seu livro "A Economia Social e Solidária - Práticas, Teorias e Debates" com uma breve reflexão sobre a "economia solidária" em referência à "economia social", à qual dedica o capítulo anterior.

Ao longo de todo o texto, aliás, a apresentação e explicação da primeira faz-se amiudadamente em contraponto com o quadro conceitual e empírico da segunda, ficando evidente que a economia solidária: por um lado, vem no lastro da economia social, da qual herda muitos elementos que renova e revitaliza; e, por outro lado, avança soluções alternativas às desta. Através desta abordagem da economia solidária (uma abordagem muito em referência à economia social), Laville legitima a sua pertinência face às ilações que podem ser retiradas da história da economia social e aos desafios do atual contexto, bem como afirma o valor da sua originalidade, como veremos.

Voltando à reflexão inicial do autor, nela, a linha evolutiva que vai da economia social para a economia solidária é, desde logo, patenteada, ao destacar-se que a primeira complementa a dimensão económica da segunda e recupera a dimensão política (*a qual está apagada na economia social, por esta ter cedido a uma certa tendência tutelar ao invés de emancipatória e democratizadora*). Lê-se ainda que, pela integração das duas dimensões e pelo equilíbrio entre elas estabelecido, a economia solidária pode realizar a reaproximação ao associativismo (*na sua aceção pioneira, que foi sufocada pela institucionalização operada pela economia*

social), tirando da sombra uma multiplicidade de iniciativas (*não enquadráveis nas componentes rígidas da economia social, nem no seu sistema de regras*) e devolvendo-as às instituições, mas afirmando-as, ao mesmo tempo, como "ações coletivas simultaneamente socioeconómicas e sociopolíticas.". (pág. 241).

Feita esta introdução, Laville passa a abordar as condições do surgimento da economia solidária.

1. Realidades empíricas e propostas teóricas

Desde logo, pelo título da primeira secção do texto dedicado a esta questão, "Realidades empíricas e propostas teóricas", se percebe que a economia solidária é construída indutivamente, isto é, parte de realidades práticas, emerge do terreno, e só depois é formulada em termos teóricos. A partir do anúncio deste processo de construção deduz-se o que mais à frente no texto se explicitará, que os autores primeiros da economia solidária são indivíduos comuns, a viver papéis da vida quotidiana (papéis de cidadãos, consumidores, produtores, trabalhadores...), imbuídos de vontade de agir sobre problemas com que se deparam no dia-a-dia, sendo depois secundados por pensadores e intelectuais que se interessam pelo seu agir.

Adentrado no texto, começa por se dizer, de forma sintética e a título introdutório, que as experiências que surgiram no último quartel do séc. XX e deram origem à economia solidária consistem em iniciativas inovadoras, as quais:

- i) partem da reação (*não da adaptação, sublinhe-se*) a duas realidades entre si interligadas: as desigualdades sociais (*que a economia de mercado não só não re-*

- solveu, ao contrário das suas promessas, como aprofundou e a economia social não teve capacidade de travar, sobretudo pelos isomorfismos a que cedeu); os danos ecológicos (em resultado de uma lógica de produção predatória dos recursos naturais);*
- ii) *se demarcam das soluções convencionais (meramente atenuantes dos problemas e que os reduzem e simplificam pela negativa), ao levantar questionamentos complexos e reflexivos sobre a natureza do laço social e as finalidades da troca económica;*
 - iii) *evocam, de certa forma, o ideário original do associativismo (desencadeado pela industrialização do séc. XIX), fazendo ressurgir algumas práticas típicas deste (muito vinculadas à solidariedade para com os mais desfavorecidos) e, ao mesmo tempo, criam outras práticas (alternativas e inovadoras, que apontam para diferentes formas de vida, embora também assentes no coletivismo e forjadas em referência à igualdade);*
 - iv) *assumem diferentes expressões na economia, como sistemas de comércio justo e de finanças solidárias, serviços de proximidade e produção sustentável, entre outras;*
 - v) *no fundo, traduzem a vontade de "reinscrever a solidariedade democrática no coração da economia."* (pág. 241).

Práticas em vias de reconhecimento

O campo das experiências da economia solidária vem romper com as lógicas rígidas do terceiro sector e da economia social, relativizando os limites das suas categorias organizacionais e alargando as suas finalidades.

Com a economia solidária é evidenciada a artificialidade da fronteira entre associações e cooperativas, ficando claro que umas e outras não se desenvolvem sem influência mútua e que a categorização das organizações é, na realidade, mais ditada pelas legislações nacionais do que pelas suas atividades e finalidades de facto. Nesta conformidade, estabeleceram-se novas formas jurídicas, híbridas, das quais as cooperativas sociais ou de interesse coletivo e as empresas sociais são exemplo.

Nas cooperativas sociais, a novidade consiste na integração e associação, ao mesmo tempo e em condições de igualdade jurídica, de utentes, voluntários e trabalhadores, constituindo cada um deles uma parte não só interessada, mas decisora, o que não é enquadrável nos estatutos do terceiro sector, cioso das fronteiras entre associações e cooperativas.

Por seu turno, as empresas sociais - empresas iniciadas e geridas por cidadãos (e não por investidores e especialistas), onde o poder não está associado à detenção de capital, a repartição de lucro é limitada e o benefício recai sobre a comunidade - ao não limitarem a solidariedade às partes interessadas, estendendo-a à comunidade envolvente, não se encaixam totalmente no quadro da economia social, a qual prevê apenas a solidariedade interna.

Refere Laville que o poder repartido de forma igualitária entre as partes, marca das cooperativas sociais, e a orientação do benefício para o coletivo, como sucede nas empresas sociais, "são as duas características mais específicas das realidades emergentes (...) o que suscita a necessidade de analisar a relação entre ambas.", dando o mote para o tópico que se segue.

Uma nova problemática

Na economia solidária, as atividades económicas não servem o fim dos ganhos materiais para satisfazer interesses individuais, mas são, antes, expressamente desenvolvidas como forma de alcançar um bem comum, sendo este o seu objetivo último e não um efeito indireto ou colateral, que tanto pode acontecer como não.

A economia solidária ao eleger esta finalidade para as atividades económicas e a forma como se propõe alcançá-la (assente na democracia participativa, como se verá), pressupõe e determina uma série de características próprias que a demarca vincadamente da economia de mercado, mas também a afasta da economia social.

Desde logo, no que toca aos intervenientes, ficam relegados da esfera da economia solidária os investidores privados, os quais, movidos pelo individualismo utilitarista, não têm interesse em tomar parte em atividades pouco rentáveis. Em compensação, assumem protagonismo os promotores das atividades (que reivindicam o bem comum) e se constituem também como atores. Estes podem ser utentes e profissionais das atividades em questão, a quem se juntam outros membros, como voluntários e parceiros que reconhecem também o valor da finalidade e gozam de igualdade formal em relação aos primeiros. Os diferentes membros tomam parte no processo decisório e de gestão, de acordo com os princípios da igualdade e da democracia participativa (de expressão direta e não por representação). Assim, "a atividade não é concebida a partir de uma identidade comum pré-existente, mas através de uma reflexão coletiva que participa na sua definição." (pág. 243). Entre os diferentes membros é estabelecido um vínculo social de reciprocidade igualitária, que se traduz em solidariedade

interna, uma das principais marcas da economia solidária, sendo outra a extensão da solidariedade ao exterior, a outros setores e à sociedade em geral, o que a distingue de outros modelos pró-social.

Posto isto, pode dizer-se que o processo de criação, organização e controlo das iniciativas da economia solidária fica a dever-se a um engajamento cidadão e à mobilização de capital social (aqui conotado com confiança), estando-lhes subjacente uma orientação cívica.

O facto de a lógica da economia solidária não ser a dos ganhos materiais, para além de afastar os investidores privados, como acima referido, tem duas outras implicações que importa destacar, uma prende-se com o tipo de produtos e serviços produzidos e a outra com o próprio modelo de produção. Produtos e serviços que não interessam ao capital, por serem pouco rentáveis, são, por regra, objeto das atividades económicas promovidas pela economia solidária. E os impactos ambientais e sociais da produção (externalizados, normalmente, pelas empresas privadas/capitalistas) são integrados nas atividades da economia solidária. Tal confere a estas atividades um sentido mais amplo, integrador e sistémico, que não as separa, pelo contrário, coloca em interação com as questões sociais e ambientais. Dito de outra forma, não importa apenas o que se faz, mas também como se faz e com que impactos. Este é um dos aspetos que distingue a economia solidária da social. Enquanto que a última está demasiado focada na vida interna das organizações, "nas regras e nas relações entre atividades e atores" (pág. 244), a segunda abre-se ao exterior e dá uma nova amplitude à solidariedade, expandindo-a para além da esfera organizacional.

Uma dupla dimensão

Segundo Laville, a economia social foi-se progressivamente afastando do seu ideário e projeto original, cedendo ao isomorfismo institucional, isto é, à tendência em moldar as suas organizações à semelhança das do setor público e das do setor privado com as quais partilha o mesmo ambiente e tem de se relacionar (e até mesmo concorrer).

Neste processo de transformação da economia social (algo degenerativo e banalizador), em que esta passa a adaptar-se à lógica funcional do capitalismo, a adotar como indicador de sucesso para as suas organizações os resultados económicos e a não questionar os poderes instituídos, a dimensão social é esmorecida e a dimensão política colocada de lado.

Ora, é justamente em reação a este esmorecimento do social e ausência do político na vida económica que, no último quartel do século XX, surgem iniciativas cidadãs interpeladoras do quadro teórico-prático dominante nas atividades económicas - um quadro enraizado na ciência económica que faz equivaler atividades económicas a atividades mercantis.

A economia solidária não dissocia as questões económicas das sociais e das políticas, bem pelo contrário, interconecta-as e afirma que daí advém a necessidade de as experiências da economia social (experiências associativas, cooperativas e mutualistas) fazerem pressão sobre os compromissos institucionais (pág. 245), mudando-os.

A proposta, no que toca à dimensão (sócio)política, passa pela criação de um modelo democrático dialógico entre os mecanismos de participação direta (típicos das experiências sociais de base cidadã) e o sistema representativo (próprio do poder político formal estabelecido), cabendo

aos primeiros pressionar o segundo, interrogando-o e, desta forma, estimulando-o e vivificando-o.

Quanto à dimensão (sócio)económica, a proposta da economia solidária, pressupõe: i) a assunção da pluralidade da economia, desdobrando-a em economia não monetária, economia não mercantil e economia mercantil, obedecendo cada uma delas a lógicas distintas, de reciprocidade, de redistribuição e de mercado, respetivamente; ii) a coexistência e combinação das três economias; iii) a sua complementaridade, por via da abertura de umas às outras e da articulação entre si.

Para concluir este subtópico, pode dizer-se que, pelo exposto, há expressamente três dimensões na economia solidária (social, económica e política), que exibem marcas de pluralidade, dinamismo e hibridação.

2. Questionar a economia

Esta amplificação e diversificação da economia, que questiona a teoria económica convencional, entronca na tese de Karl Polanyi, em quem Laville se apoia.

Polanyi, analisando a termo “económico”, diz que este oscila entre dois polos de significados:

- “Significado formal” que parte do problema da escassez e se centra na relação entre meios e fins, a qual pressupõe escolhas racionais que vão no sentido usar o melhor possível os meios disponíveis para atingir os fins e maximizar os ganhos;
- “Significado substantivo” que assenta no pressuposto de que a subsistência dos indivíduos depende da sua relação com os meios naturais (fonte de recursos), dando lugar a estes na economia.

Esta distinção essencial de significados, que imprime dois sentidos distintos à economia, foi recuperada por Carl Menger, segundo o qual há duas vertentes elementares da economia:

- A que decorre da insuficiência de meios e, em consonância, assinala a necessidade de economizar;
- A "tecnico-económica" que independe da (in)suficiência dos meios e se centra nas exigências físicas da produção.

Pese embora a fundamentabilidade desta dualidade e contraposição de significados e sentidos, ela foi descurada, tendo, por influência da teoria neoclássica, prevalecido uma das perspetivas, a formalista e tecnico-económica.

Este recorte do campo analítico da economia (que a reduz a um fenómeno material, desligando artificialmente o homem dos ecossistemas sociais e naturais) não se fez à margem da epistemologia do conhecimento científico, como se verá.

As duas definições

A visão formalista vem conferir atributos de ciência à economia. Esta afirma-se enquanto ciência, pela adoção dos princípios científicos da modernidade, ancorados na física e na matemática dedutivistas, o que pressupõe o atomismo do seu objeto (comportamentos económicos), mas também de si mesma enquanto área de conhecimento.

A supremacia desta aceção de economia teve o seu declínio quando o crescimento deixou de ter como consequência, ao contrário do profetizado pela Ciência Económica, a melhoria do bem-estar.

Mas, paradoxalmente, o abalo da sua estrutura fez com que ela saísse ainda mais reforçada. Como se referiu, a economia encontrava-se atomizada, fechada em si mesma, o que presumia a existência de outras esferas da vida regidas por lógicas distintas da sua. A reviravolta que a ciência económica operou consistiu em voltar-se para estas outras esferas e, convocando o seu rigor formal, aplicar-lhes a sua própria lógica, a lógica do comportamento maximizador. A escolha racional passa, assim, a generalizar-se a qualquer comportamento humano (individual ou coletivo) em qualquer área, explicando-o e prevendo-o.

O impacto particular desta generalização na atividade política fez com que esta perdesse sentido: "... a ação pública, na sua qualidade de intersubjetividade no espaço público, deixa de fazer sentido quando o modelo de análise económica se aplica tanto a opções individuais, quanto à ação coletiva. Assim, a escola da escolha pública reduz qualquer decisão dos cidadãos à escolha de um eleitor equiparado a um consumidor, e a teoria da mobilização dos recursos interpreta a opção pelo empenhamento em ação coletiva mediante um exame comparativo das energias e recursos investidos." (pág. 248).

Em face desta realidade, Laville considera importante recuperar o significado substantivo do termo económico proposto por Polanyi e atualizar alguns dos seus aspetos à luz da contemporaneidade. Para tanto, Laville, no texto em apreço, começa por lembrar o "significado substantivo", dizendo que este "remete para o intercâmbio entre o homem e o seu ambiente natural e social" (pág. 248), do qual depende para sobreviver, para depois destacar dele três pontos sobre os quais faz propostas de ajustamento:

Ponto 1 - “a referência à materialidade”

O significado substantivo para manter atualidade deve libertar-se da sua excessiva referência à materialidade, já que as necessidades e as produções imateriais são cada vez mais uma realidade e, em consonância, a subsistência não mais deve ser restrita à questão da sobrevivência, mas perspetivar também a qualidade de vida.

Ponto 2 - “a interação entre os homens e entre estes e a natureza”

Esta interação identificada por Polanyi significa que a economia não é uma área isolada e fechada da vida. O sentido das atividades económicas está, não tanto na mera satisfação de necessidades materiais, mas no sistema de interdependências sociais em que se inscrevem. Por seu turno, hoje, a questão do intercâmbio entre os homens e a natureza deve incluir preocupações ambientais e energéticas.

Ponto 3 - “o processo institucionalizado através do qual a economia real toma forma”

Para fazer face ao espetro do mercado autorregulado a economia tem de passar por um processo de construção institucional, em que as suas diferentes componentes ganham forma e consistência no todo.

O reconhecimento dos ecossistemas social e ambiental como partes iguais ao mercado na composição da economia e assunção da interligação entre estas partes, confrontam aquilo que Polanyi designou de “desencastramento”, para se referir ao processo de autonomização e autossuficiência da economia sustentando pela visão formalista e legitima-

do pelo poder político. Este processo, pese embora teórico e utópico, na medida em que não é conciliável com a realidade empírica, conseguiu operar mudanças profundas.

Apesar do contexto histórico transformado pela ação do capitalismo, ainda assim, este nunca chegou a assimilar a totalidade da realidade económica, pois sempre coexistiram com ele muitas atividades económicas que, podendo até usar como meio a racionalidade material, servem fins que não os puramente económicos, sendo animadas por valores da ordem do imaterial (éticos, religiosos, políticos...). Laville entende que estas atividades não inscritas na economia formal têm de sair da invisibilidade e ser consideradas pela análise económica. Para tanto, há que rebater o efeito do “golpe de força” que estabelece a equivalência da economia às “ações formalmente racionais finalizadas” e passar a incluir (instituinto) na definição de economia toda a panóplia de ações que “conjugam, em diferente grau, cálculo monetário e avaliação convencional.” (pág. 250).

O duplo movimento de instituições da economia

Para garantir a visibilidade desta definição lata e inclusiva da economia e a instituir, importa perceber o processo que lhe é contrário e adverso, isto é, como a “instituição da economia se centrou na economia formal”. Laville considera que o entendimento deste processo é passível de ser feito a partir de dois movimentos contraditórios.

I - O primeiro movimento, focando-se na economia formalista, reduz a realidade da atividade económica envolvendo três planos, o da economia, o do mercado e o da empresa (os dois primeiros identificados por Polanyi e o terceiro partilhado por vários autores):

- Plano 1: a equivalência da economia (autonomizada) ao mercado consiste no primeiro plano, no qual a superioridade e prioridade é concedida à economia mercantil. Outras soluções só podem ser convocadas em caso de fracasso do mercado e a título subsidiário. Nota-se que o estabelecimento desta ordem apenas é possível pelo apagamento do sentido substantivo da economia.
- Plano 2: a autorregulação do mercado, isto é, a capacidade de o mercado garantir o equilíbrio entre procura e oferta através dos preços, corresponde ao segundo plano. No mercado autorregulado, o ser humano é encarado como um ser detentor de razão, autossuficiente e, neste sentido, capaz de fazer para si as melhores escolhas. Segundo esta lógica, a simples e institucionalmente desenquadrada agregação dos vários comportamentos individuais permite deduzir o comportamento geral da economia. Regista-se que esta ideia de vida própria do mercado apenas é assumida por se terem abafado todas as démarches instituições que, ironicamente, permitiram o seu surgimento.
- Plano 3: a identificação da empresa moderna com a empresa capitalista constitui o terceiro plano. No capitalismo, espera-se da empresa (unidade inserida no mercado e agente deste) a geração dos benefícios da troca, ou, noutras palavras, o lucro para os detentores e investidores de capitais.

Este movimento instaura o que se designa de "economia de mercado" sobre a qual Laville deixa o seguinte alerta: "A economia de mercado, quando não tem limites, leva à sociedade de mercado, na qual o mercado engloba a sociedade e

é suficiente para a organizar (...)” (pág. 252).

Acrescenta, porém, que a total tomada da sociedade pela economia de mercado (ou se quisermos, a naturalização desta), por colocar em causa a democracia, encontrou sempre resistência social. É aqui que entra o segundo movimento contrário ao primeiro e rebatedor de cada plano deste.

- Contraplano 1: perante a equiparação da economia ao mercado, este segundo movimento, convoca dois princípios que sempre estiveram vivos, no passado e no presente:
 - i) o princípio da **reciprocidade**, que supõe o estabelecimento de um laço social entre as partes envolvidas e interessadas (grupos e pessoas), o qual permite entre elas um fluxo duradouro de prestações/dádivas e contra dádivas/partilhas não monetárias e não necessariamente equivalentes;
 - ii) o princípio da **redistribuição**, que supõe a existência de um centro de poder dentro da sociedade a quem a produção é confiada para que a redistribua, de acordo com critérios de justiça.

O princípio da **reciprocidade**, por se fundar nas relações humanas opõe-se ao princípio do mercado, mas diferencia-se também do da redistribuição, pois não pressupõe um poder central. A reciprocidade tem a sua expressão mais primária na "economia rés-do-chão" - economia informal, praticada em contextos micro (como o doméstico, familiar e de vizinhança), pela execução de tarefas vitais de reprodução (ex.: cuidar de dependentes e produzir para autoconsumo).

Esta economia, apesar de ser a base sobre a qual as outras economias são edificadas (inclusive a capitalista), manteve-se sempre invisibilizada.

Já o princípio da **redistribuição** é manifesto e explicitamente reconhecido. Surge da necessidade de controlar as desigualdades provocadas pelo mercado livre na sociedade e, assim, garantir a coesão e o equilíbrio social. Traduz-se numa economia não mercantil, em que a produção é confiada a uma entidade central, que a guarda/armazena, para depois a redistribuir equitativamente. Nas sociedades atuais, esta conceção deu origem ao Estado Social, um tipo de Estado em que as partes interessadas (capital e trabalho) fazem contribuições obrigatórias que são centralizadas no Estado (democraticamente controlado), para depois este as devolver, numa lógica redistributiva, sob a forma de serviços públicos e apoios sociais.

- Contraplano 2: de forma a travar a expansão do mercado com o suposto dom da autorregulação foram criadas, por via política, regras e instituições reguladoras para enquadrar e controlar a ação do mercado. O mercado, assim, não é totalmente livre para, com base nos preços, gerar a dinâmica espontânea do encontro entre a oferta e a procura, pois, como comprova a história, ela falível.
- Contraplano 3: contra a tentativa de hegemonizar a empresa capitalista (onde os meios de produção e os direitos de propriedade são detidos pelos investidores, capitalistas, e o fim último é a criação de lucro para estes) é erigida a diversidade de outros modelos de organização igualmente participes na economia (como o associativista, o cooperativista e o mutualista), em

que a propriedade não é privada, a gestão fica a cargo das partes interessadas e a finalidade não consiste na maximização do lucro, visando antes "o acesso a um trabalho ou a um aprovisionamento, a qualidade da prestação de serviço." (pág. 254).

Resumidamente, é possível dizer que: i) a economia foi perpassada por um duplo movimento, o primeiro movimento tendente para o desencastamento do económico face ao social e o segundo movimento, dando-se em sentido contrário, no do (re)encastramento do económico no social/o reencastramento democrático da economia; ii) a tensão gerada entre os dois movimentos, que coexistem e se confrontam diretamente, é reveladora da pluralidade da economia real, onde se imbricam diferentes princípios, processos e instituições para, no final, se complementarem.

Da constatação ao projeto, uma economia plural

Para formular a ideia deste subtópico que decorre dos dois antecedentes (“As duas definições” e “O duplo movimento de instituições da economia”), Laville recorre, uma vez mais, a Polanyi ao qual junta, desta vez, Marcel Mauss, operando uma complementaridade entre o pensamento dos dois autores que usa para fundamentar a visão de um projeto de mudança.

- A **Polanyi** vai buscar a pluralidade dos princípios económicos (abordados no ponto anterior), a qual, na sua opinião, é tão evidenciada pela análise da história, como pela observação da realidade contemporânea, destacando as virtudes heurísticas da constatação reflexiva que o cruzamento das duas permite.

- **Mauss**, por seu turno, é convocado por Laville para dar conta da: pluralidade de empresas, definidas em função das formas de propriedade (individual, nacional ou coletiva); ideia de que não há uma forma única de organização da economia, mas sim um conjunto de economias que abordam e tratam de modos distintos (muitas vezes, opostos) a produção e a repartição, sendo que este complexo de economias se encontra enquadrado e moldado por instituições mutáveis. Sobre esta questão, a mutabilidade das instituições, dá-se conta no texto do ciclo em que ela ocorre, justificando-a: as representações individuais (psíquicas) dão corpo a representações sociais (convenções sociais), estas concretizam-se em ações e práticas sociais, as quais são normalizadas/naturalizadas (ainda que precariamente) pelas instituições, através de políticas públicas que estabelecem o campo de possibilidades dentro do qual aquelas podem ocorrer, a delimitação deste campo, por sua vez, tem repercussões nas representações, voltando-se, desta forma, ao início do ciclo. Assim, tudo parece iniciar e culminar nas representações mentais, o que retira a aura metafísica ao económico.

As pluralidades perspectivadas por Polanyi e Mauss elucidam o movimento de pendor capitalista e o contramovimento democrático que provoca, permitindo analisar a tensão ou mesmo o conflito existente entre ambos, mas também a sua complementaridade na prática.

Sobre a complementaridade das economias, ela existe, de facto, apesar de haver esforços para a invisibilizar. A economia de mercado não existe, nem se sustenta por si só.

Ela interdepende das economias não mercantis e não monetárias que se constituem para si ora como fonte de recursos, ora como alternativas, quando as suas soluções falham. Contudo, o projeto de moldar a sociedade à luz da economia de mercado, faz com que os seus defensores não vislumbrem, ou por outra, não admitam esta realidade. O projeto de fazer da sociedade espelho da economia de mercado é comprovadamente, pela história, insustentável, tendo as tentativas mais próximas de o concretizar culminado no “abocamento” da economia pela autoridade política, o que se traduziu em experiências totalitaristas como o fascismo e o comunismo. Evitar estes erros históricos passa, por um lado, por promover e preservar a democracia, através do estabelecimento de laços e, por outro lado, aceitar a pluralidade económica e explorar as suas potencialidades, lançando-a num projeto de mudança que a acentue. «A economia plural está no cruzamento de uma constatação analítica e de um projeto de mudança. Uma tal orientação implica princípios de ação que assumem a complexidade admitindo o mercado e recusando” todo mercado”» (pág. 256).

Quanto à admissão do mercado, tanto Polanyi e como Mauss defendem-na. O primeiro considera que o mercado é compatível com o socialismo e o segundo vai um pouco mais longe, entendendo que a liberdade de mercado é necessária para a vida económica. Os dois autores rejeitam a ideia de ignorar o mercado, como forma de evitar os danos que o seu livre curso pode provocar, contrapondo-lhe uma outra ideia, a “domesticação”. Quer isto dizer que fazem a apologia do enquadramento do mercado por regras definidas por instituições a nível local, nacional e internacional que atendam ao equilíbrio dos ecossistemas social e ambiental.

Paralelamente e no que respeita à recusa de "todo mercado", importa desconstruir a ideia de que só através do mercado é possível gerar riqueza, afirmando que também o setor público e o associativo produzem riqueza, os quais, inclusive, exibem alguns traços de impessoalidade e de uma racionalidade não substantiva, mas formal, o que os aproxima, até um determinado ponto, do mercado. O mercado não é, pois, um reduto de características e poderes únicos, correspondendo essa imagem a um constructo cultural, que importa desmontar.

Se a pluralidade económica for, como defendem Polanyi e Mauss, assumida, preservada e aprofundada, estão criadas as condições para a "reapropriação da economia pela sociedade", que encontra expressão nas iniciativas da economia solidária. Se é verdade que estas se diferenciam do mercado, pela proposta de processos e soluções às dele alternativas ou nele ausentes, também não é falso que se demarcam do Estado e do setor social, ao pôr em prática uma solidariedade que nada tem de assistencialista ou caritativa. Neste sentido, elas podem socializar tanto o mercado como o Estado-Social.

Mais do que socializar a economia e o Estado estas iniciativas encerram um potencial de mudança capaz de realizar "um projeto de democratização da economia e da sociedade", sendo para tanto necessário que elas: i) ultrapassem a lógica de nicho e de estabelecimento de ligações pela semelhança e proximidade; ii) se agrupem para analisar os desafios a um nível macro; iii) se associam a outras forças sociais movidas também pelo ideal solidário.

Acresce que para a concretização desta mudança não basta o horizonte da economia social, isto é, a presença na economia de empresas não capitalistas (até porque a tendência destas é para se desvirtuarem, por via do isomor-

fismo), há necessariamente que contar com a mobilização da sociedade civil, capaz de bem suceder atividades socioeconómicas diferentes e de exercer pressão junto do poder político para as reconhecer e legitimar.

É desta forma, interferindo nas relações de força, que a economia solidária poderá fazer as suas conquistas rumo a um projeto de mudança estrutural.

3. Reafirmar o político

A aproximação das componentes da economia solidária a outras, de mercado e públicas, comporta o risco da tendência para o isomorfismo institucional, como se verificou com a economia social.

A questão que então se coloca é: como resistir e contrariar essa tendência? De acordo com Laville, a solução passa pela:

- **Forte ancoragem na solidariedade democrática;**
- **Manutenção dos seus projetos fundadores,** o que requer atenções ao nível interno e externo:
 - A nível interno, o compromisso original deve ser sustentado ao longo de todo o processo de produção (e não apenas no seu arranque ou pontualmente), através do uso do direito de livre expressão por todas as partes interessadas, o que equivale a dizer que os "espaços públicos de proximidade" devem ser preservados e continuar abertos;
 - Ao nível externo, requer-se que os promotores e responsáveis pelas iniciativas se coloquem e atuem num espaço público de segundo nível, intermédios face às forças/movimentos sociais e aos poderes pú-

blicos – condição essencial para a materialização das ideias em "processos instituídos de democratização económica" e da qual depende a magnitude da mudança a gerar.

O funcionamento interno

Se a relação com o ambiente envolvente e a finalidade da economia solidária se diferenciam das da economia social, não admira (pelo contrário, é lógico) que também o funcionamento interno de uma economia se distinga do da outra.

Enquanto que as organizações da economia social têm como horizonte a satisfação de necessidades dos seus membros, os quais se unem pelo sentimento de pertença a um dado grupo/uma dada categoria e pela partilha de uma mesma identidade, na economia solidária esta forma de homogeneidade não é a que prepondera. Na economia solidária, mais do que os benefícios gerados pela atividade para os membros e grupos que integram o coletivo, importa o serviço prestado à comunidade e a qualidade deste, o que decorre da vontade que lhe está na génese, vontade de enfrentar um desafio social (não meramente necessidades específicas) que é significativo para partes distintas.

Dá-se, portanto, também nesta questão particular da passagem da economia social para economia solidária (como nas outras anteriormente analisadas), um salto qualitativo, que corresponde ao deslizamento do "bem comum" para o "bem público".

Os desafios que a economia solidária leva em conta correspondem a problemas complexos - problemas que envolvem muitas dimensões e variáveis e cuja resolução implica um largo e indeterminado período de tempo e está para lá do escopo de ação de uma pessoa ou de um simples grupo.

Daí, na economia solidária, os contributos dos diferentes atores se darem em contexto de interação, em redes sociais urdidas em torno do bem comum, onde a "reciprocidade multilateral" é princípio organizador.

De facto, o trabalho/a ação em rede vem permitir uma visão mais lata e rica dos problemas do que as visões parciais, que advêm das subjetividades individuais (de cada parte), sendo que é, justamente, pela interatividade e inter-subjetividade proporcionadas pela rede que os problemas surgem como solúveis e revelam novas potencialidades.

Depois, em face dos problemas definidos por si próprias, as diferentes partes (trabalhadores, assalariados, utentes, voluntários e outras) concertam abordagens, empreendem cooperativamente ações e avaliam-nas, através de mecanismos de decisão e de participação presididos pelos princípios da igualdade e da democracia.

Tal forma de decisão e participação, para além de manter viva a originalidade das iniciativas, leva à criação de espaços públicos de proximidade que, pela sua matriz cidadã e autonomia em relação aos espaços de poder instituídos, têm potencial para exercer sobre estes legítima pressão.

A promoção da democracia participativa pela economia solidária (quer no seu funcionamento interno, quer no exterior) demarca-a também da economia social, a qual seguiu um trajeto no sentido da priorização do peso e do desempenho das suas organizações no mercado das trocas mercantis, esquecendo a participação igualitária e ativa das partes, apesar desta estar prevista nos estatutos das organizações e plasmada em algumas das suas formas jurídicas. Este desvio da economia social em relação ao seu projeto original e ao formalmente estabelecido esmoreceu muito o seu funcionamento democrático. Por outro lado, também a

propriedade coletiva dos meios não é garante da igualdade entre as partes. Tudo isto revela sinais do já referido processo de isomorfismo que a economia social sofreu.

Em face da primazia dada pela economia social à performance e aos indicadores económico-financeiros das suas organizações em detrimento do bem comum, Laville alerta para a necessidade de a economia solidária, nos seus processos avaliativos, manter o foco na dinâmica solidária, salvaguardando-a. Para tanto, deve:

- Privilegiar "indicadores sociais e socioeconómicos" fornecidos por meios que impliquem reflexão, como são os relatórios sociais e societais, ao invés de dados contabilísticos e financeiros;
- Promover processos de autoavaliação: i) que tenham em linha de conta não apenas os resultados, mas também o projeto e a organização; ii) em que, à semelhança da atividade a montante, a participação ativa e direta corresponda à forma de ação.

Laville não se limita a "precar" a economia solidária, vai mais longe, ao apontar o caminho da renovação da credibilidade de associações penetradas pela lógica da mercantilização e da tecnocracia. Diz a este respeito ser necessário que estas:

- reativem a sua dimensão de espaço público, através "da reapropriação da sua história ou da expressão dos diferentes grupos constitutivos" (pág. 260);
- renovem as suas práticas democráticas, evitando ou contrariando a tendência para os isomorfismos (do Estado ou o mercantil).

No fundo, o autor sugere às associações institucionalizadas uma aproximação aos preceitos que regem as iniciativas de economia solidária, acrescentando ainda que a expressão máxima de bem-sucedimento e garantia de sustentabilidade destas consiste "na inflexão dos quadros institucionais públicos num sentido que lhe seja mais favorável" (pág. 260).

A afirmação e firmação da economia solidária parece, assim, implicar que ela assuma o papel de instituinte face ao instituído.

A relação com a institucionalização

A capacidade de as associações inflitirem os quadros institucionais públicos pode ser mais ou menos favorecidos pelos períodos. Para explicar esta questão, Laville distingue dois tipos de períodos:

- Os "períodos normais", ao longo dos quais se verifica a hegemonia de um dado paradigma de ação pública na sociedade sobre outros, bem como a estabilidade das instituições moldadas à luz desse paradigma, sendo, portanto, difícil a penetração de inovações socioeconómicas;
- Os "períodos de crise", em que o paradigma vigente/hegemónico se revela inadequado, abrindo-se, assim, espaço ao surgimento de novos paradigmas, alternativos ao primeiro. Nestes períodos, dá-se um novo jogo de forças entre os "espaços públicos impregnados de poder a altamente organizados" (inscritos no paradigma hegemónico em crise e pertencentes ao sistema instituído) e os "espaços públicos autónomos" (que procuram emergir e advêm de iniciativas empíricas

de raiz cidadã realizadas à margem do sistema). Esta nova relação de forças, proporcionada pela descredibilização do paradigma de ação pública ancorado no poder, leva a que se considere o potencial dos paradigmas alternativos, os quais são colocados em diálogo com o primeiro. Torna-se, portanto, mais fácil para as associações exercer influência na ação pública (permeabilizada, neste contexto).

Laville de seguida dá conta da ambiguidade, complexidade e matização da institucionalização, ao sobrepor a perspetivas críticas e puristas (em que instituinte e instituído se excluem mutuamente) abordagens mais moderadas que aplacam a radicalidade da institucionalização presente nas primeiras.

- As abordagens mais críticas adotam uma visão unilateral e dura sobre a institucionalização, em que o instituinte considera negativo o instituído, repudia-o, contrapõe-se-lhe e procura substituí-lo. A institucionalização é, portanto, um processo de recuperação, em que “uma nova forma torna-se equivalente às formas instituídas.” (pág.261);
- Já as abordagens mais moderadas surgem menos simplificadoras, partindo de uma visão sobre a institucionalização ambivalente e matizada. Apesar de não negarem a tensão e o confronto entre instituinte e instituído, a institucionalização não é encarada como uma reprodução fiel das formas que estão na sua origem. A institucionalização, se, por um lado, trava a continuidade do instituído, por outro lado, não “comprova o êxito de experiências anteriormen-

te ignoradas”, já que as não exprime de forma pura em contexto real de ação, daí o seu caráter ambíguo. As experiências instituintes integram o antigo (sem, contudo, se deixarem assimilar por ele e permitirem a sua reprodução), ao mesmo tempo que redefinem o futuro. Assim, para além de ambígua, a institucionalização é complexa e matizada. Foi esta a visão adotada pelos serviços de proximidade e as empresas de inserção na Europa.

Referindo-se especificamente ao período de crise que marca a contemporaneidade, Laville nota que o paradigma societal até então hegemónico é colocado em causa, procurando-se novos paradigmas de ação pública, nomeadamente em experiências sociais em torno de questões inéditas que ocorrem à margem do sistema de poder convencional, em redes e espaços externos. A convocação destas experiências para o processo de transformação paradigmática pressupõe a interação entre, de um lado, os intervenientes na ação pública convencional e, do outro lado, os autores e atores dessas experiências (partes interessadas e peritos/estudiosos).

Para além disso, num contexto instável e de problemas complexos (em que questões sociais, económicas e ambientais surgem imbricadas), como o atual, a criação de um novo paradigma societal obriga ao acesso e à interação de informações de diferentes ordens, bem como ao estabelecimento de relações entre atores de diferentes áreas (da economia, da política, das mais variadas ciências e da sociedade em geral).

Assim, estão patentes tanto no conteúdo como no próprio processo de construção de um novo paradigma marcas:

- Dos modos de ação pública anteriores (em falência/sob contestação);
- Da visão mais ideológica ou mais pragmática dos principais responsáveis pelas políticas públicas (governantes, no caso das democracias);
- Dos saberes especializados convocados e das experiências empíricas em que estes se sustentam.

O referido conteúdo e processo são ainda moldados pela "amplitude do debate", que será tanto maior quanto mais atores da esfera social se juntarem aos da esfera da especialização.

Laville pontua que a institucionalização que daqui possa resultar será sempre fruto de um jogo de forças desigual entre poderes públicos e atores sociais, favorável aos primeiros. Estes, tendo o poder de decisão do seu lado, não cedem à aprovação integral de experiências antagónicas aos modelos anteriores (os seus modelos). Esta resistência e dificuldade da institucionalização pode ser combatida pelo reforço do "acesso à esfera pública", bem como dos laços entre as diferentes componentes da economia social e os movimentos sociais.

Contudo, é nas singularidades da economia solidária que reside o potencial de "repolitizar a economia social". No fundo, a pressão sobre os quadros institucionais deve partir de forças auto-organizadas da sociedade civil capazes de se fazer representar e de se unir a outras forças da mesma natureza (ações coletivas e movimentos sociais), para assim ganharem poder negocial e instituinte.

Para lá do economicismo, uma democracia plural

Os representantes da economia solidária, ao legitimarem-se a si próprios e à sua ação por via de forças civis

participação (correspondentes, normalmente, a atividades económicas à margem do mercado) se estabilizem e sustentem é necessário que os seus promotores e atores se lancem e envolvam também em "espaços públicos intermediários", sob pena de tais resultados serem aniquilados ou absorvidos pelo modelo económico convencional.

Estes espaços (ao contrário dos de proximidade, que têm na sua matriz e vocação a diferenciação e o antagonismo) permitem quebrar obstáculos ao reconhecimento e à valorização das modalidades heterodoxas pelo diálogo e pela interação (ainda que desigual) com as modalidades ortodoxas, com vista à consecução de compromissos públicos e, finalmente, à criação de uma política de espaço público.

Para além existência dos espaços intermédios, coloca-se ainda como condição à sobrevivência e sustentabilidade das atividades coletivas heterodoxas, a mudança do próprio paradigma ideológico hegemónico que sacraliza o mercado na economia e, por arrasto, o coloca no centro da organização e do funcionamento da sociedade, fazendo crer que o crescimento económico é equivalente a progresso social.

Ora, o agravamento das desigualdades sociais e o surgimento de problemas ecológicos em consequência desta equivalência (ou, por outras palavras, da subjugação do político ao económico) vem comprovar que ela não é totalmente verdadeira.

Se é facto que o crescimento económico proporcionado pela Revolução Industrial permitiu progresso social, na medida em que criou emprego e as pessoas passaram, por via do salário, a ter acesso a bens de consumo e serviços de que até então não dispunham e, nessa medida, viram a sua vida melhorada, também é verdade que com o passar do tempo, como referido, o crescimento assente no mercado

não só não resolveu o problema das desigualdades sociais, pelo contrário, aprofundou-o, como provocou novos problemas, graves danos ambientais.

O crescimento económico é, pois, ambivalente, ora tanto é apontado como o causador de todos estes problemas, como se lhe indexa positivamente a questão da coesão social. Para ajudar a deslindar esta incoerência, Laville apoia-se em diferentes autores e refere conclusões de relatórios saídos de encontros internacionais emblemáticos.

1. Começa por convocar o economista François Perroux, segundo o qual há dois tipos de crescimento, um puramente quantitativo e outro mais qualitativo:

- O primeiro corresponde ao “aumento constante de um indicador” ao nível nacional – “produto nacional bruto ou líquido em termos reais”;
- O segundo consiste na “combinação das mudanças mentais e sociais de uma população que a torna capaz de fazer crescer, cumulativamente e duravelmente, o seu produto efetivo.”

2. De seguida refere outro economista, Amartya Kumar Sen, que defende que o desenvolvimento corresponde à ampliação das liberdades de escolha abertas aos indivíduos, como está previsto no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

3. O autor prossegue referindo o relatório de Brundtland (de 1987), a partir do qual foi disseminada a noção de “crescimento sustentável”. Neste documento, com o título “O Nosso Futuro Comum”, é defendida a ideia de que o desenvolvimento não pressupõe parar o cres-

cimento. É possível continuar a crescer, desde que de forma sustentável, isto é, em função das necessidades não só atuais, mas também futuras (das próximas gerações) dever-se-ão tomar as decisões quanto: à exploração de recursos; aos investimentos; à orientação da inovação científica e tecnológica; às mudanças institucionais.

4. A Conferência de Toronto (1ª Conferência Climatológica Mundial) realizada um ano depois do relatório de Brundtland, em 1988, é também mencionada por Laville, lembrando que no final desse encontro se constituiu o painel intergovernamental sobre mudanças climáticas, cujo relatório de 1990 desencadeou o processo que vai dar origem dois anos mais tarde, em 1992, à Cimeira da Terra no Rio de Janeiro.

A questão do desenvolvimento sustentável veio conferir um novo sentido à solidariedade e ampliá-la, já que:

- i) ao mesmo tempo que se visa a solidariedade horizontal (centrada nas pessoas mais desfavorecidas, no momento atual), tem-se também em mente a solidariedade vertical (intergeracional, focada, portanto, no futuro);
- ii) outros problemas, para além dos inicialmente abraçados pelas experiências solidárias (problemas relacionados com o mundo laboral), são hoje contemplados pela ação solidária. No começo, a solidariedade constituiu-se como uma resposta à ilimitada e desregulada expansão do mercado, resultando em formas de proteção dos trabalhadores dentro da lógica redistributiva. Contudo, hoje, impõe-se uma lógica renovada,

não restrita às questões laborais e à indexação da redistribuição ao crescimento económico, mas alargada a outras consequências da evolução do mercado que com a globalização, aceleraram os danos sociais e ecológicos generalizados. Em face da dimensão e complexidade destes, as iniciativas solidárias têm cada vez mais de passar por coordenações transnacionais.

Contudo, apesar de a perspectiva do crescimento sustentável ter nascido da crítica ao modelo de desenvolvimento assente na produção (de matriz capitalista), não deixou ela própria ser criticada. Adeptos do "decrecimento" ou "acrescimento" acusam-na de ser refém da noção de desenvolvimento típica do Ocidente e contraditória, pois para eles o crescimento não se faz sem impactos danosos, de maior ou menor escala, sobre os recursos sociais e naturais. Em alternativa propõem um decrecimento da produção e consumo no hemisfério Norte e um crescimento adequado no hemisfério Sul, onde a economia de mercado não chegou com toda a sua força.

Para Laville, apesar do debate entre os defensores do "desenvolvimento sustentável" e os defensores do "decrecimento" ser legítimo, importa que, no momento da ação, não se vejam como concorrentes, nem esqueçam o adversário comum (o modelo de crescimento criado pelo capitalismo) e unam esforços para "combater esta aura de sagrado que o crescimento tem ganho e que tem travado qualquer veleidade de reapropriação da economia pelos cidadãos." (pág. 266).

Para além destes movimentos críticos do desenvolvimento associado ao crescimento económico ("desenvolvimento sustentável" e "acrescimento") a tendência para a

terciarização e para os serviços relacionais são também um entrave à maximização do crescimento, na medida em que: a interação direta entre prestador do serviço e utente pressupõe um tempo indeterminado não compatível com ganhos relevantes, sob o ponto de vista económico; e as funções em questão não são suscetíveis de ser asseguradas de outra forma senão pelo contacto humano, ficando este setor à margem do domínio pelas tecnologias, como sucede noutras áreas da economia.

Atendendo a que dois terços dos empregos atualmente pertencem ao setor dos serviços e a que os serviços relacionais se encontram em crescendo, parece fazer pouco sentido insistir num modelo de crescimento produtivista que deve a sua origem à industrialização. Há, pois, que pensar o "desenvolvimento pós-crescimento".

Assim, sucede na economia solidária, em que este crescimento não se aplica, já que está fortemente enraizado na noção de produtividade, a qual pressupõe individualização e, portanto, não faz sentido nos projetos coletivos. Para além disso, as atividades económicas, sendo um meio para alcançar um bem maior, têm de ter sempre presente as finalidades das iniciativas/dos projetos. Há, portanto, na economia solidária um questionamento político do económico. A política deve moldar a economia, e não tanto o contrário, através de formas de organização e ação assentes na democracia plural e participativa. Assim, será possível inscrever no cenário económico outras economias e não apenas a de mercado. Por sua vez, a pluralidade económica favorece também a pluralidade política, alimentando-se mutuamente.

PARTE III

Considerações finais:

Feita a resenha da teorização de Laville em torno da economia solidária, a partir do capítulo 9 da sua obra "A Economia Social e Solidária – Práticas, Teorias e Debates", passamos, em jeito conclusivo, a destacar dela algumas questões que nos parecem relevantes para a criação e a sustentabilidade do projeto de mudança estrutural em que Laville implica a economia solidária: o projeto de "criação institucional solidária".

Como se refere no início do presente texto, a economia solidária vem no lastro da economia social. Se é facto que as falhas e os limites da economia social são uma das condições do surgimento da economia solidária e que esta afirma a sua identidade e proposta de ação em contraponto com a economia social, como se notou frequentemente, é igualmente verdade que aquela não entra em rota de colisão face à esta, antes pelo contrário, a economia solidária visa atualizar, revitalizar e complementar a economia social, por forma a dar resposta aos problemas e desafios que advêm do atual contexto socioeconómico e político.

Consonantemente, o projeto de mudança a instaurar por via da economia solidária preconizado por Laville (projeto que, como vimos e sublinharemos, pressupõe abertura, comunicação e interação entre diferentes lógicas) não se afigura compatível com a separação entre a economia social e a economia solidária, aliás, ele não resultará se entre as duas não se fundar uma dinâmica de cooperação, capaz de lhes dar voz junto dos poderes públicos instituídos, dominados pela dicotomia existente entre a economia de mercado capitalista e o Estado-Social (resultante do atrás referido

duplo movimento de mercantilização e proteção) e que as tem relegado para segundo plano e até mesmo para a invisibilidade.

Assim, como pré-condição para a criação do referido projeto de mudança identificamos a aliança da economia solidária com a economia social.

De acordo com a perspetiva de Laville, é justamente na relação com a institucionalização (em que a economia solidária, aliada à economia social, se constitui como instituinte) que reside a possibilidade de as organizações e os movimentos com pendor social e solidário ultrapassarem a lógica da mera execução assistencialista e do voluntariado (virtuoso, mas com fraca expressão no sistema, porque circunscrito a meios restritos), para se afirmarem como partes integrantes da esfera da governação, onde podem influenciar os acordos institucionais e, por conseguinte, as regulações e políticas públicas.

Importa para tanto que previamente se verifique a capacidade de:

- Por parte da economia social, recuperar a sua dimensão política, reconectando-se, por um lado, com o seu ideário inicial (democrático e solidário) e revitalizando-se, por outro lado, através do contacto e do estabelecimento de laços com movimentos sociais, que não podem ser encarados como concorrentes, mas antes aliados;
- Por parte da economia solidária, sair da lógica das experiências de pequena escala, avulsas e institucionalmente desenquadradas e criar espaços públicos de segundo nível, a ser dinamizados pelos protagonistas dos espaços públicos de proximidade (espaços, como

vimos, criados através de experiências de raiz cidadã e, portanto, autónomos), para estabelecer diálogo e mediar as relações com os espaços públicos instituídos (do Estado e do mercado), no sentido de uma cooperação.

Cabe, pois, à economia social e solidária, ultrapassando alguns condicionalismos históricos e receios (no caso da primeira) e de génese avessa ao institucional (no caso da segunda), a tarefa de abrir espaço para a sua própria (re) afirmação e promover uma nova cultura de ação pública.

Concretizando um pouco, significa tal que, graças a uma força cidadã inédita (com origem nas experiências da economia solidária), é possível à economia solidária pressionar as fronteiras do círculo da governação e transpor para o seio deste as suas singularidades, isto é, os seus valores ideológicos de igualdade e solidariedade expandida, dos quais decorrem: o princípio da reciprocidade que preside às atividades económicas não monetárias; a democracia participativa, como modelo de tomada de decisão, gestão e acompanhamento, em que assenta o funcionamento dos projetos auto-organizados.

Desta forma, passam a figurar lado a lado: democracia representativa (de intervenção indireta/participação externa) e democracia participativa (de intervenção direta/participação interna); economia não monetária (da solidariedade recíproca), economia mercantil (do mercado autorregulado que visa o lucro) e economia não mercantil (do Estado redistribuidor). Ou seja, é assumida a pluralidade política e a pluralidade económica, ainda que se saiba que a hegemonia tenda a pender para o lado dos antigos agentes, Estado e mercado.

Mas a assunção pública destas pluralidades (que de resto sempre existiram na vida real) por si só em nada altera o campo das práticas ou, se quisermos, não resolve os limites do compromisso estabelecido entre Estado-Social e mercado.

É necessário algo mais para:

- desconstruir a ideia da autonomia do mercado e da detenção do monopólio de criação de riqueza pelas empresas capitalistas;
- voltar a politizar o económico, reconectando-o com o social;
- aproximar a ação dos poderes públicos das reivindicações, propostas e definições de bem comum que emergem do espaço público (em sentido lato), fazendo com que a voz cidadã/popular seja valorizada;
- relacionar as políticas públicas com a institucionalização de ações associativas, incluindo as oriundas da economia solidária e que se baseiam na reciprocidade igualitária.

É aqui que entra outra condição para a criação e o avanço do projeto de mudança, a qual passa pela capacidade de a sociedade civil organizada promover a articulação da sua lógica e formas de ação com as do Estado e do mercado, sendo, nesta etapa, fundamental que os referidos espaços de segundo nível estejam constituídos e sejam reconhecidos. Para se estabelecer esta articulação, a economia solidária, antes de mais, tem de encontrar um novo equilíbrio: por um lado, impõe-se que doseie os seus ímpetos anti sistémico e anti institucional (compreensíveis pelos questionamentos radicais que lhe estão na origem) e, por outro lado, é funda-

mental que não abdique da sua identidade e reivindicações e exerça pressão para as ver reconhecidas no quadro institucional.

Tal articulação passa pelo cruzamento da dimensão económica e com a dimensão política, o que se traduz, em termos mais concretos, em:

- A nível político: preservar os espaços públicos de proximidade, mas abri-los ao institucional, na procura de uma complementaridade com os espaços públicos instituídos, cabendo aos protagonistas dos primeiros, juntamente com as organizações da economia social (recuperadas e repolitizadas, isto é, livres da instrumentalização por parte do Estado e onde a igualdade jurídica se traduz em participação efetiva das partes envolvidas), organizarem-se nos atrás referidos espaços de segundo nível, no sentido de propor parcerias aos segundos que permitam a inclusão do movimento associativo e cidadão no processo de construção das regulações e políticas públicas e, em última instância, uma governança partilhada.
- A nível económico: manter os projetos norteados pelo princípio da reciprocidade (projetos inscritos na economia não monetária) e, à semelhança do acima referido sobre os espaços de proximidade, abri-los ao exterior, estabelecendo relações com as outras economias, economia mercantil e economia não mercantil. Do Estado espera-se que disponibilize recursos provinidos da redistribuição para financiar, sem controlar, atividades da economia solidária e facilite o estabelecimento de protocolos operacionais com instituições públicas e parapúblicas. Quanto mercado, os seus re-

ursos podem também ser mobilizados pela economia solidária, através quer da contratualização de entidades privadas e profissionais independentes, quer da venda de produtos e serviços a empresas e particulares/clientes. Em suma, conjugam-se recursos das três economias: 1) recursos não monetários equivalentes às contribuições voluntárias; 2) recursos não mercantis advindos da redistribuição; 3) recursos mercantis resultantes de vendas.

Desta forma, pela assunção da pluralidade da economia e da política e pela hibridação de uma e de outra, chega-se ao cruzamento da dimensão política com a dimensão económica e democratização do mercado, o que resulta, finalmente, na “criação institucional solidária”.

Posto isto, resta referir o que nos parece ser a última condição para a sustentabilidade do projeto de mudança em apreço: no quadro institucional, onde as relações não são isentas de tensão e pressão, a economia solidária não pode perder de vista o ideário dos seus projetos iniciais, evitando as armadilhas da instrumentalização e do isomorfismo mimético e mantendo, desta forma, a base de compromissos voluntários e a capacidade de ação pública.

Para terminar, notamos que, apesar de Laville, no texto objeto da presente recensão, não referir a escala da institucionalização solidária, depreende-se que se trata de uma escala internacional, pois de outra forma, se se tratasse de uma escala local ou nacional, ter-se-ia de acrescentar mais uma condição para a sustentabilidade do projeto, a sua ampliação através de redes internacionais, dada a globalização económica e, até mesmo, política em que vivemos.

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

Laville, J. L. (2018). A Economia Solidária. In, *A Economia Social e Solidária – Práticas, Teorias e Debates* (pp 241-268). Coimbra: Edições Almedina.

Amaro, R. R. & Ferreira, B. (2022). Seminário I: Economia Social e Solidária e Debates Conceptuais. Consultado em janeiro de 2022. Disponível em <https://moodle22.iscte-iul.pt/course/view.php?id=2147>.

Amaro, R. R. & Ferreira, B. (2022). Seminário II: Economia Social e Solidária e as Economias "Alternativas". Consultado em janeiro de 2022. Disponível em <https://moodle22.iscte-iul.pt/course/view.php?id=2146>.



CAFÉ SNACK BAR VISTA PARA O MAR

Normas Editoriais

Editing Rules

Normas Editoriais

Artigos

Todos os textos propostos para publicação devem seguir as normas constantes deste documento e serão objeto dos processos de apreciação e de decisão do Conselho de Redação. Deverá remeter com o seu artigo e uma nota biográfica (máximo de 500 caracteres) e o seu contato de @ ou alternativa. Os artigos serão sempre acompanhados por um resumo em português (de preferência também em inglês) e não pode exceder 900 caracteres. No resumo deve figurar o título do artigo, um conjunto de palavras-chave, em número não superior a 5. Os artigos não devem ultrapassar os 50 000 caracteres, incluindo notas e bibliografia. As divisões internas do texto deverão ser acompanhadas de subtítulos. Os textos devem ser impressos de um só lado de folhas A4, com margens amplas, a espaço e meio. Quando necessários, os quadros e tabelas são admitidos, desde que reduzidos ao mínimo possível. Os gráficos, caso existam, têm que ser fornecidos em suporte informático separado, um para cada gráfico, em formato Excel (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh). Os manuscritos deverão ser enviados obrigatoriamente, no programa Microsoft Word (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh), para:

Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico

Rua D. Maria José Borges, 137 – R/C
9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada

As citações devem aparecer entre aspas baixas («e») ou, quando maiores que três linhas, indentadas e também entre aspas baixas. Num ou noutro caso, terão que ser devidamente referenciadas em nota. As notas, deverão ser, obrigatoriamente colocadas no final do artigo e nunca em rodapé. Todas as obras citadas ou referenciadas devem estar compiladas no final do artigo, por ordem alfabética do apelido dos autores, obedecendo ao seguinte padrão:

PENVENNE, Jeanne Marie, (1995). *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Johannesburg Witwatersrand University Press.

Nos artigos ou contribuições para obras colectivas, o título do artigo ou contribuição deve vir entre aspas baixas, seguido da indicação em itálico da revista ou título da obra colectiva, da indicação do volume e número da revista – ou local de edição e editora da obra –, e das páginas correspondentes ao artigo ou contribuição citada:

SMITH, Alan K., (1973).
«The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

Recensões

Devem ter menos de 5 000 caracteres e seguir as normas acima descritas. A obra recenseada deve ser identificada pelo seu autor, data de edição, título, local de edição, editora, número de páginas e ilustrações (caso existam). Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem. Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem.

Publicações eletrónicas

No caso de publicações eletrónicas é necessário indicar também a data da última consulta à página e o respetivo URL, no seguinte formato:

Emily Thomson (2009),
«Do Ends Justify Means? Feminist Economics Perspectives of the Business Case for Gender Equality in the UK Labour Market», *e-cadernos ces*, 5, 118-133. Consultado a 02.12.2011, em: http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos5/6%20-%20E_%20Thomson%2002_12.pdf.

Editing Rules

Articles

All texts proposed for publication should follow the norms contained in this document and will be the subject of consideration and decision processes of the Editorial Board. You should send a biographical note (maximum 500 characters) and your contact mail or an alternative.

Items will be always accompanied by a summary in Portuguese (preferably also in English) and cannot exceed 900 characters. The abstract must appear the title of the article, a set of key words in not more than 5 numbers. Articles are limited to 50 000 characters, including notes and bibliography. Internal divisions of the next must carry subtitles. Texts should be printed in one-sided A4 paper, with large margins, and separations of 1,5 spaces between each line.

If tables and boxes are considered necessary, they should occupy as little space as possible. Graphic charts must be delivered in separated computer, one for each chart, in Excel (Windows or Macintosh) document to:

Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico

Rua D. Maria José Borges, 137-R/C
9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada

Quotations should appear between low commas («and») or, when longer than three lines, indented (also between low commas). In either case, they must be referred to in corresponding endnotes (and not in footnotes). All cited or referenced books should listed in the end of the article, by author's surname in alphabetical order, according to the following pattern:

Jeanne Marie PENVENNE, (1995). *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Johannesburg Witwatersrand University Press.

In the case of articles or contributions in collective books, the title must be mentioned between low commas, followed by the name of the journal or the collective book, in italic; and indicating the volume and number of the journal, or the place and publisher of the book, as well as the corresponding pages of mentioned article or contribution:

Alan K. SMITH, 1973.
«The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

Reviews

Reviews should have 5 000 characters or less and follow the rules indicated above for articles. The reviewer must necessarily identify the reviewed work by author, date, title, place, publisher, number of pages, and illustrations (if included). The contents of the published articles and reviews are of their author's full responsibility.

Electronic publications

In the case of electronic publications it needs to specify the date of the last visit the page and its URL in the following format: Emily Thomson (2009), «Do Ends Justify Means? Feminist Economics Perspectives of the Business Case for Gender Equality in the UK Labour Market», *e-cadernos ces*, 5, 118-133. Access 02.12.2011, em: http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos5/6%20-%20E_%20Thomson%2002_12.pdf

ACEESA

A Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico tem reconhecimento jurídico desde 1 de junho de 2006, como uma associação que se inclui no ramo do setor da solidariedade social, consignado no estatuto das Instituições de Particulares de Solidariedade Social com interesse público para a Região Açores.

INSCRIÇÃO ATIVIDADES

As atividades inscrevem-se **no C.A.E. Principal 72200** Investigação e desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas, e com a inscrição no C.A.E. Secundário com o nº 58140 - Edição de Revistas e de Outras Publicações periódicas.

MISSÃO

Visa dar respostas sociais, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e das cidadãs.

VISÃO

A ACEESA está focada em ser uma entidade de Referência na área da Investigação, Formação, divulgação e de ser promotora de reflexão das muitas dimensões da Economia Solidária da Região Autónoma dos Açores, com envolvimento das regiões da Macaronésia e outras partes do Mundo.

VALORES

Rege-se pelos valores da Ética, do Respeito, da Responsabilidade, do Rigor, da Cooperação e da Solidariedade.

ATIVIDADES ESTATUTÁRIA

As atividades centram-se estrategicamente na produção de conhecimento sobre a Economia Solidária e os domínios correlacionados: Economia Social, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável, Democracia Participativa, Igualdade de Oportunidades, Igualdade de Género, Políticas de Coesão, Finanças Alternativas bem como no debate e divulgação desse mesmo conhecimento, através de ações:

Realizar eventos regionais, nacionais e internacionais dedicados à Economia Solidária, ao Desenvolvimento Social e Local e à Empregabilidade para a Integração Social;

Dinamizar em plataformas digitais com recursos de apoio ao estudo, conhecimento e desenvolvimento da área da Economia Solidária que interligue os Açores às regiões da Macaronésia e aos países na orla do Atlântico do continente Europeu, África e Américas do Norte e do Sul e resto do mundo;

Implementar e executar metodologias de formação através do sistema modular e da formação, com cursos e pós-graduações sobre a intervenção social, economia solidária e gestão integrada do social e económico;

Apoiar e colaborar tecnicamente em estudos de organismos oficiais e particulares que lhe sejam solicitados;

Candidatar, promover, e executar projetos no âmbito regional, nacional, comunitário e Internacional, enquadrados no âmbito da intervenção científica da associação;

Promover a edição e/ou divulgação e comercialização de publicações e outros produtos e serviços relacionados com a atividade da Associação.

Fomentar e dinamizar o intercâmbio das boas práticas com a disseminação da investigação-ação em matéria de Economia Solidária, Empreendedorismo Social, Responsabilidade Social, Igualdade de Oportunidades e a Promoção da Igualdade de Género, entre outras matérias, com as dinâmicas da execução de projetos a candidatar e a executar e no estabelecimento de parcerias com organizações para a prossecução de objetivos comuns;

Incitar e promover e formar discussão e a reflexão sobre os desafios da sociedade contemporânea valorizando os direitos humanos, em áreas como a luta contra a pobreza, a discriminação e as desigualdades sociais, entre outras.

Organizar e cooperar em iniciativas que visem a informação e a formação profissional, nas áreas da economia social e solidária.

Para a realização do seu fim, a ACEESA pode ainda desenvolver outras atividades e prestar serviços a terceiros, ainda que a título acessório, com o intuito de financiar as suas atividades principais.





ESTA REVISTA É DETENTORA DO SELO CORES

O Selo CORES foi criado pela Cresaçor. É uma garantia, para os consumidores, que os princípios da Economia Solidária estiveram na base da criação dos produtos/ serviços que detêm esta marca. Deter este Selo significa que na base do produto ou serviço o valor da produção tem como fim o interesse comum e não o lucro e que a intervenção social é realizada de maneira diferente, apostando na capacitação e desenvolvimento pessoal e sócio-profissional das pessoas.

www.cores.pt

www.cresacor.pt